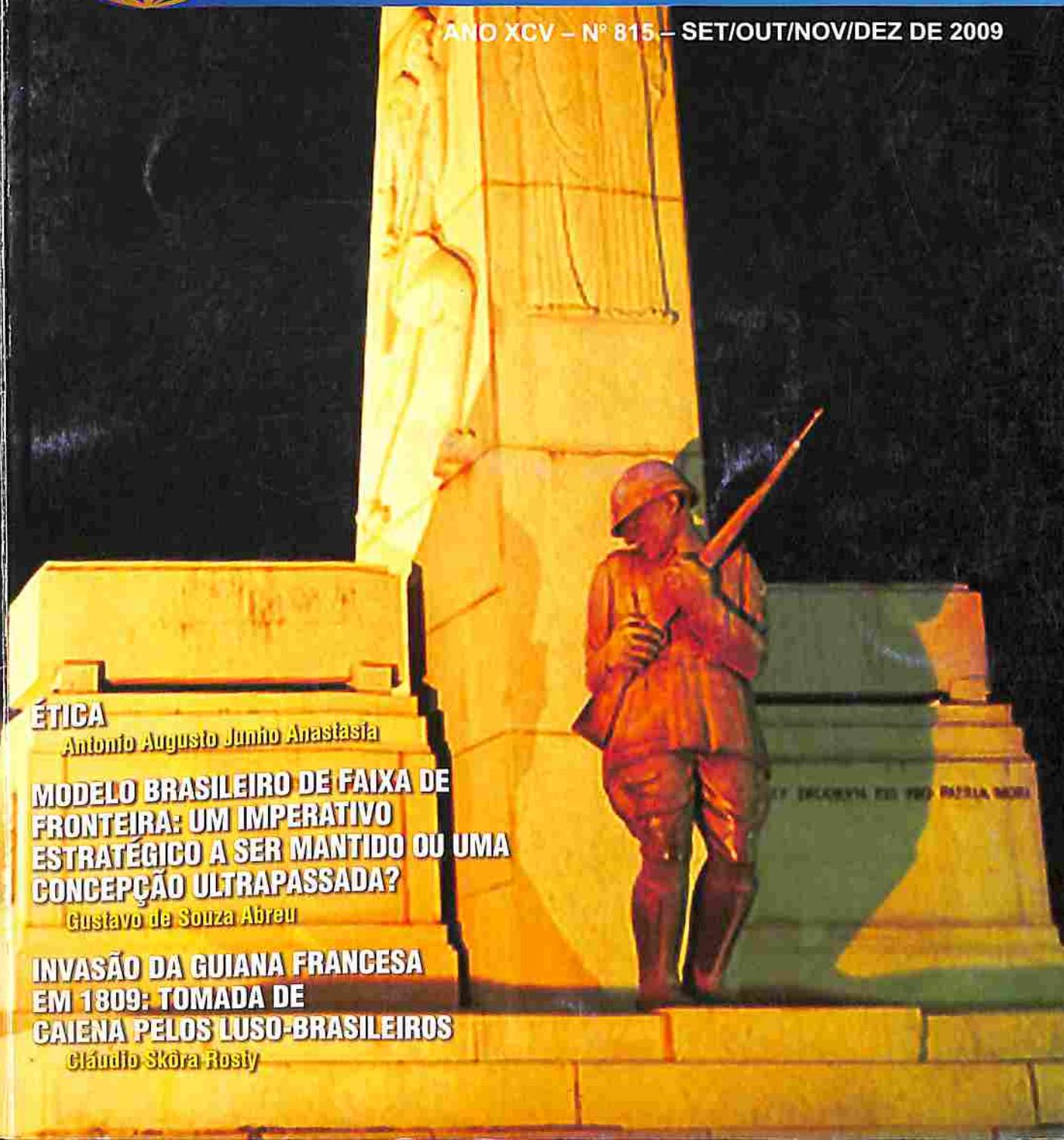




A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO XCV – Nº 815 – SET/OUT/NOV/DEZ DE 2009



ÉTICA

Antônio Augusto Júnior Anastásia

MODELO BRASILEIRO DE FAIXA DE FRONTEIRA: UM IMPERATIVO ESTRATÉGICO A SER MANTIDO OU UMA CONCEPÇÃO ULTRAPASSADA?

Gustavo de Souza Abreu

INVASÃO DA GUIANA FRANCESA EM 1809: TOMADA DE CAIENA PELOS LUSO-BRASILEIROS

Cláudio Skôra Rosty

EDITORIAL

ÉTICA

O jovem tenente me pergunta o que se entende por ética: O que é ética? Qual a ética em uma sociedade em que só se ouve falar em corrupção?

Pensei em responder apenas que ética é exatamente o contrário de tudo isso que tanto aflige o homem comum de nossos dias. Veio à mente uma dessas definições padrão: ética é uma característica inerente a toda ação humana e, por essa razão, é um elemento vital na produção da realidade social. Todo homem possui um senso ético, uma espécie de "consciência moral", estando constantemente avaliando e julgando suas ações para saber se são boas ou más, certas ou erradas, justas ou injustas.

Mas somos soldados! E as virtudes militares tomaram conta do meu pensamento. Haverá comportamento ético mais puro e completo do que aquele ditado por elas?

Respondi: não tema a corrupção, apenas não se corrompa.

Persevera no cumprimento do dever e tenha prazer em servir ao próximo. O ideal do soldado é servir. Servindo a todos e a tudo, serve à sua Pátria. Servir é a nobreza do soldado.

Persevera na prática da verdade e da lealdade. Elas são a base da confiança e da disciplina. São a garantia da justiça. São a alma e a face da coragem.

E, assim, você jamais terá dúvida sobre o que é ética.

SUMÁRIO

3 ÉTICA

Antonio Augusto Junho Anastasia

10 GLOBALIZAÇÃO, MONOPOLARIDADE E ASSIMETRIA REVERSA

Reis Friede

15 A AMÉRICA LATINA NO ATUAL CENÁRIO MUNDIAL

Manuel Cambeses Júnior

17 AS GANGUES E MILÍCIAS REGIONAIS: UMA TENDÊNCIA DOS CONFLITOS URBANOS NO FUTURO

André Luis Woloszyn

31 MODELO BRASILEIRO DE FAIXA DE FRONTEIRA : UM IMPERATIVO ESTRATÉGICO A SER MANTIDO OU UMA CONCEPÇÃO ULTRAPASSADA?

Gustavo de Souza Abreu

43 RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS MILITARES: O USO DO MENTOR NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO – ECENE

Taylor de Carvalho Neto

52 A ARMADA DE SOCORRO E A BATALHA NAVAL DE 1640

Carlos Roberto Carvalho Daróz

58 AÇÕES MARÍTIMAS DOS HOLANDESES NO BRASIL À LUZ DA DOUTRINA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Fabian Costa Rodrigues

65 INVASÃO DA GUIANA FRANCESA EM 1809: TOMADA DE CAIENA PELOS LUSO-BRASILEIROS

Cláudio Skôra Rosty

77 MILÍCIAS NEGRIAS NA AMÉRICA PORTUGUESA: DEFESA TERRITORIAL, MANUTENÇÃO DA ORDEM E MOBILIDADE SOCIAL

Francis Albert Cotta

Ética*

*Antonio Augusto Junho Anastasia***

Em primeiro lugar, gostaria de enfatizar que abordarei o tema da ética em função de minha experiência profissional. Da leitura de meu currículo resumido, percebe-se que, desde minha graduação na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais até hoje, quando ministro aulas de administração pública na cadeira de professor de direito da administração, sou uma pessoa que se dedicou ao serviço público, ora no Estado de Minas Gerais, ora na União Federal.

Desse modo, vejo o serviço público como um serviço fundamental para a sociedade, especialmente no caso brasileiro, em que o poder público tem responsabilidades ainda muito grandes para o progresso e desenvolvimento do nosso país. Por isso, deve ser feito todo um esforço para que a administração pública seja responsável, eficiente, empreendedora e, sobretudo, ética.

O tema da ética remonta às preocupações greco-romanas. Da Grécia antiga espalhou-se pelo Império Romano. Na verdade, há pouco mais de 200 anos, o grande pensador Kant passou a balizar todos os pensadores da filosofia cristã ocidental, influenciando também a administração pública, colocando-a sob o rótulo da moralidade.

Nas questões da administração pública, a ética e a moralidade administrativa são irmãs siamesas. Poderíamos dizer até que a morali-

dade seria filha da ética. É muito difícil definirmos, de modo objetivo, conceitos tão distintos, não só nas cabeças das pessoas, mas em especial na visão que cada cultura, cada sociedade, tem sobre a conduta humana, em determinado lugar da Terra, em determinada época.

Tanto a ética quanto a moralidade administrativa estão fundamentalmente construídas sobre as relações humanas. Não há ética, nem moralidade, quando as pessoas não se relacionam. O pressuposto da ética é o relacionamento. Como a sociedade civilizada se pretende contrária à barbárie, esse relacionamento, essa integração, essa harmonia social cada vez alcançam importância maior.

O exemplo mais importante da convivência harmônica, se me permitam, é o exemplo da própria civilização, no qual as pessoas se sentam para discutir, identificar problemas e trabalhar na solução destes. Naturalmente nesse ambiente, temos a plena possibilidade do aparecimento dos mais elevados sentimentos éticos de conduta. De modo evidente, também no poder público, no qual me insiro, em que as relações humanas formam uma teia, o relacionamento permite estabelecermos as formas de condutas humanas, probas, morais e adequadas.

Destarte, indaga-se: o que seria um comportamento ético? Naturalmente cada qual possui uma resposta, mas acredito que aqui, neste ambiente em que estamos, em uma plateia seleta

* Palestra realizada no XXXI-IRB de Belo Horizonte (ambiente Rotary Clube), em 20 de setembro de 2008. Gravação e transcrição de Alberto Bittencourt, não revisada pelo palestrante. Publicação autorizada pelo autor.

** O autor é advogado, professor universitário e atual vice-governador do Estado de Minas Gerais.

de pessoas formadoras de opinião, líderes em suas comunidades, a linha de raciocínio é, grosso modo, a mesma. Em outros ambientes, entretanto, não é tão uniforme. Se nós estivéssemos em um estádio de futebol, por exemplo, e discutíssemos ética, o que dizer do famoso exemplo da copa do mundo de alguns anos atrás, quando Maradona fez um gol com a mão e todos aplaudiram, especialmente a torcida argentina? No âmbito do futebol é interessante. Todos nos travestimos de jogadores e torcedores, os mais inflamados. Aquele golzinho marcado no último minuto, em impedimento, não nos aborrece; ao contrário, ficamos até satisfeitos com a vitória nessa condição. Claro que a ética estaria aí sendo maculada. Eu dei exemplo do futebol, mas poderia dar outros exemplos na nossa própria vida profissional, na vida familiar, na vida institucional. Estou dando esse exemplo não somente para demonstrar a todos como é difícil distinguir as fronteiras daquilo que seria ético e do que não seria, entre as áreas de atuação humana.

Portanto, parece-me que a ética é um aspecto muito mais de caráter individual, da formação de cada um. Daí algumas sociedades possuírem comportamento ético, mais flexível do que outras sociedades. A famosa expressão da forma do brasileiro se comportar, tão equivocada, tão triste, mas tão presente na nossa sociedade, do "jeitinho brasileiro", daquela antiga propaganda, a famosa lei de Gerson, de tirar vantagem em proveito próprio, de estacionar o carro na fila dupla, de atender ao telefone celular no cinema, tenho certeza de que não é evidentemente um comportamento sempre presente no cotidiano das pessoas. É o tipo de postura um pouco egoísta, mas não um egoísmo feito de propósito, para ferir o outro, isso eu não acredito, até pelo estilo mais amigável do povo brasileiro, mas é muito mais naquela

questão relativa: eu vou resolver o meu problema e o outro que se acomode à minha resolução. Lamentavelmente esse estágio me parece não só ferir um pouco dessa ética do comportamento, como pior, sinaliza um grau de imaturidade do nosso comportamento civilizatório.

Nós no Brasil estamos evoluindo. Somos ainda, sob esse aspecto, uma nação jovem, e aqui a juventude não quer dizer nada com relação à antiguidade. Digo com pena: somos mais antigos do que muitos povos e países da América e, nem por isso, somos mais avançados em relação ao comportamento social.

Na própria China, durante as Olimpíadas de 2008 que nós todos acompanhamos recentemente, o que aconteceu? Estabeleceu-se lá grande esforço para instituir a figura da fila. Não há nada mais civilizado do que a fila. Se há uma grande demanda sobre um produto, qual é a ordem natural das coisas? A fila. Os chineses, possuidores de uma cultura mais que milenar, talvez a mais antiga do mundo, não tinham o hábito da fila. Tudo era na base do amontoado. A fila, uma instituição tão singela, tão simples, típica da civilização, a precedência pela ordem de chegada, não era praticada naquele país.

Veja só o que acontece no Brasil: a fila está instituída, mas aí criaram-na para as pessoas mais maduras, para as pessoas que têm idade mais avançadas. Então os espertos pegam seus avós e levam para a fila, para evitar aquela maior. Há também a fila das gestantes e das crianças recém-nascidas. Eu mesmo já fui testemunha de que as pessoas levam as crianças que deviam estar em casa, em resguardo, sujeitando-as até a pegarem doenças, para aproveitar as filas especiais.

No caso brasileiro, temos instituições aplaudidas. Entretanto, lamentavelmente, não temos ainda enraizado entre nós, na nossa sociedade, um comportamento ético de pleno

respeito ao outro. Acredito que já evoluímos muito do passado, mas ainda claudicamos em alguns aspectos fundamentais desse comportamento, da ética do cotidiano, do convívio com os nossos familiares.

Nem preciso ir muito longe para dar um exemplo de convívio na nossa vizinhança, na nossa comunidade. A tão decretada lei do silêncio, que afeta a nós todos. Aqui, recentemente, em Belo Horizonte, a Câmara Municipal debateu vários projetos na tentativa de definir qual o alcance da lei do silêncio. Tivemos vetos, os quais foram derrubados, a matéria foi discutida no Judiciário. Vocês podem perguntar o que é que tem isso haver com ética? Porém, até onde eu vou incomodar o meu vizinho é uma questão fundamentalmente ética. Por outro lado, até onde eu tenho liberdade de realizar em minha casa uma festa que dure até três ou quatro horas da manhã, uma vez por mês, para comemorar determinados fatos na medida em que eu seja festivo, é uma questão delicada.

O naufrágio do *Titanic*, para dar exemplo histórico, simboliza hoje de maneira muito clara, o caráter das pessoas, em não se unirem à ética. A regra, primeiro as mulheres e crianças e depois os homens adultos, foi de pronto corrompida. O que se viu foi uma corrida aos escaleres de sobrevivência por algumas pessoas da primeira classe, homens que não tinham direito de, naquele primeiro momento, refugiar-se lá. De outro lado, tivemos homens de famílias tradicionais da América do Norte e da Inglaterra que preferiram sobriamente, de maneira pública, naufragar e morrer afogados, para manter a sua honra, dignidade e o comportamento ético, do que recorrer aos escaleres salva-vidas.

Há uma expressão, um ditado que nós todos aprendemos na nossa infância, que minha liberdade vai até onde começa a ferir a de

terceiros. Isso seria um exemplo cristalino se nós tivéssemos uma régua, uma condição de medir, exatamente, até onde nosso direito interfere no direito de terceiros ou não. Então os senhores percebem, como líderes em suas comunidades e nós, como gestores públicos, que somos todos igualmente responsáveis pela melhoria das condições de vida do país. Nós somos cidadãos, vamos dizer assim, protagonistas na sociedade. Qual é a nossa responsabilidade? Um exemplo famoso é aquele da mulher de César: “não basta ser honesta, tem de parecer honesta”.

Nós, líderes e pessoas públicas, somos mais expostos porque devemos dar exemplo de comportamento mais adequado, para inspirarmos não só às gerações mais jovens mas também aos que não tiveram acesso à educação formal, nem às questões de cultura e de civilização. Muitas vezes esse nosso esforço resulta de balde, e esse nosso grande entusiasmo, toda a energia despendida, se queda inerte, em razão da pouca adesão obtida.

Essas observações genéricas servem tão somente para demonstrar aos senhores como esse campo é movediço, é difícil. Ele varia intensamente em razão do caráter e da percepção de cada pessoa e dos exemplos que nós temos na nação, na sociedade e na família.

Assim, senhores, é muito difícil falar e precisar sobre ética. Se me permitam, prefiro terreno menos movediço, mais seguro, mais pavimentado, por onde eu tenha oportunidade de navegar melhor: a administração pública; prefiro também explanar este tema interessante a todos, a moralidade administrativa, a qual, nada mais é do que a ética no serviço público.

Nesse caso, nós temos princípios e regras melhores porque temos as leis, e onde existe lei, existe a sanção. A justiça tem sempre a balança em uma mão e a espada na outra, para

desestimular e lembrar às pessoas que, ao não cumprimento da regra, vem naturalmente a sansão para espetá-lo.

O caso da espada me faz lembrar da pequena história de um famoso professor de direito administrativo, se me permitam um breve parêntese. Ao fim de uma palestra muito longa, muito teórica, os alunos observaram: "professor, a sua palestra foi como uma espada." E o professor pergunta: "Ah! Profunda, elegante fina?". "Não", responderam os alunos, "longa, fria e cansativa."

Porém, no caso da administração pública, a moralidade administrativa é um princípio até constitucional. Moralidade vem da palavra *mores*. Como os senhores sabem, no latim, *mores* significa costume, então moralidade assim como ética está baseada nos costumes. O que é um costume para nós não é, por exemplo, um costume para os países islâmicos, sem nenhuma desonra para eles nem para nós, posto que são costumes distintos.

Os costumes de hoje não são os costumes de antigamente. No Brasil, há 150 anos, a escravidão era legal. Dizem que hoje ainda há escravidão em alguns países da África, ou pelo menos, servidão. Para nós isso é uma aberração, mas os costumes justificam a adoção pela sociedade respectiva de determinadas práticas, e essas práticas, senhores rotarianos, formam esse emaranhado da moralidade. O poder público acolhe esses princípios.

Hoje a moralidade administrativa é estar palmo e passo, sendo objeto de normas que vão tecendo e determinando o comportamento da administração. Entretanto, a expressão moralidade acabou ficando um pouco ampla e vaga. É bom lembrar que os ideais políticos e os ideais da administração pública são visceralmente vinculados. Antes deles, estruturando-se para o funcionamento do Estado no sentido amplo da

expressão, a moralidade acaba recebendo algumas observações interessantes que afetam também a política.

Aproveitando o momento atual, pois estamos no Brasil em pleno período eleitoral, vale outra pequena observação. A origem da palavra *candidato* vem do latim *cândido, imaculado*. Em Roma antiga, aqueles que pretendiam ocupar cargos públicos vestiam togas brancas, e com elas apresentavam-se à sociedade. Aqueles que não eram considerados morais, probos, corretos recebiam lama, ou seja, as pessoas jogavam lama na toga branca. Os que não recebiam lama nenhuma, por consequência, a toga permanecia branca, eram imaculados, eram cônscios, eram candidatos. A questão da famosa lista suja da Roma antiga ainda hoje vigora. A legislação esbarra no princípio ético de que ninguém é culpado até a sentença definitiva. Nós não podemos afastar do pleito aqueles que estão até condenados em primeira e segunda instância, mas ainda não foram condenados na instância final perante os tribunais superiores, cujos processos sabemos todos demoraram décadas. É uma questão ética que afeta a moralidade administrativa, por isso candidatos com processos de improbidade, até homicídios, estão aí se elegendo pelo Brasil afora. Então podemos observar como a ética na administração por um prisma da moralidade administrativa acaba afetando a nossa conduta no dia a dia. Contudo, a moralidade em si acabou referindo-se a um aspecto um pouco mais preciso, ou pelo menos houve esse grande esforço de tentar objetivar o conceito de moralidade administrativa já que o conceito ético é fluido, gasoso.

Com base nos costumes que fazem da moralidade algo mais concreto, temos um princípio constitucional que cuida da moralidade administrativa. Passamos, assim, a ter legisla-

ção abundante sobre os diversos institutos para cuidar da moralidade. O que aconteceu na prática foi uma abundância, um furor legiferante, uma vontade de criar normas, estabelecer comportamentos, buscando preservar a moral da administração. Tal fato engessou a administração pública. É o remédio que mata paciente. O exagero no controle, as regras em excesso, as peias, as cordas, as rédeas apertadas, quase uma camisa de força, a impor um comportamento muito rígido sobre a administração correta, em razão dos abusos cometidos, foi por certo exagerado, comprometendo a eficiência. Nós criamos no país um impasse, porque as exigências de controle tornaram-se tão fortes, tão robustas, tão poderosas que nós passamos a ter toda a administração pública voltada para atender a esses controles, tornando-nos a todos, portanto, súditos, ao nos fixarmos nos procedimentos administrativos de natureza meio, nos rituais, nas formalidades, em vez dos resultados. E a administração pública fica paralisada, as pessoas corretas passam a ter medo de agir, porque qualquer equívoco, qualquer engano, normal na atividade humana, qualquer pequena irregularidade, passou logo a ser taxado como ato imoral na esfera administrativa, sancionado como improbidade administrativa. Então a pessoa se assusta, se acovarda e nós não podemos repreendê-la, resultando paralisia, atonia generalizada na administração pública. O Brasil, a necessitar de serviços públicos tão vigorosos, tão necessários, passou a ter serviços públicos de padrões, não de terceiro, mas de quinto mundo, enquanto a nossa economia felizmente viceja, se fortalece, alcança indicadores extremamente positivos.

Felizmente, e aqui me permitam, não posso deixar como vice-governador do estado de divulgar aos senhores de maneira bem modesta porque isso não é uma ação exclusiva do go-

verno do estado, os indicadores desta semana, os quais mostram que o Brasil cresceu e Minas também cresceu, o que, é óbvio, demonstra que nossas economias vão muito bem. No entanto, de que adianta ir aqui bem, se nós não temos serviços públicos de qualidade, se nós não temos estradas para transportar, se nós não temos portos para exportar, se a nossa educação não tem qualidade necessária para o preparo das pessoas que vão trabalhar em nossas empresas, se a saúde pública tem padrões pouco evoluídos, se os nossos indicadores de cultura, de controle ambiental, de ciências e tecnologia, de patentes e eu poderíamos aqui cansá-los com uma miríade de exemplos contra a eficiência da administração pública? Uma das causas, lamentavelmente, é essa concentração absurda dos controles formais, resultado – estranho que possa parecer, mas verdadeiro – de um temor ou de uma tentativa de salva-guarda incomensurável, imensa, além do necessário para a própria comunidade. Nesse caso, vale também o ditado popular: “os bons pagam pelos pecadores”, porque nós todos somos vítimas dessas deficiências resultantes dos controles exagerados, criados para combater os poucos que lamentavelmente existem, que têm o desvio de caráter e que agem de modo doloso e de má fé. O resultado é a administração que se prende. A moralidade administrativa, a qual era o espelho e princípio, acaba se transformando em uma muralha extremamente sólida, impedindo o funcionamento regular das instituições. Há como solucionar esse problema, esse drama? É difícil, porque nós estamos vivendo hoje como se fosse um antagonismo entre forças.

Percebendo essa situação, o constituinte brasileiro, a par dos aspectos formais da legalidade, da moralidade e da impensoalidade, sob o mesmo foco na ética, colocou o princípio da eficiência, pelo qual o poder público, além de

agir corretamente, tem também que se preocupar com os resultados, deve apresentar à comunidade, aos cidadãos, melhorias nos indicadores dos serviços públicos porque, do contrário, seria muito simples, muito fácil ele ficar preso só às questões formais e não ter nenhum compromisso com os resultados. Então, a moralidade foi levada a tal valor juntamente com os aspectos formais que paralisam e inibem a ação dos resultados.

Deixo aqui um exemplo que tenho usado em minhas palestras em Minas e pelo Brasil. Quando nós construímos um estabelecimento de ensino, uma escola, nós perguntamos: essa escola foi construída mediante licitação pública? Foi. Muito bem, seus professores foram concursados? Ah! foram. Excelente. As suas dotações orçamentárias estão sendo gastas de acordo com a lei do orçamento? Sim. Então, pelo ponto de vista formal, essa escola é uma beleza, vamos aplaudi-la. Nunca se perguntou, nunca, jamais, em tempo algum, se a escola ensinava, porque só os aspectos formais eram importantes. Os órgãos de controle de qualidade funcionam? Os alunos que estão ali estão tendo notas boas nos exames nacionais? Essa preocupação com o resultado é recentíssima. Nós temos, desde a independência, pelo menos quase 200 anos de estado brasileiro, e não tem cinco que o Brasil passou a se preocupar com a questão dos resultados, e as escolas passaram a ser avaliadas. Então nós temos um atraso imenso de prazos, resultado de quê? Exatamente de um esforço muito grande levado para combater os aspectos de imoralidade. Correto, necessário, mas que não poderia ser o único esforço. Nós não podemos colocar todos os ovos em uma cesta só, nós devemos dividir o esforço governamental em diversas ações. Uma das ações é exatamente a luta pela eficiência. Acredito que essa busca pela eficiência, pelos

resultados, a perseguição das metas também é moralidade administrativa, porque esta é a moralidade fiscal, significa gastar bem o recurso do povo. Por exemplo, uma determinada unidade federal pode gastar 25% com a educação. Porém, gastou 25% onde? Verifiquemos os resultados. Uma pessoa pode gastar bem mil reais, fazendo o que é necessário, ou pode entrar no primeiro shopping luxuoso, fazer uma festa e gastar os mil reais, pois é bom gastar, sem nenhum compromisso com a qualidade. Especialmente quando se pensa que o dinheiro advindo do poder público não é de ninguém, pensamento típico do atraso brasileiro.

Vale registrar a frase famosa e bem-vinda de Armínio Fraga, quando ele cita que, na verdade, o dinheiro público é o meu, o seu e o nosso e, por isso, ele deve ser bem gasto, sendo qualidade fiscal aplicá-lo bem. Quer coisa mais moral do que isso? Há moralidade administrativa, comportamento mais ético, do que gastar bem o dinheiro nosso, em prol do atingimento de resultados? Ao contrário, não existe um comportamento mais imoral, antiético, nocivo, do que despender recursos de modo irresponsável como se o dinheiro público brotasse em árvores. Lamentavelmente é esse o quadro nacional neste momento, é esse o drama que vivemos no Brasil nessa hora. Felizmente, passamos a ter nos últimos anos, em várias esferas da administração brasileira, a preocupação com esses resultados. A consequência é exatamente que a moralidade passa a ter todos dois aspectos: o aspecto formal, necessário, volto a dizer, e ao mesmo tempo, o aspecto finalístico, o compromisso com o resultado de devolver à sociedade sob a forma de serviços, de melhorar a sociedade, porque, nesse caso, o que nós queremos é a ação governamental proativa, a boa dotação dos recursos públicos e a boa qualidade fiscal. Cremos que isso vai melhorar o funcionamento do

estado, vai melhorar a educação, a saúde, o transporte, a segurança e é claro, vai elevar o patamar civilizatório. Se nós melhorarmos o patamar civilizatório, o que nós teremos? Tere-mos necessariamente um avanço do nível de consciência da sociedade em relação ao comportamento moral e por consequência à própria ética. Desse modo, temos condições, de maneira muito clara, de identificar que esse comportamento proativo da moderna administração pública brasileira está introduzindo ideias novas na visão ética do funcionamento do estado brasileiro. Porque a ética deixa de ter aquele aspecto teórico, antigo, para se transformar em algo mais dinâmico, mais próprio da nossa vida e do nosso cotidiano, que é um funcionamento adequado das instituições públicas.

No Brasil nós temos hoje, caros amigos, infelizmente, a pior das crises. Não é a crise econômica, não é a crise americana, não é a crise da falta de abundância de petróleo, não é a crise da segurança pública, não é a crise dos nossos indicadores ruins da educação e da saúde. A pior crise do Brasil é a crise de autoridade. Essa é a crise pior de todas, é a falta do sentimento de autoridade na sociedade brasileira. Autoridade é uma coisa, não é autoritarismo. O que é autoridade? É o respeito às instituições, o respeito a uma hierarquia própria da sociedade, respeito por professores em sala de aula, aos pais, às pessoas mais experientes, à ordem urbana no mínimo. Atualmente não existe isso, como não há mais sentimento de autoridade. Eu não sei os motivos e nem me aventuro a entrar nisso. Por consequência, a polícia está desmoralizada, as autoridades públicas não têm força para determinados comportamentos; há um deboche generalizado das figuras políticas que também se debocham. Nós podemos assistir na televisão, e especialmente na propaganda eleitoral, coisas estarrecentes como resultado

dessa crise de autoridade. Tal crise, no sentido positivo da expressão, de criar uma nação com sentimento, com "n" maiúsculo, é exatamente uma crise ética, uma crise de comportamento que lamentavelmente se infiltrou da forma mais maligna possível, na sociedade, nas famílias e nas instituições.

É claro que nós temos exemplos inversos e aqui estamos perante um deles. Instituições como o Rotary, e eu poderia citar outras tantas que têm o esforço no sentido contrário. Contudo, é um esforço titânico o de tentar reverter essa falácia das instituições que assistimos no Brasil. Isso também não é privativo do país. De um modo geral, essa decadência de valores tem grassado mundo afora, inclusive na Europa Ocidental, mas é fundamental que as pessoas se apercebam dessa necessidade, do contrário, se não houver a restauração desses princípios mínimos de autoridade, volto a dizer, no sentido positivo da expressão, de nada adiantará melhorar a educação, a saúde, a segurança, se nós não temos a estrutura, o esteio para sustentar todo edifício da nação.

Meus irmãos, as ideias éticas e os princípios da moralidade administrativa para a administração pública estão vinculados de modo tão firme e tão rígido que necessitam dessa modificação de comportamentos na sociedade.

São essas, pois, as ideias que deixo para reflexão de tão seleta e ilustre plateia, não como conceitos postos ou verdades ditas, mas exatamente como conjecturas para que os senhores pensem, discutam sempre, para que nós todos, em uníssono, em última análise, tenhamos o compromisso e a força para reverter esse quadro que não é bom, mas que está melhorando. Por isso, esse meu otimismo para colocarmos este país de modo definitivo nos trilhos não só do progresso econômico, porém, mais importante, nos trilhos da civilização. ☺

Globalização, monopolaridade e assimetria reversa*

Reis Friede**

Embora os Estados Unidos da América demonstrem uma natural aversão em associar os fenômenos da *globalização* e da *monopolaridade*, muitos estudiosos preferem entender, pelo menos em parte, o *processo de globalização* como uma consequência direta da plena restauração da liderança absoluta dos EUA no cenário mundial, a partir do início dos anos 1990.

De fato — como ocorreu, em termos aproximados, no imediato período do pós-guerra (1945-50) —, os EUA constituem-se no presente momento em única potência global completa, ou seja, detentora simultaneamente de todas as variáveis do *Poder Nacional* (como instrumentos de projeção, e imposição, da soberania), posto que é ao mesmo tempo a maior potência econômica, militar, política e psicosocial do Planeta, não obstante toda a sorte de recentes acontecimentos relativos à chamada Crise Global, herdada pela administração Barack Obama.

Essa invejável posição foi resultado direto, como preferem entender alguns especialistas em geoestratégia, da política empreendida na era Reagan, conhecida como *contraforça*, originando nas relações Leste-Oeste, a chamada *bipolaridade confrontativa*, típica do início da década de 1950, com novo matiz de competição tecnológico-militar, cujo objetivo último foi, nas palavras de seus defensores diretos e indiretos

Ray Cline, Alexander Haig, Zbigniew Brzezinski, Thomas Enders, Robert Powers, entre outros, “sufocar a URSS, fazendo-a desviar seus excessos recursos para uma corrida armamentista, com novos matizes tecnológicos, exaurindo dessa feita seu potencial econômico”.

Na época (final da década de 1970), era comum as escolas de estado-maior das Forças Armadas proclamarem a todo instante a *crise militar* (e de liderança política) que minava o prestígio e a influência americana no Mundo (corroborada com os fatos relativos ao resultado da Guerra no Vietnã (1975), o episódio da queda do Xá e dos reféns no Irã (1979), a intervenção cubana na África (1975-79), a insurreição na América Central — notadamente na Nicarágua (1980) — etc, nos seguintes termos:

A *crise militar* dos Estados Unidos pode ser descrita como a principal causa da perda de poder relativo dessa nação. Mais do que qualquer outro campo, foi a decadência bélica a razão fundamental da decadência americana em questões de poder global e o motivo central da crise de liderança e de determinação política. Não restam dúvidas de que o poder militar continua sendo o principal fator de polarização global relativa e, nesse aspecto, a geratriz básica que contribui para o *status* de superpotência. No momento, é o

* Colaboração do autor.

** Desembargador Federal e Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestre e Doutor em Direito Público.

poderio militar compacto de grande envergadura que resguarda o título de superpotência à União Soviética e, em determinado prisma, é, ainda, o poderoso arsenal nuclear estadunidense que reserva à América a denominação honorífica de superpotência. À medida que o Mundo tende a se multipolarizar, em consequência do surgimento de novos protagonistas no cenário mundial, a capacidade militar de intervenção tenderá a adquirir maior importância no ambiente internacional e, sobretudo, como instrumento eficiente de política nacional.

A Nação que não conseguir compreender com precisão o importante papel das Forças Armadas no conjunto eficiente da estratégia nacional, na consecução de seus objetivos nacionais atuais e permanentes, estará irremediavelmente condenada ao declínio virtual de seu poderio relativo e à atrofia de sua autonomia política e econômica.

Os Estados Unidos, nesse momento, estão sofrendo as consequências de seus equívocos estratégicos que possibilitaram a emergência da União Soviética como grande potência militar no cenário mundial, a partir das décadas de 1960-70. A falta de visão global e o malogro em compreender os objetivos nacionais soviéticos fizeram a administração de Washington cometer um erro de tal proporção que condicionou o ambiente mundial a um processo, quase irreversível, de recuo americano em todos os campos de poder perceptível, especialmente o militar.

Pior, também, é que condicionou o povo americano a uma atitude passiva quanto à importância do instrumento militar, provocando, como efeito do denominado *trauma do Vietnã*, uma mentalidade míope que resolveu fechar os olhos para os acontecimentos externos, de interesse americano, com pe-

rigo de um novo isolamento da América e repercussões imprevisíveis.

Essa verdadeira *doutrina estratégica de bipolaridade confrontativa*, que buscava também sepultar as ideias de *bipolaridade distensiva* de Henry Kissinger (e, de forma mais pretérita, as concepções de McNamara), foi constante e insistente e ventilada, com maior ou menor ênfase, por seus idealizadores, em diferentes ocasiões, *verbis*.

Representará o segundo centenário o fim da idade americana? Talvez ... mas não necessariamente, se os americanos tiverem o desígnio de adaptar-se às demandas de um Mundo em evolução. Entretanto, sozinhos ou em um sistema político internacional mais cooperativo, de alianças cambiantes e crescente regionalismo, é muito provável que os Estados Unidos continuem sendo a esperança do Mundo durante mais tempo do que os próximos 20 anos (BARRY M. MEUSE).

...o fato é que se empregássemos todas as nossas armas nucleares, e os russos empregassem todas as deles, cerca de 10% da humanidade seria aniquilada. Isso é uma calamidade que está além do alcance da compreensão humana. É uma calamidade que não se justifica de nenhuma maneira do ponto de vista moral. Entretanto, do ponto de vista descritivo e analítico, não é o fim da humanidade (ZBIGNIEW BRZEZINSKI).

...embora os danos sejam terríveis, calcula-se que ambos os lados sobreviverão e serão capazes de se refazerem depois de uma guerra nuclear (conclusão do estudo Ponant II dos chefes do Estado-Maior Conjunto, EUA, 1980). De 30 anos para cá, a URSS equipou-se com uma defesa absolutamente perturbadora; toda a nação que dispõe de tais meios pode um dia ser tentada a utilizá-los (MARC DE JOYBERT). Sendo insuperáveis em todas as dimensões de

força na década de 1960, vimos a nossa liderança diminuir ou desaparecer em setor após setor, ao mesmo tempo em que tentávamos fazer ver à União Soviética que ambos poderíamos nos beneficiar no deslocamento de recursos militares para os usos pacíficos. A resposta soviética foi o aumento de sua capacidade estratégica e bélica, bem como a busca de meios de projetar o seu poderio militar no mundo em desenvolvimento (THOMAS O. ENDERS). A rivalidade é inerente em um sistema que funciona sem consenso global. (ZBIGNIEW BRZEZINSKI).

Também, nessa fase das relações EUA-URSS, eram comuns as manifestações de descontentamento com o nível de *equilíbrio militar* obtido, notadamente, pelas iniciativas de Leonid Brejnev (1964-82), nos seguintes termos:

A deterioração da superioridade militar dos Estados Unidos é (ao lado do declínio econômico relativo) a segunda, e possivelmente a principal, razão, amiúde oferecida, do declínio da influência americana no Mundo. Há apenas 15 anos, os EUA desfrutavam de esmagadora superioridade em bombardeiros estratégicos, mísseis balísticos, ogivas nucleares e outros sistemas de armas importantes. Todavia, a partir de 1964, começou a se expandir substancialmente o desdobramento de mísseis estratégicos soviéticos ante o crescente e gradativo desarmamento unilateral americano. Desde então, a URSS suplantou os Estados Unidos em diversos setores militares, permitindo aos EUA conservarem sua superioridade, ao menos por enquanto, somente em alguns setores ligados à qualidade do equipamento e ao número de bombardeiros, à quantidade geral de ogivas termonucleares, à esquadra de portavôis e à força de helicópteros. Porém, a superioridade anterior dos EUA reduziu-se a um

ponto em que os soviéticos lograram, grosso modo, *equivalência* com os EUA.

Mais importante do que isso, os soviéticos parecem que vão ou pretendem ir muito além da *equivalência*. Há indícios claros de que a URSS está determinadamente empenhada não em paridade mas em superioridade; a mesma que os Estados Unidos tinham em relação a eles; entretanto, com uma grande diferença: Washington jamais utilizou essa vantagem contra Moscou, razão pela qual abriu mão dela; contudo, não há garantias de que o Kremlin só deseje a superioridade, com única e exclusiva intenção pacífica, de saciar o espírito moral de seus dirigentes.

O objetivo fundamental era não só encerrar de vez o decadente prestígio das posições de Kissinger (como já afirmamos), flagrantemente pessimistas em relação ao potencial estadunidense, como também desviar os rumos do confronto entre os legisladores favoráveis (apelidos de *falcões*) e desfavoráveis (denominados *pombas*) a um substancial aumento do orçamento militar estadunidense.

(...) os Estados Unidos já não estão em condições de operar programas globais: precisam alentá-los. Já não podem impor a solução que preferem (...) nosso papel terá que ser o de (...) incentivar a iniciativa de outros (HENRY KISSINGER)

Do que os Estados Unidos precisam não é de *falcões* ou de *pombas*, mas da sabedoria das *corujas* que entendem a natureza permanente do conflito internacional e o papel da credibilidade da força militar como instrumento de política nacional (Robert C. Powers).

Por outro ângulo, durante as décadas de 1960-70, muitos intelectuais americanos expuseram o "mito da repressão americana", isto é, o conceito de que o envolvimento dos EUA na

política de outras sociedades seria quase invariavelmente hostil à liberdade e apoiador da repressão nessas sociedades. Hans J. Morgenthau, em 1974, chegou mesmo a afirmar que “com uma invariável constância, desde o fim da Segunda Guerra, temos intervindo em nome da repressão conservadora e fascista contra a revolução e a reforma radical. Em época em que as sociedades se acham em uma etapa **revolucionária ou pré-revolucionária, convertemo-nos na primeira potência do status quo pré-revolucionário.** Uma política assim pode unicamente conduzir ao desastre moral e político”.

Como enérgica reação a esse ponto de vista, os partidários da *política de contraforça* também souberam, com reconhecida habilidade, desferir um verdadeiro contra-ataque a esse tipo de *filosofia sociológica*, impondo, por fim, uma doutrina que legitimava, em última instância, as ações interventivas que se vislumbravam à época.

A crença de que os Estados Unidos não podem agir mal em nome dos valores da liberdade e da democracia é evidentemente tão errônea no exterior como é nos EUA. Mas também é errônea a crença — mais prevalente nos círculos intelectuais dos EUA nos anos 1970 — de que os Estados Unidos não poderiam nunca agir bem em nome desses valores. É muito mais provável que o poder dos EUA seja empregado em nome de tais valores do que o poder de qualquer outra nação importante (SAMUEL P. HUNTINGTON).

Essa nova fase, indiscutivelmente, melhorou a autoestima da nação americana, permitindo, por efeito, a restauração da projeção do poderio (e da soberania) estadunidense no cenário internacional.

(...) Esse novo começo é uma *renascença nacional* (Ronald Reagan).

Este notável desempenho deu forma ao desa-

fio que enfrentamos hoje de administrar sabiamente as forças desencadeadas pelo próprio dinamismo. Os Estados Unidos, por seu lado, encontram-se atualmente restaurando o próprio dinamismo (...) O Presidente Reagan descreveu esse novo começo com uma *renascença nacional*. Os Estados Unidos vibram com um renovado sentimento de determinação nacional e de liderança internacional (T. O. ENDERS).

Mais do que isso, contudo, viabilizou o almejado retorno dos EUA à confortável situação de potência hegemônica única em novo contexto de *mundo monopolar*. “As principais prioridades dos Estados Unidos em matéria de política externa têm três componentes essenciais: a firmeza, a credibilidade e o equilíbrio” (GENERAL ALEXANDER HAIG).

Nesse aspecto particular, é forçoso concluir, em absoluta sintonia com a posição de vários estudiosos, que, diferentemente de algumas *sinthes analíticas* mais conhecidas, o resultado não satisfatório do envolvimento dos EUA na *Coreia* (1950-53) e, sobretudo, no *Vietnã* (1964-75), como bem assim da URSS, no Afeganistão (1979-85), decorreu, notadamente, da *confrontação bipolar indireta* (posto que as superpotências da época armavam de forma maciça os contendores diretos do conflito), e não propriamente de uma pretensa força moral ou espiritual de determinação dos povos envolvidos. No Vietnã, em particular, não obstante a visão romântica da impotência do gigante americano *vis-à-vis* com as espetaculares táticas guerrilheiras, é fato que se não fosse o fornecimento contínuo e intenso de armas soviéticas e chinesas (nunca é demais lembrar que o Vietnã do Norte possuía, à época dos fatos, a maior defesa antiaérea de mísseis do mundo fornecida e instalada pelos soviéticos), não teria ocorrido, durante praticamente toda a extensão temporal do episódio, o chamado *empate*.

técnico, que tornou refém tanto o Vietnã do Norte como o seu equivalente do Sul. Aliás, essa conclusão é facilmente comprovada na análise do conflito coreano, no qual as tropas da ONU, lideradas pelo General MacArthur, em apenas três meses, reconquistaram a península invadida, somente caracterizando o denominado *empate técnico* com a entrada da China (com apoio técnico e bélico da URSS) por meio de mais de 400 mil tropas "voluntárias".

O mesmo aconteceu com os soviéticos no *Conflito do Afeganistão*, considerando que os EUA não mediram esforços em armar e treinar (inclusive contratando mercenários) os adversários da URSS, na oportunidade, o que posteriormente ensejou os atuais problemas com os talibãs naquela região.

Por outro lado, sem a confrontação de uma superpotência militar, a chamada *Primeira Guerra do Golfo* (1990) transcorreu sem maiores problemas para os EUA e seus aliados, mesmo considerando a envergadura do exército de Saddam Hussein (com mais de um milhão de homens), reputado como um dos maiores do Mundo à época dos fatos.

Assimetria Reversa

Não obstante toda essa assertiva conclusiva, é fato que, em idêntico exemplo, ou seja, na *Segunda Guerra do Golfo* (iniciada em 2003), os mesmos resultados obtidos em 1990 não lograram se apresentar de idêntica forma, fazendo surgir, com muito mais ênfase do que no passado, um fenômeno outrora já conhecido, que se manifestou de maneira mais evidente durante o conflito do Vietnã.

Ou seja, a despeito da importância da denominada *confrontação bipolar indireta*, como efetiva explicação do insucesso da empreitada americana naquela oportunidade, é fato que tal ex-

plicação apresenta-se insuficiente para o pleno conhecimento da *sociologia geoestratégica* relativa ao tema, mormente se considerarmos a real dimensão do *autolímite* do emprego do poderio bélico estadunidense na Indochina.

Destarte, foi especialmente durante a *Guerra do Vietnã* (e, em parte, focada nas percepções ímpares, até então inéditas, de McNamara) que a denominada *assimetria reversa* expressou-se com mais ênfase, reafirmando o *fenômeno* segundo o qual a *assimetria tecnológica* de meios militares entre dois estados — de forma diversa do que se pode concluir apressadamente — subjuga-se ao *efeito* da efetiva *limitação* do emprego de tais instrumentos contra o oponente de limitados meios, em decorrência, sobretudo, da dificuldade de uma sociedade com elevado grau de *civilidade* aceitar os chamados *danos colaterais*, em grande escala.

As dificuldades do *Ocidente* nas *guerras do Iraque* (Segunda Guerra do Golfo) e do *Afeganistão*, nesse diapasão, são, portanto, muito mais facilmente explicáveis pela manifestação do *fenômeno* da *assimetria reversa* do que propriamente de um suporte logístico do Irã (no caso específico do Iraque) ou de qualquer outro Estado ou de alguma entidade paraestatal (no caso particular do Afeganistão).

Portanto, em apertada síntese conclusiva, podemos afirmar, sem qualquer receio de errar, que os desafios do século XXI serão muito mais caracterizados pelo fenômeno da *assimetria reversa* do que, como no século passado, por qualquer modalidade de *confrontação bipolar indireta*, por parte de qualquer entidade estatal formal.

Será, nesse sentido, muito mais um confronto de concepções ético-morais — com necessidade de uma verdadeira reengenharia da própria forma de fazer guerras, em decorrência da autolimitação do emprego da força militar — do que propriamente de limitações (ou de contraposição efetiva) de meios ou, mesmo, de alta tecnologia militar.

A América Latina no atual cenário mundial*

Manuel Cambeses Júnior**

Transcorreram-se apenas 20 anos desde a Queda do Muro de Berlim, depois de 28 de existência, e a ingênuo e efêmera euforia dessa época converteu-se em um passado remoto. A "Nova Ordem Mundial", embasada na unipolaridade e na "Pax Americana", que despertou as ilusões de alguns e os temores de outros, encontra-se profundamente desgastada e esquecida, juntamente com jornais da época da primeira Guerra do Golfo. Samuel Huntington, em interessante artigo publicado na Revista *Foreign Affairs*, intitulado *A superpotência solitária*, afirma que estamos vivendo um sistema internacional de transição, ou seja, um estranho híbrido a que ele batizou de "unimultipolar". Em sua ótica, o momento unipolar já expirou, e, em duas décadas, ingressaremos em um verdadeiro sistema multipolar. Segundo Zbigniew Brzezinski, os Estados Unidos serão a primeira, última e única superpotência global. Nesse período transitório, esse portentoso país continuará sendo o único com preeminência em todas as dimensões do poder, em suas diversas expressões: política, econômica, social, ideológica, militar, tecnológica e cultural, com o alcance e a capacidade de promover seus interesses em nível global.

Entretanto, a solução dos problemas fundamentais do sistema requer, necessariamen-

te, a ação conjunta da superpotência e de alguma combinação com outras grandes potências. Os Estados Unidos mantêm no momento o direito de veto nos assuntos de maior relevância internacional. Várias potências regionais estão fortalecendo suas posições em suas esferas de atuação geopolítica. A China é, potencialmente, o Japão, na Ásia Oriental; a União Européia, liderada, em minha opinião, pela Alemanha, ainda que encontremos quem adogue a liderança de um condomínio franco-alemão. A Rússia, na Eurásia; a Índia, no Sul da Ásia; o Irã, na Ásia Sul-Oidental; a África do Sul e a Nigéria, no continente africano e, o Brasil, na América Latina.

Estamos, portanto, vivendo um período de transição e, como sói acontecer, toda mudança sempre implica contradições e riscos. A globalização econômica e o cosmopolitismo cultural ocorrem, conjuntamente, com um extraordinário ressurgimento do medo e da desconfiança com o diferente, com o estranho e com o desconhecido. Assistimos ao retorno do tribalismo, dos etnicismos, da xenofobia, dos racismos e dos fundamentalismos religiosos. Essas forças desintegraram a União Soviética, pulverizaram a Iugoslávia, dividiram a Checoslováquia e converteram em estados fracassados

* Colaboração do autor.

** Coronel-aviador; conferencista especial da ESG, membro titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e vice-diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

alguns países como Congo, Afeganistão, Libéria, Somália, Ruanda e Serra Leoa, entre outros. A Indonésia e vários países da Ásia Central correm o risco de cair no mesmo desesperhadeiro. As forças da desagregação assolam, também, países avançados como Canadá, Bélgica e Espanha. A América Latina, felizmente, até o presente momento não tem sofrido, de forma avassaladora, a pressão dessas forças centrífugas, ainda que alguns estados com grande proporção de populações indígenas descuram-se de prevenir-se contra potenciais explosões raciais e étnicas.

Vivemos em um mundo perigoso, no qual a soberania, já bastante limitada, dos pequenos e médios estados vê-se cada vez mais ameaçada, não somente pela presença das grandes potências e pelas forças secessionistas mas também pelo crescente poder globalizado das máfias, da criminalidade organizada, dos grupos

terroristas de cunho fundamentalista e das seitas apocalípticas. Para reduzir nossa vulnerabilidade diante dessas ameaças, é necessário, em primeiro lugar, que nos fortaleçamos internacionalmente, aumentando a capacidade da sociedade e o potencial do estado brasileiro. Isso implica, fundamentalmente, um verdadeiro estado de direito. Sem o império da lei, sem segurança jurídica, sem regras econômicas bastante claras e estáveis, não existirá criação de riqueza, somente distribuição desigual da miséria.

Certamente, não haverá um projeto histórico mais ou menos autônomo para a América Latina nesse alvorecer do terceiro milênio sem a imprescindível unidade e coesão dos estados membros. Ademais, é urgente e necessário que transformemos a integração latino-americana em um imperativo geopolítico, se desejamos deixar de sermos considerados exóticos e marginais espectadores no cenário internacional. ●



Editorial 2009

Coleção General Benício

SOLDADOS DA PÁTRIA

Frank D.McCann – coedição/Cia das Letras

Nas palavras do historiador Francisco Doratioto, trata-se de “obra inovadora que reescreve a História do Exército Brasileiro, desde a Proclamação da República até o Estado Novo”. O autor, nascido nos Estados Unidos, escreveu inúmeros e importantes estudos sobre a história militar brasileira. Esse livro fundamenta-se em detalhada pesquisa realizada em arquivos britânicos, norte-americanos, franceses e brasileiros, assim como em depoimentos de líderes militares e civis que sobreviveram após a época considerada.

As gangues e milícias regionais: uma tendência dos conflitos urbanos no futuro*

*André Luís Woloszyn***

RESUMO

Apresenta um estudo sobre o recrudescimento da violência praticada por gangues pós-conflitos mundiais, o crescimento e atuação destas em níveis regionais por meio de redes de interconectividade global e pela facilidade de acesso a novas tecnologias, em uma espécie de globalização do crime. Tomando-se por base o exemplo do Iraque, aborda os diversos tipos de gangues existentes no mundo e suas práticas delituosas, incluindo o terrorismo, e analisa sob o enfoque criminal como são tratadas essas questões no Brasil com a perspectiva de que as ações praticadas por esses grupos serão a tendência dos conflitos urbanos no futuro.

PALAVRAS-CHAVE

Conflitos, violência, criminalidade, urbanização.

Considerações iniciais

O surgimento de gangues, definidas como grupos de pessoas que se reúnem de forma sistemática para deliberadamente praticarem delitos, não é um tema recente, muito embora pouco explorado em estudos jurídicos e policiais. No universo de áreas do conhecimento humano como psicologia, sociologia e antropologia, existem diversas abordagens do assunto. No *Dicionário Houaiss*, ela é con-

ceituada como “associação de malfeitores, bando ou quadrilha — grupo de pessoas, geralmente jovens, às vezes com disposição agressiva — grupo de pessoas que trabalham juntas, em atividades antisociais ou contrárias à Lei e que possuem relações sociais próximas e informais”.

Independentemente desses conceitos, provavelmente as gangues tenham sua gênese com os primeiros seres humanos do planeta. Registros históricos afirmam que no século I

* Colaboração do autor.

** Analista da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República 1997/98. Diplomado pela Escola Superior de Guerra, Especialista em Ciências Penais pela UFRGS e em Terrorismo – EUA.

alguns países como Congo, Afeganistão, Libéria, Somália, Ruanda e Serra Leoa, entre outros. A Indonésia e vários países da Ásia Central correm o risco de cair no mesmo despenha-deiro. As forças da desagregação assolam, também, países avançados como Canadá, Bélgica e Espanha. A América Latina, felizmente, até o presente momento não tem sofrido, de forma avassaladora, a pressão dessas forças centrífugas, ainda que alguns estados com grande proporção de populações indígenas descuram-se de prevenir-se contra potenciais explosões raciais e étnicas.

Vivemos em um mundo perigoso, no qual a soberania, já bastante limitada, dos pequenos e médios estados vê-se cada vez mais ameaçada, não somente pela presença das grandes potências e pelas forças secessionistas mas também pelo crescente poder globalizado das máfias, da criminalidade organizada, dos grupos

terroristas de cunho fundamentalista e das seitas apocalípticas. Para reduzir nossa vulnerabilidade diante dessas ameaças, é necessário, em primeiro lugar, que nos fortaleçamos internacionalmente, aumentando a capacidade da sociedade e o potencial do estado brasileiro. Isso implica, fundamentalmente, um verdadeiro estado de direito. Sem o império da lei, sem segurança jurídica, sem regras econômicas bastante claras e estáveis, não existirá criação de riqueza, somente distribuição desigual da miséria.

Certamente, não haverá um projeto histórico mais ou menos autônomo para a América Latina nesse alvorecer do terceiro milênio sem a imprescindível unidade e coesão dos estados membros. Ademais, é urgente e necessário que transformemos a integração latino-americana em um imperativo geopolítico, se desejamos deixar de sermos considerados exóticos e marginais espectadores no cenário internacional. ●



Editorial 2009

Coleção General Benício

SOLDADOS DA PÁTRIA

Frank D. McCann – coedição/Cia das Letras

Nas palavras do historiador Francisco Doratioto, trata-se de “obra inovadora que reescreve a História do Exército Brasileiro, desde a Proclamação da República até o Estado Novo”. O autor, nascido nos Estados Unidos, escreveu inúmeros e importantes estudos sobre a história militar brasileira. Esse livro fundamenta-se em detalhada pesquisa realizada em arquivos britânicos, norte-americanos, franceses e brasileiros, assim como em depoimentos de líderes militares e civis que sobreviveram após a época considerada.

As gangues e milícias regionais: uma tendência dos conflitos urbanos no futuro*

*André Luis Woloszyn***

RESUMO

Apresenta um estudo sobre o recrudescimento da violência praticada por gangues pós-conflitos mundiais, o crescimento e atuação destas em níveis regionais por meio de redes de interconectividade global e pela facilidade de acesso a novas tecnologias, em uma espécie de globalização do crime. Tomando-se por base o exemplo do Iraque, aborda os diversos tipos de gangues existentes no mundo e suas práticas delituosas, incluindo o terrorismo, e analisa sob o enfoque criminal como são tratadas essas questões no Brasil com a perspectiva de que as ações praticadas por esses grupos serão a tendência dos conflitos urbanos no futuro.

PALAVRAS-CHAVE

Conflitos, violência, criminalidade, urbanização.

Considerações iniciais

O surgimento de gangues, definidas como grupos de pessoas que se reúnem de forma sistemática para deliberadamente praticarem delitos, não é um tema recente, muito embora pouco explorado em estudos jurídicos e policiais. No universo de áreas do conhecimento humano como psicologia, sociologia e antropologia, existem diversas abordagens do assunto. No *Dicionário Houaiss*, ela é con-

ceituada como “associação de malfeiteiros, bando ou quadrilha — grupo de pessoas, geralmente jovens, às vezes com disposição agressiva — grupo de pessoas que trabalham juntas, em atividades antissociais ou contrárias à Lei e que possuem relações sociais próximas e informais”.

Independentemente desses conceitos, provavelmente as gangues tenham sua gênese com os primeiros seres humanos do planeta. Registros históricos afirmam que no século I

* Colaboração do autor.

** Analista da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República 1997/98. Diplomado pela Escola Superior de Guerra, Especialista em Ciências Penais pela UFRGS e em Terrorismo – EUA.

elas já existiam, eram nômades e atuavam disseminando o terror, pilhando, estuprando mulheres e exterminando pessoas em pequenos povoados na Europa e no Oriente Médio.¹

No Brasil, o crime de bando ou quadrilha foi introduzido pelo Código Penal vigente (1940), pois anteriormente era previsto o “ajuntamento ilícito” que nada tem a ver com a tipificação atual.

As gangues geralmente caracterizam-se por atuar nas ruas e bairros, de forma violenta, delimitando territórios. O *modus operandi* passa por motivações religiosas, raciais ou meramente delinqüências, como tráfico de drogas, roubos, assaltos e depredações ao patrimônio público e privado e desordens. Esses grupos inicialmente não apresentam uma forma clara de hierarquia tampouco objetivos maiores; porém, com o passar do tempo e dependendo da evolução e eficiência de suas ações (lucro nos negócios) e redes de expansão, tendem a se transformar em organizações criminosas complexas.

O fenômeno reside no fato de que essas gangues estão em franca expansão nas metrópoles mundiais. O crescimento desordenado das cidades, a imigração e migração em massa, as dificuldades em interação e integração social, o déficit no mercado de trabalho são fatores que contribuem para que grupos desenvolvam uma identidade própria e, no caso das gangues, passem a atuar em grupos nos quais cada integrante a considere como família. Esse comportamento tem por finalidade aumentar seu poder de aceitação e influência nas comunidades, além da necessidade de fazer parte de um grupo de pessoas com ideias se-

melhantes como forma de sentir-se amparado e não excluído.

A tendência dos conflitos urbanos do futuro tem uma razão. Segundo Smith (2003), “quase a metade da população mundial mora em cidades”, o equivalente a 40% do total da população mundial, e acrescenta que até o ano de 2020 esse índice atingirá 60% da população mundial. No Brasil, 84% de uma população estimada em 184,1 milhões de habitantes residem em centros urbanos, com destaque para as cidades de São Paulo (4^a maior cidade do mundo) e do Rio de Janeiro.

Ainda, segundo projeção do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, no ano de 2010 o país deverá ter uma população de 200 milhões de habitantes, dos quais, 166 milhões vivendo nos centros urbanos.

O sociólogo Zygmunt Bauman (2007), assim como alguns autores especializados no tema “urbanização”, é categórico em afirmar que “as cidades contemporâneas são os campos de batalha em que os poderes globais e os significados e as identidades teimosamente locais se encontram, se chocam, lutam e buscam um acordo satisfatório ou apenas tolerável...”.

E acrescenta que “os lares de muitas áreas urbanas de todo o mundo agora existem para proteger seus habitantes, não para integrar as pessoas com suas comunidades.” Além disso, “gatunos, espreitadores, vagabundos, pedintes inconvenientes, moradores de rua tornaram-se os personagens mais sinistros dos pesadelos da elite urbana”.

Esse ambiente — com sua prosperidade econômica, serviços essenciais razoáveis, tecnologia disponível e mercado de trabalho —

¹ Para Jéssica Stern, em sua obra *Terror em nome de Deus*, na antiguidade duas gangues se sobressaíam das demais. Os sizari, que atuaram há 2 mil anos, e os ismailis-nizari ou assassinos, que atuaram do século XI ao século XIII. Ambas inspiradas em convicções religiosas espalhavam o terror em populações de pequenos povoados assassinando pessoas com espadas e adagas.

constitui-se em atrativo para uma legião de pessoas que buscam a melhoria de suas condições de vida. Ao constatarem a realidade de que, sem terem uma profissão definida e baixa escolaridade, não conseguirão inserção na sociedade, restando residirem em morros e favelas nos centros ou periferias das cidades, algumas dessas pessoas inexoravelmente serão agentes ativos ou passivos como espectadoras amedrontadas, como vítimas ou como integrantes das gangues ou organizações criminosas atuando em um novo *front*: as grandes metrópoles.

A era pós-conflitos regionais e mundiais – O ambiente do caos

Os pós-conflitos mundiais e regionais historicamente trouxeram experiências traumáticas em termos de violência e criminalidade para as sociedades envolvidas, em menor ou maior grau, conforme a época em que ocorreram e as tecnologias disponíveis. Nos EUA, depois do término da Guerra de Secessão (1861-65), inúmeros soldados que nela combateram não retornaram a seus estados de origem, permanecendo como grupos armados em cidades como Nova York e Los Angeles, exercendo atividades criminosas (assassinatos, extorsões etc) como forma de sobrevivência.

Nos anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial, o índice de criminalidade aumentou consideravelmente na Europa, assim como nos EUA pós-Guerra da Coreia e do Vietnã e na região do Oriente Médio depois da invasão do Afeganistão pelos soviéticos, o que resultou no surgimento das milícias Talibãs no Paquistão, as quais utilizam-se do extremismo religioso como fonte de violência.

Esse fenômeno repetiu-se na América Central, inicialmente em El Salvador, Guatemala e Nicarágua (países à época envolvidos em guer-

ras civis e insurreições), na década de 1980, com o surgimento dos Maras, que significa a banda (gangue atuante em áreas urbanas com estimativas de mais de 70 mil integrantes, envolvida com tráfico de drogas, extorsões, prostituição e homicídios). Posteriormente o grupo, utilizando-se de redes de expansão, passou a ter caráter transnacional e atua em todos os países da América Central, com ramificações nos Estados Unidos, Canadá, México, Espanha e América do Sul.

Nos EUA é comum assistirmos a choques e disputas por espaços públicos entre gangues integradas por hispânicos e afro-americanos. Atualmente as disputas por espaço da MS (Mara Salvatrucha) e a M-18 (Mara 18, conhecida como a gangue de adolescentes recrutados em escolas públicas) levaram essas duas gangues a expandirem seu recrutamento não apenas com latinos, como era no início, mas com africanos e asiáticos.

Estas estão em franca expansão como endemia ou vírus que ressaltam autoridades americanas. Operam no interior de estabelecimentos penais, onde disputam espaços pelo controle, protegem-se e fortalecem-se para atuar em ruas e bairros. Possuem uma estrutura de liderança com normas e regras de conduta. Uma vez integrante de qualquer uma delas, torna-se impossível desistir ou desfiliar-se, pois o preço a ser pago é a morte. A MS-13 possui um Tribunal de lideranças que julgam casos como o de informantes e de pessoas indesejáveis ou aquelas que demonstram vontade de desistir. A pena geralmente é uma morte cruel (degola) para desencorajar outros integrantes a seguir aquele exemplo.

No Brasil, também possuímos gangues locais e nacionais embora segmentos não façam distinções entre as expressões “gangues” e “organizações criminosas”, as quais serão analisadas com maior propriedade no desenvolver deste

artigo. Entre as gangues mais conhecidas figuram os "Carecas do Brasil" e os "Skinheads" (disidentes dos Punks).

Já as milícias possuem um diferencial. Com maior organização tentam construir um ambiente paramilitar, semelhante ao que estavam acostumados a conviver na caserna. São formadas por ex-policiais (militares e civis) bombeiros, ex-agentes de empresas de segurança privada e ex-integrantes das Forças Armadas ou profissionais da ativa dessas organizações que, utilizando-se do *status* de agentes da lei e a pretexto de proporcionar maior segurança, expulsam os traficantes e intimidam as comunidades com cobrança de taxas e pedágios, transformando-se em grupos de extermínio além do cometimento de outros crimes. Geralmente as milícias contam com a simpatia das populações que preferem a segurança destes à violência dos traficantes.

A questão do Iraque – o laboratório criminal

O caso do Iraque não é diferente, pois vem demonstrando à comunidade internacional ser o maior laboratório da violência dos tempos modernos. O número oficial de baixas ainda é segredo de Estado. Algumas organizações estimam em 79 mil, outras em 150 mil, e esse número chega a um milhão de vítimas iraquianas contra cerca de 4 mil militares americanos mortos, segundo números oficiais do governo. Recentemente, a Universidade Johns Hopkins divulgou um estudo que apontava 650 mil vítimas fatais entre iraquianos e previsão de gastos na ordem de 515 bilhões de dólares para 2008.

Outras 750 mil restaram feridas, com elevado número das que tiveram membros amputados, moléstias permanentes e portadoras de distúrbios psicológicos. Essa estatística levou especialistas a compararem a situação vivida lá com a guerra civil espanhola ocorrida

entre os anos de 1936-39. Atualmente, além de integrantes de conhecidos grupos terroristas como a Al Qaeda, operam naquele teatro pequenas células compostas por gangues de delinquentes, criminosos, extremistas religiosos, facções xiitas e sunitas rivais, veteranos do Afeganistão e milícias formadas por antigos membros da Guarda Republicana Iraquiana, os quais vêm se capacitando, técnica e psicologicamente, para ações cada vez mais ousadas e eficientes no ambiente urbano.

Insurgentes, como são denominados pelas Forças da Coalizão, testam sistematicamente sua capacidade no uso da força, o que a ciência política defende como sendo monopólio exclusivo do Estado, não apenas contra militares e autoridades locais mas também contra a população indefesa. Embora esta não esteja ligada diretamente ao conflito, os atentados contra alvos civis têm recrudescido em razão de provocarem maior impacto na mídia do que aqueles praticados contra comboios e instalações militares. (Vide 11 de setembro de 2001 nos EUA, os atentados nos metrôs de Madri em 2004, Londres em 2005, e no Teatro Bolchoi, Moscou em 2004).

Embora o cenário atual aponte que a situação do Iraque, no que se refere a atentados terroristas, esteja sob controle depois da mudança de estratégia das Forças de Coalizão com a aplicação do novo Manual de Contra-Insurgência do Exército, a contratação de milícias sunitas para a segurança, crimes praticados por gangues, tais como tortura, furtos, saques, estupros, sequestros e assassinatos, misturam-se ao cotidiano dos, aproximadamente, cinco milhões de habitantes de Bagdá.

A facilidade de acesso a novas tecnologias

As diversas formas de violência vêm se desenvolvendo em virtude, especialmente, da

interconectividade global, da facilidade de acesso a redes informais de comércio ilegal (drogas ilegais, armas, explosivos e tecnologia), recriando um ambiente de guerrilha urbana mais sofisticado do que aquela praticada nas décadas de 1960-70. E as técnicas utilizadas não se limitam a alvos humanos diretamente. Os insurgentes têm buscado opções nos serviços essenciais, realizando ataques e sabotagens a torres de transmissão de energia elétrica (Bagdá em 2007 chegou a enfrentar blecaute de 4 a 6 horas diárias), redes de abastecimento de água, gás natural, linhas de distribuição de combustível e ferrovias. Ainda não há registros da utilização de armas químicas ou bacteriológicas, mas o seu uso poderá ser uma questão de tempo.

O novo paradigma de alvos

Partindo do narcotráfico e do terrorismo, as principais causas para a mudança do paradigma de alvos são o fato de que as megacidades estão cada vez mais dependentes de redes e de sistemas centralizados, controladores praticamente de todas as necessidades de seus cidadãos — recente pesquisa aponta que a maioria da população mundial vive em ambientes urbanos — e do baixo custo das ações em relação aos prejuízos que podem resultar incalculáveis. Atacando esses sistemas, a criminalidade estará utilizando eficientemente o maior princípio do terrorismo que é o aspecto psicológico de causar pânico nas populações, além de enfraquecer gradativamente o monopólio do controle e do uso da força o qual anteriormente era privilégio estatal. Outra questão muito discutida é a infiltração de integrantes dessas gangues em órgãos estatais e organizações não governamentais, em partidos políticos e em movimentos sociais, bem como da corrupção e intimidação a agentes

públicos. O objetivo a ser alcançado com essas ações é a demonstração de força na tentativa de desmoralizar o governo demonstrando sua incapacidade em administrar crises internas, pondo em dúvida a própria governabilidade e expondo a fragilidade dessas democracias.

O intercâmbio e a tendência dos conflitos urbanos no futuro

Outro fator que tem chamado a atenção de especialistas é a existência de uma conexão entre essas gangues e cartéis de drogas, inclusive da América do Sul, organizações criminosas, grupos terroristas daquela região e da África para intercâmbio de informações e apoio financeiro. Em muitos casos, pela ineficiência do aparelho estatal e consequente beligerância, para sobreviver ao ambiente do caos, essas células estão se transformando em grupos de alto poder destrutivo e dispersivo, uma vez que se confundem com a população, o que torna difícil a detecção e a prisão de número significativo de seus integrantes. Esse fator cria sérias dificuldades para a realização de operações policiais ou militares, além de despertar a atenção de organizações internacionais de direitos humanos. Os atentados são planejados com custos reduzidos (muitos dos materiais utilizados são receitas caseiras, como a “bomba improvisada” – Improvised Explosive Device – IEDs, uma espécie de mina produzida com mistura de pólvora e fertilizantes, acionada por controle remoto de garagens e celulares), ou o míssil fabricado a partir de um botijão de gás e explosivos (com pregos e caços de vidro em seu interior). As ações são simultâneas em diversos pontos de Bagdá para dispersar a atenção e pulverizar a atuação das forças policiais no socorro às vítimas. Na maioria das vezes, os autores permanecem no local

como espectadores do resultado de suas ações, misturados à população de curiosos.

Infelizmente, esse quadro de violência é apontado por especialistas como sendo a nova tendência de conflitos internos, Estado *versus* Estado, travado agora no *front* das megalópoles mundiais. Pequenas gangues continuarão se fortalecendo e aumentando o número de integrantes e simpatizantes, notadamente jovens; em alguns casos, passando de meros grupos violentos a organizações criminosas capacitadas a atuarem no ambiente urbano, utilizando-se de técnicas terroristas sofisticadas.

Nesse cenário surgem dois grandes questionamentos e preocupação de organismos internacionais, seguindo a tendência histórica das eras pós-conflitos: é possível retardar a disseminação de todo esse conhecimento de violência adquirido por essas organizações criminosas na guerrilha urbana no Iraque a grupos similares nas grandes metrópoles mundiais? E como preparar os órgãos e instituições governamentais para se antepor à iminente crise de insegurança global fruto dessa expansão?

As Farc na Colômbia

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Farc foram fundadas em 1964, oriundas de diversos grupos de autodefesa campesina existentes na época, sob a influência do Partido Comunista Colombiano – PCC. Era fruto de uma estratégia comunista da Guerra Fria com viés revolucionário baseado na doutrina marxista e objetivava a tomada do poder central e a transformação do sistema político colombiano. Possuía caráter ideológico, e suas ações concentravam-se na guerrilha rural contra forças do governo.

Constitui-se em um grupo extremamente violento, organizado aos moldes das milí-

cias paramilitares, com rígida disciplina e hierarquia. Utiliza-se da tática de assassinato de líderes comunitários, políticos, estrangeiros, policiais e militares das Forças Armadas e contra a população civil em geral, como forma de intimidação. O recrutamento é realizado entre os habitantes rurais da região e mercenários, inclusive internacionais. Entre os crimes cometidos além do narcotráfico ou narcoterrorismo estão assaltos, sequestros, extorsões, utilização de explosivos (carros-bomba, colar-bomba) emboscadas e sabotagens. É atribuída a ela a manutenção de campos de prisioneiros (reféns) na selva, onde não raro apelam para a tortura (mutilação) como forma de interrogatório e aplicam a pena de morte.

Inobstante serem consideradas “grupo terrorista” pelos EUA, continuam a receber patrocínio de países apoiadores que possuem interesses na desestabilização do Governo colombiano e da região. Para alguns especialistas internacionais, ela abandonou as características de grupo guerrilheiro para se transformar em organização criminosa aos moldes dos Maras nas América Central e do Norte e do Primeiro Comando da Capital – PCC no Brasil. Seu diferencial é ser uma força paramilitar maior capacitada e com objetivos estratégicos.

A operacionalização do Plano Colômbia, implementado no ano de 2000, obteve reconhecimento internacional, inclusive da ONU, pois, segundo relatórios de observadores, resultou em uma redução dos índices de violência e criminalidade que beirava a uma guerra civil. Sua efetivação causou enfraquecimento dos grupos de narcotraficantes e paramilitares, inclusive das Farc, que sofreram pesadas baixas, reduzindo suas zonas de atuação e controle (12 mil km² da Amazônia colombiana) impedindo sua expansão. Infelizmente o plano previu apenas confronto de forças militares

contra forças irregulares, sem abordar aspectos sociais, os quais favorecem o fortalecimento desses grupos como a miséria, o desemprego e a desigualdade social, fatores propiciadores do recrutamento de novos integrantes.

Atualmente as Farc são um fator desestabilizador da segurança na América Latina, o que deverá recrudescer, sobretudo, pelo auxílio financeiro de países a suas operações. A dificuldade maior para o Governo brasileiro reside no fato de que já resta comprovada a relação de intercâmbio das Farc com organizações criminosas e movimentos sociais nacionais.

O comportamento e a reação dos governos

É ponto comum que o surgimento dessas gangues ou milícias se deve em parte aos próprios governos que, pela passividade ou pela carência de recursos e infraestrutura, permitiram a estas um crescimento vertiginoso, dominando espaços geográficos junto às comunidades.

Políticas equivocadas, como as que são adotadas em alguns sistemas penitenciários, contribuem para o aprimoramento das habilidades criminais, além de proporcionar proteção e reforço à identidade do grupo. Esses dois últimos aspectos, aliados à corrupção de agentes públicos, fortalecem as lideranças para que coordenem ações delitivas, tais como homicídios e guerras de disputa entre outros grupos do interior de estabelecimentos penais.

Um exemplo claro foi a política de deportações em massa de integrantes dos MS 13 e M 18 dos EUA para seus países de origem (El Salvador, Guatemala e Nicarágua), o que ocasionou um período de violência sem precedentes nesses países, pois os Maras não encontraram resistência (polícia despreparada) e um terreno inexplorado para suas práticas criminais.

Em países considerados em desenvolvimento, notadamente da América Latina, a situação é assustadora. Particularmente no Brasil, a dificuldade em policiar o próprio território, as favelas urbanas com grande concentração populacional e a fraca ou nenhuma presença do estado nesses locais favorecem o surgimento de gangues e constantes disputas para ocupar esses espaços.

A vulnerabilidade da legislação penal (falta de tipificação de alguns delitos), a questão da maioridade penal (atos infracionais praticados por adolescentes) e o descrédito em programas de inclusão social voltados para jovens infratores são fatores complicadores. Existem outros como dificuldades de infraestrutura nos estabelecimentos socioeducativos aliados a uma antiga concepção de segurança pública (já ultrapassada) ainda das décadas dos regimes militares (1960-90), dificuldade de aculturação e as poucas oportunidades de trabalho ou ascensão social. Essa realidade sem perspectivas acaba resultando no agravamento do quadro.

O enfoque brasileiro

No Brasil, as estatísticas policiais sobre atuação destas são inexistentes. Em recente pesquisa realizada nos Tribunais de Justiça do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, além do Ministério da Justiça e do Conselho Nacional de Justiça, ficou evidenciado que não há estatísticas específicas sobre condenações de pessoas por envolvimento em bandos ou quadrilhas, tampouco registros de ocorrência policial nesses termos.

No entender de muitos, “gangue” é um nome atribuído a pequenos grupos que praticam delitos tradicionais como furtos, roubos

e depredações. Não possuem uma hierarquia e atacam em grupos. É caracterizada por ser uma criminalidade de maior visibilidade, que afeta o cotidiano das pessoas.

Por esse motivo, muitos especialistas não consideram grupos como o Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando e Amigos dos Amigos como "gangues", preferindo o termo "organizações criminosas" por abranger uma gama maior de delitos "concurso de crimes" e uma estrutura mais elaborada, muito embora essa expressão não exista como figura jurídica.

O Primeiro Comando da Capital – PCC no Brasil

A maior e mais abrangente organização criminosa no Brasil, o PCC, foi criado em 1993, no interior da Casa de Custódia de Taubaté, no Estado de São Paulo, e tinha por finalidade dominar o sistema prisional por meio do tráfico de drogas, extorsões e execuções sumárias.

Pela adoção de um sistema rígido de hierarquia, comando próprio, estatuto e planejamento coordenado das ações, passou a dominar também o cenário do crime organizado em São Paulo com ramificações em outros 18 estados brasileiros, possibilitados pela transferência de presos da facção para outras penitenciárias do país.

Possui grande capacidade de articulação com a utilização de aparelhos celulares e centrais telefônicas clandestinas, além da utilização de parentes de detentos para a realização de levantamentos em futuros alvos. Recentemente levantamento realizado por órgãos da inteligência brasileiros apontam que o grupo possui sistema de inteligência com escutas telefônicas direcionadas para políticos, autoridades

do estado, empresários e policiais. Também restou comprovado que está infiltrado em órgãos públicos utilizando-se da corrupção de agentes governamentais e possui ligações com outros grupos criminosos como o Comando Vermelho no Estado do Rio de Janeiro e possivelmente intercâmbio com as Farc, na Colômbia.

Nos meses de maio, junho e agosto de 2006, o PCC foi o responsável por uma mega rebelião em 73 estabelecimentos penitenciários, onde foram praticadas 1.029 ações terroristas coordenadas do interior de uma dessas casas prisionais e disseminadas pela região metropolitana de São Paulo e em diversos municípios, resultando em 56 mortos, entre policiais civis, militares e bombeiros, 56 transportes coletivos incendiados, 26 estabelecimentos comerciais saqueados, explosão de bombas em prédios públicos, entre outros.

Em dias alternados, durante as ações do PCC, houve o fechamento de escolas e do comércio e a paralisação do sistema de transportes coletivos atingindo cinco milhões de usuários. Em razão da grande demanda em ligações por telefonia celular, o sistema entrou em colapso, deixando milhões de pessoas sem comunicação, causando terror e pânico na população da 4ª maior cidade no ranking mundial.

Estima-se que a organização conte com cerca de 16 mil integrantes. Um de seus objetivos imediatos é a participação na vida legislativa do país com a fundação de um partido político, o "Partido da Comunidade Carcerária", além do patrocínio financeiro a candidatos escolhidos previamente pela organização em outras legendas para a eleição de vereadores, deputados estaduais e federais. Atualmente, a organização vem se fortalecendo e possui uma espécie de Tribunal Penal com direito de vida e morte sobre seus julgados

(ex-integrantes, informantes da polícia, detentos de outras facções e indesejáveis). Há indícios, segundo levantamento de setores da inteligência, de que adquiriram recentemente uma central para escutas telefônicas (grampo).

Os episódios de violência repetiram-se no Rio de Janeiro, quatro meses depois dos incidentes em São Paulo e com o mesmo *modus operandi*. Integrantes das facções conhecidas como Amigo dos Amigos, Terceiro Comando e notadamente o Comando Vermelho em apenas três dias realizaram 36 atentados que causaram a morte de 19 pessoas e ferimentos em outras 32, além de 10 transportes coletivos e 2 veículos de passeio incendiados.

Esse fenômeno foi inédito na história criminal no Brasil, mas não é fato isolado na América Latina, pois guarda algumas semelhanças com os episódios ocorridos em 1993, em Bogotá, na Colômbia. Na época, o narcotraficante Pablo Escobar, chefe do Cartel de Medellín, insatisfeito com sua transferência para uma prisão de segurança máxima, promoveu uma série de atentados com artefatos explosivos e assassinatos de policiais. De janeiro a abril, esses atentados causaram 36 mortes e aproximadamente 500 feridos.

Inobstante, há diversas definições que poderiam ser empregadas, mas não atingiu a unanimidade; algumas dessas têm sido mais ou menos aceitas doutrinariamente. No entender de Fernandes (apud HIRECHE, 2005), organização criminosa “é aquela que, por suas características, demonstre a exigência de estrutura criminal, operando de forma sistematizada, com atuação regional, nacional e ou internacional”.

A definição do National Criminal Intelligence Service – NCIS é mais abrangente para o nosso enfoque: “Crime organizado é uma atividade de grupo, disciplinada e estrutu-

rada, que tem como primeiro fim obter proveito econômico por meio de atividade criminosa de longo termo e contínua, conduzida independentemente das fronteiras nacionais, gerando proveitos que são disponibilizados para fins ilícitos.”

Como veremos mais adiante, não se pode comparar crime organizado com os delitos praticados por bando ou quadrilhas.

O crime organizado, segundo a história criminal, teve origem na época dos governos militares, mais precisamente na década de 1960, quando presos políticos, guerrilheiros e criminosos eram encarcerados em estabelecimentos penais comuns. O mais conhecido destes foi a “Ilha Grande” no Rio de Janeiro. Daí o crime profissionalizou-se e tornou-se mais audacioso com os ingredientes de tática, de estratégia e de guerrilha urbana nos delitos convencionais ou chamados de criminalidade de massa.

Em nosso ordenamento jurídico, essas expressões são conflitantes e é interessante constatar que as duas leis que tratam do tema “crime organizado” e “organização criminosa” (Lei 9.034/95 e a Lei 10.217/01) não definem essas expressões não obstante serem muito utilizadas pela mídia e por profissionais do Direito.

Ao contrário, com a criação da Lei 10.217/01 o efeito foi catastrófico. A Lei 9.034/95, que “dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas”, era mais abrangente enquanto tratava de crimes cometidos por bando ou quadrilha. A nova Lei veio a alterar os artigos 1º e 2º da anterior, consequentemente tornando-a menos eficaz à medida que o novo texto trata da expressão “organização criminosa”, que não está tipificada em nossa legislação e não há previsão de sanção. Então, o que significam juridicamente essas

duas expressões? E de que forma poderá ser aplicada a Lei 9.034/95?

Por inferência, podemos entender apenas que o crime organizado não pode abranger os conceitos de quadrilha ou bando, associações criminosas e todos os ilícitos decorrentes desta, muito embora o que mais se aproxima desse "pseudocrime" em nossa legislação seja o conceito de quadrilha ou bando, este sim, tipificado pelo artigo 288 do Código Penal:

"Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando para o fim de cometerem crimes" e seus pressupostos, no entender de Mirabete:

a) Concurso necessário de pelo menos quatro pessoas;

b) Finalidade específica dos agentes voltada ao cometimento de delitos — prática de uma série indeterminada de delitos;

c) Exigência de estabilidade e de permanência da associação criminosa — duradoura atuação em comum ou vínculo associativo permanente para fins criminosos.

Não obstante, inúmeras obras apontam os delitos considerados como crime organizado, entre estes o narcotráfico, o contrabando, a falsificação de moedas e documentos, o roubo de cargas, os jogos de azar, crimes na internet, o tráfico de armas e de órgãos humanos, o branqueamento de capitais, a prostituição internacional, a pedofilia e a corrupção de agentes governamentais.

É possível que, com o Decreto 5.015/04 que promulga a Convenção das Nações Uni-

das contra o Crime Organizado Transnacional,² o legislador brasileiro se aprofunde na tipificação de crime organizado e definição do que venha a ser uma organização criminosa.

Perfis e motivações

Com relação a perfis de gangues brasileiras, a socióloga Maria Stela Santos Gracimar trouçou o perfil de integrantes das gangues da zona norte de São Paulo, durante um ano e meio de convivência com estes, o qual serve como parâmetro para o estudo de outras congêneres. Em seu levantamento, ela constatou que a maioria tem entre 11 e 16 anos de idade e é inteligente; possui códigos específicos de identificação (tatuagens) linguagem, roupa, comportamento e gestos; está afastada dos valores da religiosidade e da escola; sente necessidade de pertencer a um grupo como substituto da família; não assume responsabilidades (no grupo a responsabilidade deixa de ser individual e passa a ser coletiva).

As motivações podem ser inúmeras, entre elas, crises com a família, que acaba gerando uma necessidade no adolescente em pertencer a um grupo como substituto dessa família; a busca de autoafirmação e convivência com pessoas que têm os mesmos problemas e falam a mesma linguagem, revolta e insatisfação contra os valores da sociedade moderna ou meramente por aventura ou curiosidade.

As gangues internacionais possuem o mesmo perfil e motivação, uma vez que os conceitos

² A Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional define grupo criminoso organizado como grupo estruturado de três ou mais pessoas atuando, concertadamente, com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves, com a intenção de obter direta ou indiretamente um benefício econômico ou outro benefício material. Entre as características estão o planejamento de suas ações, o uso sistemático de meios violentos e terroristas, além da intimidação e ameaças, a diversificação de atividades ilegais e a corrupção como ferramenta.

Como grupo estruturado, a Convenção define ser um grupo formado de maneira não fortuita para a prática imediata de uma infração, ainda que os seus membros não tenham funções formalmente definidas, que não haja continuidade na sua composição e que não disponha de uma estrutura elaborada.

internacionais são idênticos e se aproximam de bando ou quadrilha. Nesse sentido, o perfil dos integrantes das gangues em outros países também são o de criminosos comuns, alguns com escolaridade superior, geralmente na liderança. As motivações vão desde a falta de qualificação e, consequentemente, de um mercado de trabalho até pela necessidade de sobrevivência em relação a outros grupos criminosos que tentam se aproveitar do delinquente “avulso”. Alguns iniciam sua participação de maneira forçada, no interior de estabelecimentos penais quando do cumprimento de penas como alternativa de proteção.

Organizações criminosas e gangues versus terrorismo criminal

Muitos não creem que uma gangue ou organização criminosa possa realizar ações terroristas contra a população urbana, e o paradigma reside no fato de que, no imaginário das pessoas, o terrorismo está relacionado com turbantes, extremistas religiosos e atentados à bomba em aviões e prédios.

Ao analisarmos qualquer das inúmeras definições sobre o terrorismo, pode-se avaliar melhor a questão.

O Código Criminal dos EUA define terrorismo como sendo “atividades que envolvam atos violentos ou que causem perigo à vida humana e que tenham por objetivo intimidar ou coagir a população civil, influenciar a política governamental por intimidação ou coerção, afetando a condução governamental...”.

Segundo o Código Penal francês, terrorismo é caracterizado por “atos individuais ou coletivos dolosamente praticados com o objetivo de perturbar gravemente a ordem pública por intimidação ou terror, como o atentado à

vida, à integridade física, o rapto, o sequestro de pessoas...”.

Nesse sentido, os acontecimentos protagonizados pelo “Primeiro Comando da Capital – PCC”, em agosto de 2006, no Estado de São Paulo, e pelo “Comando Vermelho – CV”, em dezembro do mesmo ano, no Estado do Rio de Janeiro, são considerados ações terroristas. Foram registrados, somente no Estado de São Paulo, 1.029 ataques a alvos na capital e região metropolitana, totalizando 56 mortos. Os assassinatos direcionados a agentes de segurança pública, bombas incendiárias em transportes coletivos, sequestros, explosão de bombas em prédios públicos, saques em estabelecimentos comerciais se enquadram perfeitamente nos conceitos de terrorismo transcritos acima.

Essas ações geraram terror e pânico na população desses dois estados em uma tentativa de intimidação das autoridades governamentais. Seus efeitos mais danosos foram os de ordem psicológica (insegurança, medo e sensação de vulnerabilidade), pois ocasionaram o fechamento do comércio, suspensão das aulas em estabelecimentos de ensino, suspensão do transporte público e toque de recolher, visto que os ataques ocorriam geralmente à noite.

Outra análise que reforça essa afirmação é a comparação das características das ações delituosas cometidas com as características dos atos terroristas estudados internacionalmente e validados pela ONU; a natureza indiscriminada, a imprevisibilidade e arbitrariedade, a gravidade dos atos e consequências e o seu caráter amoral e de anomia.

Fatos semelhantes ocorreram recentemente em El Salvador e na Guatemala envolvendo os Maras (MS13 e M18). Dessa forma, não podemos subestimar essa ameaça, pois percebemos

ser uma tendência mundial, a globalização do crime pelas redes do ciberespaço.

Retornando aos conceitos de gangue e organização criminosa, procuramos elencar, logo a seguir, 13 itens que revelam as diferenças entre ambas, embora não esteja descartada a hipótese de que a estrutura simples poderá evoluir para uma estrutura complexa.

Estágio 1 – estrutura simples

- caráter local;
- objetivos não definidos;
- liderança temporária;
- formada em sua maioria por adolescentes;
- fazem questão de se identificar para fortalecer o grupo perante os demais;
- possuem mecanismos de identificação como tatuagens, roupas, cabelo etc;
- utilizam-se da intimidação;
- disputam espaços públicos (bairros e ruas);
- seus integrantes estão sujeitos às sanções do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
- baixa escolaridade;
- tráfico de drogas em pequena escala, assaltos, roubos, homicídios, extorsões e furto de veículos;
- movimentam pequenas quantias de dinheiro;
- o recrutamento é realizado entre moradores do bairro onde atuam e em escolas públicas.

Estágio 2 – estrutura complexa

- caráter transnacional;
- objetivam o lucro;
- possuem forte liderança e organização;
- a maioria formada por adultos;
- atuam com discrição e sigilo;
- raramente possuem indicativos de identificação visível entre seus integrantes;

- utilizam-se da corrupção;
- utilizam-se de redes de expansão e apoio para aumentar seus negócios;
- estão sujeitos à legislação penal e a leis para crimes específicos;
- alguns possuem nível superior, outros são especialistas em alguma área;
- entre os crimes praticados estão o narcotráfico, prostituição, lavagem de dinheiro, tráfico de armas, contrabando, crimes na internet, jogos de azar, roubo de cargas etc;
- movimentam grandes quantias de dinheiro;
- o recrutamento é realizado em estabelecimentos penais, órgãos públicos, universidades e entre profissionais liberais.

Ao analisarmos os itens acima, pode-se constatar a existência de fato de uma evolução que parte do simples ao mais complexo. Esse crescimento é diretamente proporcional à adoção ou não de políticas públicas. O fenômeno de crescimento das gangues é espantoso, pois inicia-se na prática de pequenos delitos e, com o passar do tempo, torna-se mais ousada, mais experiente, vislumbrando um universo maior de atuação e maiores possibilidades de lucros.

Perspectivas

Acredita-se que não há como retardar a disseminação desses conhecimentos, em especial porque a criminalidade é dinâmica e globalizada, aperfeiçoa-se e evolui com as novas tecnologias que são compartilhadas pela internet com milhões de pessoas. Infelizmente, o que está sendo observado no Iraque e na América Central deverá ser a nova tendência de conflitos urbanos futuros, tendo as grandes metrópoles mundiais como *front*.

Esse fenômeno já está em franca expansão na Europa. Em países como Espanha, Itália e

França começam a surgir gangues de imigrantes, notadamente Albaneses e Romenos. Em Portugal, cresce o índice de crimes cometidos por gangues de imigrantes brasileiros envolvidos com redes de prostituição internacional e com imigrantes ilegais. Nos EUA existem centenas de grupos denominados “gangues ou milícias” (definidos pela legislação daquele país como grupo de três ou mais pessoas que se unam com a finalidade primária de cometer crimes), não necessariamente marginalizados, mas adeptos da violência ou simplesmente para causar distúrbios na comunidade a qualquer pretexto, com hierarquia, disciplina, planejamento, dissimulação e flexibilidade nas ações.

Outra questão desprezada por observadores e especialistas é a de que as pequenas ações dessas gangues, sua capacidade limitada e o grau de despretenciosidade inicial são prenúncio para algo mais complexo, podendo ocorrer transformação de uma gangue de rua para uma organização criminosa, em que ações coordenadas estrategicamente, organizadas por uma estrutura gerencial semelhante a de empresas e das Forças Armadas, irão dificultar cada vez mais as operações policiais ou militares. E o paradoxo reside na utilização da mesma tecnologia que serve ao bem comum dos cidadãos para a prática de ilícitos e atentados contra comunidades, redes e sistemas, testando a eficiência do aparelho estatal na resolução de conflitos.

Quanto às medidas de prevenção contra esse fenômeno, estar em franca expansão, a atual doutrina de segurança pública no país, mostra-se deficiente e a utilização das Forças Armadas, como apregoam alguns, constitui-se em um tremendo equívoco.

Conclusões

Como já comentamos no decorrer deste artigo, e pelos dados expostos nele, a tendên-

cia é, em um período relativamente curto, o recrudescimento das ações de gangues em níveis regionais, expandindo-se para diversos países por meio das redes de interconectividade ou ciberespaço. Muitos países ainda não sabem como lidar com essa nova face da criminalidade, incluindo-se os EUA e o Brasil. À medida que o ambiente urbano cresce e se desenvolve, esse fenômeno torna-se irreversível, pois crescem as mazelas sociais, as segregações de classes e, consequentemente, aumentam as disputas por espaços públicos e privados com os instrumentos que se apresentarem mais disponíveis. Para uma parcela significativa da sociedade, a violência e a criminalidade.

Por outro lado, tem-se uma legislação penal pouco clara em relação a grupos criminosos, e as expressões “crime organizado” ou “organizações criminosas”, a exemplo do terrorismo, e das quais nos utilizamos incessantemente para definir um estado “especial” de criminalidade, não existem juridicamente, pois não foram tipificadas. No âmbito internacional, essas expressões seriam entendidas como “gangues” ou trazendo para a nossa realidade “bando ou quadrilha”, o que também não se adaptam à nossa realidade.

É certo que os governos são, em grande parte, responsáveis pelo crescimento desses grupos, quer pela adoção de políticas equivocadas, inclusive no plano social, ou pela falta de investimentos e carência de recursos financeiros. O fato é que, embora alguns países tenham investido pesadamente na repressão, o número de gangues continua a aumentar, enquanto as organizações criminosas se fortalecem.

Esse quadro tende a comprometer a segurança hemisférica e deve provocar uma mudança de paradigma em relação aos conflitos modernos, que pela globalização, no entender de Bauman (2007), sofre um processo de

desregulamentação. Esses conflitos, não apenas internos mas também transnacionais, são questões estratégicas de segurança pública e segurança nacional, pois trata-se de "organizações não estatais cujos atores não estão sujeitos a leis do estado, tampouco a convenções internacionais".

As consequências do recrudescimento das gangues e milícias regionais são profundas e multifacetadas, sobretudo pela amplitu-

de de suas redes de expansão. Atingem o Direito Penal Internacional na questão dos julgamentos e das extradições e as Relações Internacionais, pois comprometem a política de imigração com a possibilidade de infiltração de integrantes dessas organizações na comunidade imigrante, o que acarretará o retorno do rígido controle de fronteiras, especialmente na Comunidade Europeia, no Mercosul e em outros blocos regionais. ☐

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2007.
- BRASIL, Decreto-Lei nº 2.848/40. In: BRASIL. Código penal. 42^a ed., São Paulo: editora Saraiva, 2004.
- BORAZ, Steven C.; BRUNEAU, Thomas C. *Os Maras e a segurança na América Central*. Disponível em: www.defesanet.com.br.
- HIRECHE, Gamil Föppel El. *Análise criminológica das organizações criminosas: da inexistência à impossibilidade de conceituação e suas repercussões no Ordenamento Jurídico Pátrio*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2005.
- HOUAISS, Antonio. *Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa*.
- MANWARING, Max. G. *Gangs And Other Illicit Transnational Criminal in Central America, El Salvador, Mexico, Jamaica, and Brazil*. Disponível em: www.strategicstudiesinstitute.army.mil. Acesso em 2007.
- PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal brasileiro*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 3: parte especial, 2001.
- SMITH, Dan e Bracine Ane. *Atlas da situação mundial*. Tradução de Mário Vilela. 1^a ed. São Paulo: Companhia e Editora Nacional, 2007.
- STERN, Jéssica. *Terror em nome de Deus: porque os militantes religiosos matam*. Tradução de Marta Góes e Mário Góes. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.
- SZNICK, Valdir. *Crime organizado – Comentários*. São Paulo: Livraria e editora Universitária de Direito Ltda, 1997.



Editorial 2009

Coleção General Benício

PODER MUNDIAL

A guerra no século XXI

George Friedman e Meredith Friedman

Essa obra trata das profundas modificações acarretadas pelo avanço da tecnologia digital na arte da guerra. Segundo os autores, ao encerrar-se o século XX, o Mundo assistiu ao final da primeira era geopolítica global, que persistiu por 500 anos.

Modelo brasileiro de faixa de fronteira: um imperativo estratégico a ser mantido ou uma concepção ultrapassada?*

*Gustavo de Souza Abreu***

O Congresso Nacional, os ministérios da Defesa, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Agrário, a Casa Civil, as Forças Armadas, a AGU, prefeitos de municípios fronteiriços, movimentos ambientalistas e sociais, setores acadêmicos e outros órgãos interessados apresentam visões diferentes acerca do tema. Alguns procuram justificar a absoluta necessidade da manutenção da faixa e, em alguns casos, até mesmo ampliá-la. Na linha oposta, outros setores buscam a sua redução, especialmente na região Sul do país; com posicionamentos mais radicais sugerindo até mesmo a sua eliminação. A questão é multidisciplinar, extrapolando, não raro, as duas vertentes clássicas de segurança e desenvolvimento que encerram a concepção estratégica da faixa de fronteira do Brasil.

Introdução

Apartir de meados de 2005, com a divulgação da aquisição de grandes espaços de terras rurais por empresas estrangeiras — notadamente no Rio Grande do Sul, para o plantio de eucaliptos destinado à produção de celulose —, acirrou-se o debate nacional acerca da necessidade de manutenção de uma *faixa de fronteira* no formato existente no Brasil.

Questão Fundiária — Compra de terras por multi no Rio Grande do Sul reabre debate sobre fronteiras.

Um projeto da multinacional sueco-filandesa

Stora Enso, que quer adquirir 120 mil hectares de terras para plantar eucaliptos em 11 municípios do Rio Grande Sul, gera polêmicas entre os gaúchos desde que foi anunciado, em outubro de 2005, e acaba de provocar a abertura de um debate nacional sobre mudanças na Lei de Fronteiras, estabelecida em maio de 1979, como parte da doutrina de segurança nacional vigente à época.

(Extrato da reportagem do jornalista Elder Ogliari, *O Estado de São Paulo*, 04/03/2008)

Apesar das finalidades de alto alcance estratégico que fundamentam o modelo faixa de fronteira historicamente adotado pelo Brasil, a legislação que regrava o assunto é, curiosamente, questionada e frequentemente responsabilizada pela inibição do desenvolvimento regio-

* Colaboração do autor.

** O autor é Coronel de Infantaria e de Estado-Maior.

nal, particularmente na região Sul do Brasil. Por outro lado, a Defesa e outros órgãos que instrumentalizam a racionalidade do Estado, além de importantes setores acadêmicos e movimentos ambientalistas, consideram a manutenção dessa experiência nacional absolutamente necessária à segurança do território e, concomitantemente, ao desenvolvimento das ermas regiões abrangidas pela faixa, além de constituir importante instrumento para coibir a ação depredadora do meio ambiente empreendida por empresas multinacionais descompromissadas com as populações locais.

Assim, é relevante o seguinte questionamento quanto à faixa de fronteira nacional: os imperativos de segurança e desenvolvimento continuam atuais e necessários ao Brasil? Ou: não seriam os imperativos de segurança e desenvolvimento uma concepção ultrapassada para o Brasil de hoje?

Este ensaio analisa a questão sob diferentes perspectivas, apresentando argumentos favoráveis e contrários ao modelo faixa de fronteira adotado no Brasil, concluindo se deve ou não este instituto ser mantido como imperativo estratégico nacional.

Faixas de fronteira no Brasil e no Mundo

Breve histórico

O conceito de faixa de fronteira evoluiu ao longo da História da consolidação do Estado brasileiro. Tal situação é caracterizada pelas sucessivas referências ao termo, constante de todas as constituições federais brasileiras.

Em 1850, com a promulgação da Lei de Terras do Império, foi estabelecida uma faixa de 66km que visava ao estabelecimento de colônias militares para a preservação das fronteiras nacionais, ainda não totalmente definidas. A primeira Constituição da República, de

1891, recepcionou a Lei de Terras, mantendo a largura de 66km. Nos termos da Carta Magna de então, todas as terras devolutas dentro dessa faixa eram de domínio da União, ao passo que as demais seriam de domínio dos respectivos estados.

A Constituição Federal de 1934 criou uma *faixa de segurança nacional*, com 100km de largura, englobando a faixa de fronteira, e proibiu que os estados concedessem títulos de terra nessa faixa sem a anuência do Conselho Superior de Segurança Nacional.

Na Constituição de 1937, a *faixa de segurança nacional* foi alargada até 150km, mantendo a faixa de fronteira nos 66km originais para fins de concessão de títulos e limites de terras.

A Constituição de 1946 não fixou uma dimensão de largura para a faixa de fronteira, mas considerou o conceito de área de interesse da Segurança Nacional, que seria posteriormente regrado pela Lei nº 2.597, de 1955, a qual dispôs sobre as zonas indispensáveis à defesa do país. Operou-se, então, a transferência de domínio dos estados para a União das terras devolutas situadas na faixa entre 66 e 150km, consolidando-se a largura de 150km da dimensão da faixa, sem subdivisões. Também foi estabelecido o limite máximo de dez mil hectares para a titulação de terras devolutas para a privatização de terras.

A Constituição de 1967 manteve essa disposição, sendo o assunto regulado pelo Decreto-Lei nº 1.135, de 1970. Posteriormente esse decreto-lei foi alterado pela Lei 6.634, de 1979, e regulamentada pelo Decreto 85.064, de 26 de agosto de 1980, ambos em plena vigência.

A Constituição de 1988 recepcionou a Lei 6.634/79, regulamentada pelo Decreto 85.064/80. Assim, vige no Brasil o conceito de faixa de fronteira com a dimensão fixada em 150km.

O modelo faixa de fronteira adotado pelo Brasil

Em linhas gerais, a faixa de fronteira do Brasil compreende um espaço interno de 150km de largura, paralelo à linha divisória terrestre do território nacional, considerada constitucionalmente área indispensável à segurança do território nacional (Art. 20 da Constituição Federal de 1988), onde é vedada, sem o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional — representado pela sua Secretaria-Executiva, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) — a prática de atos referentes à concessão e à alienação de terras rurais, à abertura de vias internacionais, à instalação de meios de comunicação, à construção de pontes e campos de pouso, à mineração, ao estabelecimento de indústrias de interesse da segurança nacional (Lei 6.634/79).

Com cerca de 10 milhões de habitantes, representa 27% do território nacional, inclui 588 municípios em 11 estados e faz fronteira com 10 países.

Ainda que não esteja explicitamente caracterizada nos dispositivos legais, a filosofia do modelo brasileiro de faixa de fronteira contempla, por um lado, a preocupação com a segurança nacional e, por outro, a intenção de levar o desenvolvimento às regiões mais afastadas dos centros do poder. Segurança e desenvolvimento constituem um binômio cuja dinâmica se estabelece, idealmente, por via da integração das regiões abrangidas ao núcleo central do país. Trata-se de experiência, se não ímpar, muito própria do Brasil, qual seja, a de definir em lei um espaço físico e nele aplicar um regime jurídico especial,

voltado tanto para a segurança territorial quanto para o desenvolvimento.

Entretanto, verifica-se que a intenção estratégica de integrar as localidades mais afastadas do núcleo central (políticas de desenvolvimento) e proteger o território nacional de ameaças externas (políticas de segurança) nem sempre resulta em medidas concretas que efetivamente favoreçam essas vertentes. Não raro, essas



A faixa de fronteira do Brasil

Fonte: GRUPO RETIS/IGEO/UFRJ (www.igeo.ufrj.br/fronteiras)

políticas não são compreendidas pela sociedade, particularmente pelas populações que habitam os municípios fronteiriços as quais se consideram esquecidas pelos governos estaduais e federal, razão pela qual buscam a aproximação com suas correspondentes do outro lado da fronteira, constituindo as chamadas cidades-gêmeas.

Faixas de fronteira no Mundo

Em todo o Mundo, os países utilizam o conceito *linha de fronteira* contido no Direito Internacional Público para delimitação de seus

territórios, mediante tratados e acertos diplomáticos. A maioria deles, no entanto, não utiliza a figura jurídica faixa de fronteira do modo que historicamente se fez no Brasil; ou, quando o fazem, visam à determinada circunstância, limitada no tempo e no espaço abrangido, com o intuito de atender pontualmente questões econômicas, fundiárias, trabalhistas e/ou de segurança. Entretanto, esses países dispõem de outros mecanismos legais que possibilitam ao Estado manter o constante “olhar estratégico” nas áreas próximas aos seus limites territoriais. Por outro lado, alguns países da América do Sul se ressentem de não disporem de uma faixa de fronteira nos moldes do Brasil e têm procurado enrijecer mais as regras, particularmente nas transações com imóveis rurais por estrangeiros.

Dependendo das características históricas e geográficas e das políticas vigentes em alguns países, leis específicas dispõem que, mesmo em tempo de paz, os órgãos de defesa podem estabelecer critérios e acessar dados que interessam à segurança nacional para a fundamentação de seus planos de campanha. Em caso de guerra, os aparatos de defesa podem ser ativados com presteza, e os meios mobilizados para atender à contingência. A Lei de Fronteiras (6.634/79) é um dos poucos dispositivos que permitem ao Estado manter controle, mínimo que seja, nessa área considerada na Constituição Federal como indispensável à segurança do território nacional.

Legislação brasileira

Da Constituição Federal de 1988, têm-se (extratos com destaque do autor):

Art. 20 – São bens da União:

§ 2º – A faixa de até 150km de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada faixa de fronteira, é considerada fundamen-

tal para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Art. 91 – O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático (...).

§ 1º – Compete ao Conselho de Defesa Nacional:

III – propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo;

A Lei 6.634/79, recepcionada pela CF/88, dispõe especificamente sobre faixa de fronteira. De mais relevante para o fim deste estudo, fixa a dimensão da faixa em 150km e condiciona certas atividades ao assentimento prévio do CDN, especialmente as que se seguem:

I – alienação e concessão de terras públicas, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação destinados à exploração de serviços de radiodifusão de sons ou radiodifusão de sons e imagens;

II – construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso;

III – estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à Segurança Nacional, assim relacionadas em decreto do Poder Executivo.

IV – instalação de empresas que se dedicarem às seguintes atividades:

a) pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais, salvo aqueles de imediata aplicação na construção civil, assim classificados no Código de Mineração;

b) colonização e loteamento rurais;

V – transações com imóvel rural, que impliquem a obtenção, por estrangeiro, do domínio,

da posse ou de qualquer direito real sobre o imóvel; e

VI – participação, a qualquer título, de estrangeiro, pessoa natural ou jurídica, em pessoa jurídica que seja titular de direito real sobre imóvel rural.

(transcrição do Art. 2º da Lei 6.634/79)

A Lei 5.709/71 regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no país ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, sendo referenciada na Lei 6.634/79.

A Lei 8.679/93 dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, remetendo à Lei 5.709/71 no caso de estrangeiros.

O Decreto 85.064/80 regulamenta a Lei 6.634/79. Trata das seguintes matérias: alienação e concessão de terras públicas, colonização e loteamentos rurais, serviços de radiodifusão, atividades de mineração, transações com imóveis rurais envolvendo estrangeiros, participação de estrangeiros em pessoa jurídica brasileira e auxílio financeiro aos municípios de fronteira.

Síntese dos pensamentos acerca do modelo brasileiro

Com os possíveis erros inerentes a qualquer simplificação teórica — nesse caso necessária diante da amplitude da polêmica que o tema gera e a finalidade do presente ensaio — sejam assumidas as duas linhas de argumentação que norteiam os setores contrários e a favor da manutenção da faixa de fronteira.

Pensamento contrário ao modelo faixa de fronteira

Em linhas gerais, os argumentos contrários apresentam-se sob uma perspectiva racio-

nalista, idealista, visualizando um mundo *kantiano* de paz e cooperação no qual os conflitos tendem a ser cada vez menores, substituídos pela competição dos mercados com regras conciliadoras.

Diante de um mundo globalizado pós-Guerra Fria, as fronteiras passaram a constituir *loci* de aproximação entre os povos, e não, como outrora, de separação e afastamento. Quanto às políticas de incentivo governamentais, existem meios muito mais eficientes de gestão dos recursos públicos com destinação aos municípios fronteiriços que os concebidos historicamente pelo Governo Federal. Os modelos adotados em vez de promover o desenvolvimento acabam por inibi-lo. Dispositivos legais que tratam de questões fundiárias e de empresas nacionais e estrangeiras são anacrônicos e desestimulam investimentos, principalmente estrangeiros.

Quanto à finalidade do modelo para atender à segurança nacional, trata-se de uma concepção “militarista”, baseada em leis concebidas no regime militar com a visão de um mundo conflitivo que não mais existe. O Mercosul e outras iniciativas regionais eliminaram qualquer tipo de ameaça à soberania e a necessidade de maiores controles, tal e qual ocorre hoje na União Europeia cujos membros aboliram as faixas de fronteira.

A postura extrema desse pensamento apenas enxerga os ganhos econômicos e desconsidera a necessidade de maiores preocupações e gastos com segurança.

Pensamento favorável à manutenção da faixa de fronteira

Os argumentos a favor da manutenção da faixa de fronteira apresentam-se sob uma perspectiva realista, de um mundo ainda em conflito, não propriamente *hobbesiano*. O interesse

nacional está em primeiro plano, e as iniciativas de aproximação entre os Estados são estimuladas, mas tratadas com a devida cautela.

A faixa de fronteira é vista como uma dimensão territorial necessária à manutenção do “olhar estratégico” do Estado. Quanto à promoção do desenvolvimento, as políticas de incentivo do Governo Federal são necessárias à maioria dos municípios, crescendo de importância à medida que se afastam do Sul do país e tendem para o extremo Norte. A aquisição de grandes extensões de terras públicas e a instalação de empresas de capital de maioria estrangeiro e de algumas indústrias sensíveis, a despeito de qualquer argumento, devem passar pelo crivo do Estado, especialmente por conterem ameaças potenciais ao interesse nacional e ao meio ambiente. Não obstante a constatação de que o mundo globalizado apresenta uma tendência inescapável de aproximação entre os povos, impulsionado pelo motor da economia, existem ameaças, de difícil percepção, incluindo a questão do meio ambiente, que estão presentes e podem comprometer a soberania nacional, especialmente no espaço regional sul-americano, pleno de tensões latentes.

A postura extrema dessa concepção avalia a segurança como requisito *sine qua non* do desenvolvimento, sendo a cooperação econômica e social entre países vizinhos uma decorrência natural daquela condição.

Políticas de controle e de incentivo

“Políticas de controle” e “políticas de incentivo” são termos genéricos e simplificados, visando facilitar a compreensão da temática, não encontrando, necessariamente, correspondência na terminologia oficial.

Conforme explicado anteriormente, segurança e desenvolvimento na faixa de fronteira

constituem um binômio cuja dinâmica se estabelece, idealmente, por via da integração das regiões abrangidas ao núcleo central do país.

A um só tempo o Estado estabelece mecanismos de controle — políticas de controle — visando à segurança e cria mecanismos de incentivo — políticas de incentivo — com vistas ao desenvolvimento; ambas aplicadas concomitantemente. As ações governamentais levadas a efeito nem sempre são concorrentes e não raro conflitantes, gerando por vezes, o efeito contrário.

Políticas de controle

As políticas de controle, por intermédio de seus mecanismos definidos em lei, visam, em última análise, à segurança do Estado, não se restringindo unicamente à sua defesa territorial. Ao limitar a aquisição de grandes extensões de terras rurais por estrangeiros na faixa, por exemplo, não só ocorre a preocupação com preservação com a segurança como também com a proteção aos empreendedores nacionais.

Como visto anteriormente, cabe ao CDN, por intermédio de sua Secretaria-Executiva (SE-CDN) propor critérios e condições para o estabelecimento de certos atos e atividades na faixa de fronteira, vedando aqueles que não cumprem as condições estabelecidas. Quando se faz necessário, a SE-CDN consulta outros órgãos do CDN. Uma vez observada a legalidade dos processos e em não havendo restrições nas avaliações dos órgãos técnicos competentes (MCT, Incra, Ibama, DNPM, Dentel etc), o assentimento prévio é concedido.

Sendo o CDN órgão de consulta do presidente da República nos assuntos relacionados à soberania nacional, especialmente na faixa de fronteira, podem ocorrer restrições ou assessoramento ao presidente quanto à inconveniência de certas atividades ou atos pretendidos,

tendo em vista o interesse nacional, podendo evidentemente frustrar empreendimentos.

Os critérios e condições estabelecidos pelo CDN permitem ao Estado brasileiro manter o “olhar estratégico” sobre questões que podem afetar os interesses nacionais na fronteira, especialmente as relacionadas à mineração, telecomunicações, alienação de terras rurais e florestas públicas, as quais têm um tratamento especial quanto a concessões, estabelecimento e uso por pessoas físicas e empresas, nacionais e estrangeiras.

A obrigatoriedade de pessoas e empresas, naqueles atos e atividades, submeterem seus projetos situados na faixa de 150km ao assentimento prévio do CDN propicia a construção de importante ferramenta para os planejamentos operacionais da Defesa e das Forças Armadas. Ao analisar os processos de assentimento, a SE-CDN coleta e constitui grande banco de dados estratégicos integrados, com registros georreferenciados. Outros órgãos de Estado também podem valer-se dessa ferramenta.

No caso particular do Rio Grande do Sul, o movimento ambientalista é radicalmente contrário à redução da faixa. Não exatamente pelas razões da Defesa, mas sob o viés da preservação ambiental. O movimento considera que a faixa de fronteira é o único controle legal que ainda pode impedir o avanço das indústrias multinacionais de celulose e outras danosas aos projetos de desenvolvimento sustentável. Conforme se registrou no *Seminário sobre faixa de fronteira* (Porto Alegre, 21 de julho de 2008), diversos órgãos ligados ao meio ambiente, mediante apresentação de estudos técnicos, argumentaram que se grandes extensões de terra forem destinadas ao plantio do eucalipto na faixa de fronteira, prejuízos ambientais incalculáveis advirão diante da diminuição do potencial hídrico do Aquífero Guarani. Nesse semi-

nário, uma especialista em meio ambiente, representando o Uruguai e a Argentina — países que não dispõem de faixa de fronteira — apresentou um estudo em que constam danos causados pelas “papeleiras” em regiões contíguas à fronteira brasileira.

Para os setores contrários à faixa de fronteira, a dimensão é considerada excessiva. Alguns políticos, por meio de propostas de emenda constitucional (PEC) e projetos de lei (PL) procuram reduzi-la e até mesmo extinguir-la (em 2008 tramitam pelo menos duas PEC e cinco PL no Congresso Nacional tratando do tema).

Também prefeitos e setores empresariais da região Sul do país são favoráveis à redução, sob o argumento de que a existência da faixa na dimensão fixada desencoraja o investimento.

A fixação da faixa de fronteira em 150km encontra-se em descompasso com a realidade internacional. Vivemos o tempo da integração regional e da construção de blocos econômicos. O tecido mais sensível para que se apliquem tais dinâmicas é, em verdade, a faixa de fronteira, que hoje se vê engessada e relegada economicamente à hipossuficiência, diante da legislação que ora pretendemos atualizar.
[texto extraído da Justificação da PEC 049/06, Senador Sérgio Zambiasi (PTB/RS)]

Para os defensores da manutenção da faixa de fronteira, esses mecanismos definidos em lei são absolutamente necessários ao exercício da soberania. O Estado deve dispor de capacidade de atuação permanente na maior dimensão possível, sendo os 150km considerados adequados ao emprego de seus instrumentos, especialmente na Amazônia.

Não é a sujeição ao assentimento prévio do CDN e a pareceres de órgãos especializados

que ‘engessa e relega economicamente à hipossuficiência’ a faixa de fronteira. Admite-se que o rito burocrático é lento e dificulta a agilidade dos processos, mas não pode servir de argumento para o desprezo aos imperativos da segurança nacional. A gestão do trâmite para torná-lo mais ágil e a legalidade dos atos e atividades é que deve ser a meta a ser alcançada para a solução do impasse.

[Exposição do Autor representando o Ministério da Defesa no Seminário sobre faixa de fronteira, Porto Alegre, 21 Jul 2008, contrária à Justificação da PEC 049/06]

Políticas de incentivo

A vertente do desenvolvimento do modelo brasileiro de faixa de fronteira é materializada por incentivos do Governo Federal, seja mediante programas de desenvolvimento seja gerindo a questão das terras rurais da União, mediante alienações e concessões. O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) do Ministério da Integração Nacional (MI) é o exemplo mais evidente das políticas de incentivo.

O Estado emprega inclusive seu braço armado para incentivar o desenvolvimento. A Defesa “alimenta” este ao cooperar efetivamente com as denominadas ações subsidiárias das Forças Armadas atribuídas pela Constituição Federal. Pelo texto constitucional, cabe-lhes também cooperar com o desenvolvimento nacional e a Defesa Civil. Essas ações são efetivamente concretizadas, na faixa de fronteira, em ações como o Programa Calha Norte, Projeto Rondon, ações cívico-sociais, ação da Engenharia do Exército, Correio Aéreo Nacional, o sentido da “colonização” empreendida pelos pelotões especiais de fronteira do Exército na Amazônia e outras tantas empreendimentos, além da intensa cooperação com outros órgãos.

Implementar ações para desenvolver e integrar a Região Amazônica, com apoio da sociedade, visando, em especial, ao desenvolvimento e à vivificação da faixa de fronteira. (Diretrizes da Política de Defesa Nacional, 2005)

O PDFF, que integra a Política Nacional de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração, apresenta amplas ações voltadas ao desenvolvimento dos municípios de fronteira que vão além do simples repasse de recursos, tais como: estruturação e dinamização de APL (Arranjo Produtivo Local — aglomeração de empresas com a mesma especialização produtiva e que se localiza em um mesmo espaço geográfico); apoio à geração de empreendimentos produtivos; formação de agentes do desenvolvimento integrado e sustentável; apoio à implantação da infraestrutura social e produtiva; reuniões periódicas com parlamentares; promoção de cursos de desenvolvimento regional para aproximação com países vizinhos e projetos de cooperação bilateral.

Os aportes financeiros são originários de ações previstas no Orçamento do PPA e a partir de emendas parlamentares; dos fundos constitucionais de desenvolvimento; do financiamento de bancos e agências de desenvolvimento, tais como BNDES, BRDE, BB, CEF, Basa, entre outros; e do Plano Diretor Participativo em cidades gêmeas.

A redução da largura em qualquer segmento da fronteira reduz radicalmente a possibilidade de considerar a faixa como “região de desenvolvimento prioritária”.

[Nota Técnica UFRJ/Grupo RETIS, 14/04/08, análise sobre alteração da Lei 6.634/79]

Ainda entre as políticas de incentivo, a Lei 10.522/2002 diferencia os municípios da faixa de fronteira quanto às restrições no Cadin e

SIAFI (exceção ao INSS), e a LDO reduz o limite máximo da contrapartida para municípios localizados em áreas prioritárias.

Para os setores contrários à faixa de fronteira, a política de incentivos do Governo prevê orçamento irrigório para que o Ministério da Integração Nacional possa atender às demandas dos 588 municípios de fronteira. Por outro lado, a distribuição segue critérios políticos que muitas vezes são “clientelistas”, deixando de beneficiar os que mais precisam. Ocorrem ainda, segundo críticas apresentadas no *Encontro dos Municípios de Fronteira* (Brasília, 16 de abril de 2008), problemas de gestão e de favorecimentos na aplicação dos recursos.

Para os defensores da manutenção da faixa de fronteira, boa parte dos municípios de fronteira só consegue sobreviver justamente por contarem com os incentivos especiais. Os recursos destinados exclusivamente ao desenvolvimento das regiões fronteiriças mais ermas contribuem para a “vivificação” das fronteiras, favorecendo o desenvolvimento e a integração.

Objetivos Associados ao PDFF: Articular a questão da soberania nacional com o desenvolvimento regional em sua dimensão econômica, social, institucional e cultural.

(MI, Secretaria de Programas Regionais, PDFF — página do MI na Internet)

Questões que dificultam a solução do problema

A modificação da largura da faixa de fronteira não assegura benefícios para a população fronteiriça tendo em vista que seus problemas derivam de estruturas econômicas e sociais pré-existentes à criação da FF pela Lei 6.634/79. [Nota Técnica UFRJ/Grupo RETIS, 14/04/08, análise sobre alteração da Lei 6.634/79]

Ao longo da História brasileira, as terras devolutas receberam tratamentos modificados por leis e decretos, dificultando os processos de alienação e concessão, favorecendo a emissão de títulos ilegais a qual gerou grande acúmulo de problemas. Há longa data, terras da União na faixa de fronteira são alienadas e concedidas, ou mesmo apropriadas, sem que sejam observados os ritos da lei. Diversos cartórios locais, por desconhecimento ou dolo, deixaram e continuam a deixar de cumprir o que determina a lei, implicando grandes porções de terra sob pendência judicial. Conforme o relato de prefeitos de municípios fronteiriços no *Encontro dos Municípios de Fronteira de Brasília* é grande o número de proprietários rurais que desconhecem a sua “ilegalidade” e de boa-fé tentam negociar suas terras e mesmo implantar projetos que obviamente encontram obstáculos quando são remetidos ao Incra, antes mesmo de checarem ao CDN.

A questão das empresas estrangeiras é mais recente. Tem a ver com a onda globalizante que desconsidera as fronteiras físicas tradicionais, ditando seu ritmo com base na dinâmica da economia de mercado internacional. A revogação do Art. 171 da Constituição Federal, em 1995, descaracterizou os conceitos de “empresa brasileira” e de “empresa brasileira de capital nacional”, retirando as restrições constitucionais e destacando ainda mais o Art 172 que reza que “a lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros”. Assim, as empresas multinacionais de capital estrangeiro encontram cada vez mais espaço para seus investimentos. Quando estes são direcionados para a faixa de fronteira — caso da multinacional *Stora Enso*, no Rio Grande do Sul —, ocorre naturalmente

um conflito de interesses: incentivo ao investimento para gerar mais desenvolvimento *versus* restrições à empresa estrangeira. Se associarmos essa questão à distensão ocorrida no país com relação aos vizinhos do sul nos últimos 30 anos, não será difícil entender por que os setores econômicos da região Sul do Brasil interessados em projetos multinacionais são frontalmente contra a faixa de fronteira.

Um aspecto não pode deixar de ser considerado: uma vez que existe a exigência legal do assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional para determinados atos e atividades na faixa de fronteira, ocorre um inevitável trâmite burocrático. Assim, as exigências de pareceres de órgãos técnicos e de posterior assentimento do Conselho de Defesa Nacional, para transações de imóveis rurais com estrangeiros, por exemplo, desagradam empresários que, racionalmente, não enxergam a questão sob a ótica da segurança mas sim da maximização de seus benefícios econômicos. Mesmo as empresas nacionais encontram eventualmente dificuldades para o estabelecimento e o funcionamento de seus empreendimentos na faixa de fronteira.

Mesmo as políticas de incentivo, as quais diferentemente das políticas de controle só trazem em tese benefícios, deparam-se com problemas históricos e políticos que por vezes não conseguem contribuir com o desenvolvimento de forma adequada.

O fato de a faixa de fronteira ter sido tratada apenas como uma porta orçamentária de distribuição clientelista de recursos levou à ausência do Estado e permitiu sua transformação em território livre para o narcotráfico, para o banditismo, para o tráfico de armas. A sensação de abandono que os brasileiros

experimentam nessas regiões não se pode mais tolerar.

CIRO GOMES, Ministro da Integração Nacional (*Seminário Faixa de Fronteira: novos paradigmas*, GSI/PR, 2004)

Assim, se identificam problemas estruturais que dificultam a promoção do desenvolvimento de maneira eficaz, tais como questões históricas mal resolvidas, ingerências políticas e gestão administrativa deficiente. Entretanto, não se pode afirmar que guardam relação com as políticas de controle ou tenham relação direta com a dimensão de 150km, definidos na Lei 6.634/79. Esses problemas continuarão a existir independentemente das políticas de controle mais ou menos rígidas.

O argumento da Defesa Nacional

A partir da compreensão da situação social, política e econômica dos países do entorno estratégico, seria no mínimo imprudente por parte do Estado brasileiro prescindir de um instituto da importância da faixa de fronteira para a Segurança Nacional.

A fronteira com o Paraguai e a Bolívia — “linha seca” em grande parte — é via de acesso das principais rotas do tráfico de drogas e de contrabando de armas. Sobre a Tríplice Fronteira ainda paira o fantasma do terrorismo. A situação tensa dos “brasiguaios” e “brasivianos” permanece latente, sujeita aos humores da política dos países que abrigam essas grandes populações de nacionais. A possibilidade de transbordamento das ações das Farc para o território brasileiro na Amazônia é uma preocupação constante. Ocorre um acirramento de tensão da Venezuela com a Colômbia e a Guiana, com foco em questões territoriais, tudo sob o espectro de uma “corrida armamentista”. São

todos fenômenos importantes, com reflexos diretos sobre a faixa de fronteira, que deixam em alerta a Defesa Nacional.

Diante desse cenário e levando em conta a Doutrina Militar de Defesa, não se pode — até mesmo por imperativos constitucionais — prescindir de regras especiais que subsidiam os planejamentos da Defesa e permitem ao Estado brasileiro manter a sua soberania em toda extensão de seu território. A fronteira sul, cabe destacar, requer muito mais preocupação da Defesa pela ótica estritamente militar do que a fronteira norte, uma vez que a fisiografia daquela é muito mais permeável e facilitadora de ações de combate por parte de eventual agressor externo. O terreno predominante de selva da Região Amazônica limita e canaliza os movimentos a pequeno número de eixos terrestres e fluviais, facilitando naturalmente a defesa e dificultando uma incursão inimiga de porte.

A missão de preservação da integridade territorial depende de variáveis intrínsecas aos teatros de operações possíveis (inimigos potenciais, influência do terreno e da disponibilidade de meios existentes e mobilizáveis). Na maioria dos cenários das hipóteses de emprego concebidos, a porção terrestre da faixa de fronteira invariavelmente está presente. Uma importante fonte de análise dessas variáveis é o banco de dados estratégicos que a SE-CDN constitui, possibilitado pela Lei 6.634/79.

Para o Brasil, que não tem pretensões de conquista territorial e muito menos de envolvimento em conflitos extracontinentais, a missão mais imediata é defender o próprio território. A faixa definida como de fronteira constitui, por assim dizer, uma linha avançada de defesa.

Reduzindo-se ao essencial, quatro razões justificam para a Defesa a necessidade da

manutenção da dimensão dos 150km da faixa de fronteira:

– permite o “olhar estratégico” do Estado brasileiro na dimensão fixada, mediante o acompanhamento de questões sensíveis que podem afetar os interesses nacionais e o estabelecimento de critérios e condições de funcionamento de certas atividades, especialmente concessões de mineração e terras rurais (empresas estrangeiras em particular) que implicam, por exemplo, a preservação do meio ambiente;

– facilita constituir importante banco de dados estratégicos necessário aos planejamentos operacionais das Forças Armadas (georreferenciamentos estratégicos — GEO/PR);

– possibilita a aplicação do poder de polícia das Forças Armadas (LC 97/99 e LC 117/04) na máxima dimensão permitida, em momento que a sociedade clama pelo incremento de medidas de proteção na fronteira contra crimes ambientais e transfronteiriços;

– compreende uma grande faixa de desenvolvimento prioritário (27% do território nacional), para a qual são destinados incentivos especiais do orçamento da União, contribuindo para uma das Diretrizes contidas na PDN, qual seja a “vivificação” e o desenvolvimento das fronteiras.

Conclusão

A faixa de fronteira do Brasil é uma referência jurídica histórica, tradicional, imbricada em diversos dispositivos legais, além de estar no inconsciente coletivo das pessoas que habitam essas terras, determinando procedimentos muito próprios, inclusive culturais.

A maioria dos países não adota o conceito de faixa de fronteira. Estes, entretanto, dispõem de outros dispositivos que garantem ao

Estado sua capacidade de prover a segurança e o desenvolvimento na periferia de seus territórios com oportunidade.

Construções de estradas internacionais, campos de pouso e pontes; funcionamento de empresas de telecomunicações e aquisição de grandes extensões de terras rurais por estrangeiros, entre outras atividades que possam afetar os interesses nacionais, devem passar pelo critério do Estado. Além de estabelecer critérios e condições de uso sobre áreas e atividades sensíveis, possibilita a alimentação de importante banco de dados, fundamental para o adequado manejo das estratégias de Defesa Nacional.

As limitações e restrições existentes que, segundo setores contrários à permanência da faixa "dificultam o desenvolvimento" dos arcos sul e central do país, podem ser diminuídas mediante aperfeiçoamento da Lei 6.634/79, do Decreto 85.064/80 e de outros dispositivos conexos. Essas alterações já estão sendo discutidas e processadas no âmbito do GSI/PR, com participação dos membros do CDN e de outros setores, incluindo representações da sociedade civil.

Assim, vislumbra-se que algumas atividades e atos que devam ser submetidos ao Conselho de Defesa Nacional possam ser flexibilizados; no entanto, sem haver redução da dimensão da faixa de fronteira. Focar na redução da faixa, além de comprometer a atuação das Forças Armadas e afetar os programas do Governo Federal, não resolve o problema, pois os mesmos entraves se conservarão na dimensão que permanecer.

Da análise do tema, constata-se que o problema não reside na lei em si, mas na maneira como a Administração Federal, ao longo dos

anos, tem aplicado as políticas setoriais que deveriam traduzir aqueles fundamentos estratégicos. Assim, a vertente desenvolvimento não cumpre na íntegra a sua finalidade, o que, em absoluto, invalida a imprescindibilidade de uma faixa de segurança nacional.

A faixa de fronteira é para a Defesa Nacional a linha avançada da defesa territorial do Brasil e deve continuar recebendo tratamento especial o qual permite ao Estado manter o seu "olhar estratégico" e intervir quando julgar que certas atividades contrariam os interesses nacionais.

Em suma, alguns critérios da Lei 6.634/79 podem ser flexibilizados, visando atender à dinâmica da economia cada vez mais integrada regional e internacionalmente. Entretanto, a essência da lei deve ser mantida, como a fixação da dimensão de 150km para todo o país, nem que seja exclusivamente para o fim da Segurança Nacional. Assim, entende-se que é possível flexibilizar a lei em critérios os quais implicam, meramente, a vertente do desenvolvimento, sem que para tanto seja comprometida a vertente da segurança.

Os argumentos apresentados acerca do modelo faixa de fronteira adotado pelo Brasil permitem concluir que os imperativos de segurança e desenvolvimento contidos na filosofia da lei continuam atuais e necessários ao Brasil, não encontrando indicações que ensejam alterações em sua concepção. A forma como essa área indispensável à segurança do território nacional é tratada não constitui, em absoluto, concepção ultrapassada.

Trata-se, em última análise, da manutenção de importante instrumento de que dispõe o Estado brasileiro para a preservação de sua soberania.

Resolução de problemas militares: o uso do mentor no processo de ensino-aprendizagem da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME*

Taylor de Carvalho Neto**

Introdução

Problema, segundo o Manual Escolar 320-5 (Vocabulário da ECEME), “é uma situação em que existem dois estados: o presente (real ou existente) e o proposto (objetivado ou desejável).” Logo, todos os problemas, independente de sua natureza, se originam de mudanças ocorridas em determinada situação.

Nos últimos anos, frutos do progresso tecnológico, os problemas tornaram-se extremamente complexos e, consequentemente, as soluções para esses problemas passaram a ser acompanhadas por elevado grau de incerteza. Esse fato causou, cada vez mais, a dependência dos chefes militares pelo trabalho de seus estados-maiores,¹ a fim de elaborarem e executarem uma solução para um problema militar. Os Cursos de Altos Estudos Mili-



Figura 01 – Tela de abertura do software MENTOR

tares (CAEM), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), preparam os oficiais para o exercício dos cargos de estado-maior e para o desempenho das funções de comandante, chefe ou diretor. Durante essa preparação, os oficiais alunos desenvolvem a capacidade de trabalho em grupo, análise, avaliação, argumentação, crítica, entre outros atributos, tudo visando à solução de problemas

* Colaboração do autor.

** O autor é Coronel de Infantaria e de Estado-Maior.

¹ Órgão composto de pessoal militar qualificado, cuja finalidade é assessorar o comandante no exercício do comando. (ME 320-5 VOCABULÁRIO DA ECEME, 2002, p. 95).

militares. Para isso, utilizam-se, exaustivamente, do chamado Estudo de Situação.²

Os trabalhos realizados em estado-maior exigem, pela própria definição, capacidade de executar tarefas em grupo. Por esse motivo, a ECEME emprega largamente de técnicas de ensino voltadas para realização de trabalhos em grupo, entre as quais, a discussão dirigida³ e o estudo de caso⁴. Todavia, o foco desse artigo não serão as referidas técnicas de ensino e sim a ferramenta utilizada para potencializá-las.

Nos últimos anos, a escola atualizou sua estrutura de apoio para a operacionalização das citadas técnicas de ensino-aprendizagem, passando a contar com salas bem dimensionadas e meios auxiliares de última geração, como o projetor multimídia e a tela interativa. Entretanto, as ferramentas utilizadas para a realização do estudo de situação do comandante e, inserido neste, a análise do terreno, pouco evoluíram.

Em conformidade com a Diretriz Geral do atual Comandante do Exército, a partir do corrente ano, a ECEME procurou modernizar ainda mais a sua estrutura de ensino-aprendizagem, passando a utilizar-se de modernos softwares para o estudo de situação do comandante tático. Dessa forma, passou a ser utilizado em sala de aula o Mentor, software desenvolvido especificamente para auxiliar no estudo de situação do comandante; e o C² em Com-

bate (C² Cmb), software do Sistema de Comando e Controle da Força Terrestre, que vem sendo aplicado no estudo do terreno.

Por determinação do Comando da Escola, no corrente ano, coube ao CAEM a aplicação dos programas Mentor e C² Cmb no processo de ensino-aprendizagem dos alunos do atual 1º ano do Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM). Dessa maneira, a Seção de Operações Defensivas (Seç Op Def) e a Seção de Operações Ofensivas (Seç Op Ofis) receberam o encargo de inseri-los em seus temas base, vulgarmente conhecidos como “Sabidinho”, e em seus temas de aplicação (Brigada e de Divisão de Exército).

Em que pese o fato de não haver participado do processo de concepção do Mentor, como oficial responsável pelo software na Seç Op Def, o autor participou do processo de implantação nos citados temas. Ademais, como instrutor dos sistemas operacionais Manobra e Inteligência, teve a oportunidade de utilizar esses softwares nas instruções, atestando *in loco* seus pontos positivos e negativos. Esses fatos motivaram o oficial a escrever sobre o assunto, de modo a contribuir para o aperfeiçoamento do processo.

Dessa forma, o presente artigo pretende abordar os principais aspectos da concepção, da implantação e da utilização do aplicativo Mentor. Para tal, inicialmente, será apresentado breve

² Processo lógico e continuado de raciocínio pelo qual um comandante ou um oficial de estado-maior considera todas as circunstâncias que possam afetar a situação militar e chegar a uma decisão ou proposta, que objetive o cumprimento de uma missão. (ME 320-5 VOCABULÁRIO DA ECEME, 2002, p.100)

³ Técnica na qual o grupo de instruendos examina um assunto ou problema, a partir de tópicos que estimulam o raciocínio e levam à reflexão. É especialmente indicada para abordar assuntos que demandem reflexão crítica e resolução de impasses. Permite que os instruendos exprimam, livre e criticamente, suas ideias e discutam os temas entre si, sob a coordenação e moderação do instrutor. (T 21-250 MANUAL DO INSTRUTOR, 1997, p. A4)

⁴ Técnica na qual uma situação problema, real ou fictícia, é ampla e profundamente analisada, avaliada e apreciada. Quando em grupo o estudo de caso favorece sobremaneira o intercâmbio de ideias; desenvolve a capacidade de análise crítica e de síntese; prepara os instruendos para o confronto de alternativas e para a aceitação de pontos de vista divergentes; enseja a produção de conhecimentos e permite a tomada de decisões. (ibidem, p. A6)

histórico do software e aspectos da estrutura física montada nas salas de aula. Em seguida, discorrer-se-á sobre o uso do Mentor na instrução. Finalizando, será apresentada uma conclusão.

Breve histórico

Antes de mais nada, faz-se necessário citar o Método Grumbach, sobre o qual foi desenvolvido o programa Mentor. Depois de estudar o desenvolvimento de Cenários Prospectivos na Espanha, Raul Grumbach, hoje oficial da reserva da Marinha do Brasil e um dos sócios da empresa Brainstorming Assessoria de Planejamento e Informática LTDA ME, desenvolveu, a partir de 1996, o que hoje constitui-se em um Método de Planejamento Estratégico com Apoio de Cenários Prospectivos — o chamado “Método Grumbach”. Tal método emprega intensivamente processos de modelagem matemática e ferramentas de pesquisa operacional, sem deixar de considerar os aspectos subjetivos de uma análise de situação.

O método está fundamentado em conceitos de planejamento estratégico com visão de futuro baseado em cenários prospectivos, empregando Simulação Monte Carlo e Análises de Parcerias Estratégicas, levando em conta princípios da Teoria dos Jogos que possibilitam a Gestão Estratégica, tudo com base em análise de novos eventos obtidos pela Inteligência. Na verdade, o chamado “Método Grumbach” emprega diversas técnicas e métodos, tais como o Brainstorming, os métodos Delphi e de Impactos Cruzados, o Teorema de Bayes, as já mencionadas simulação Monte Carlo e a

Teoria dos Jogos e, por fim, o Processo de Simulação e Construção de Futuro, cuja tese de doutorado foi apresentada na UFRJ.

Depois de alguns contatos iniciais, em agosto de 2007 teve início uma série de reuniões entre as equipes de trabalho da ECEME e da empresa Brainstorming. A equipe de trabalho da ECEME estabeleceu as seguintes necessidades e considerações sobre o software a ser desenvolvido para realização do Estudo de Situação Informatizado:

1. ser montado sobre uma plataforma da Microsoft Windows;
2. agilizar o processo decisório, sem custo, eliminar o componente subjetivo do estudo de situação e da própria decisão;
3. basear-se no estudo de situação do comandante tático, considerando as variáveis constantes do Processo de Integração Terreno, Condições Meteorológicas e Inimigo (PITCI⁵);
4. contemplar variáveis de outros sistemas operacionais, como o Comando e Controle e o Logístico;
5. atender aos interesses da ECEME e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) estando, portanto, direcionado para os escalões Batalhão/Regimento, Brigada e Divisão;
6. aproveitar a estrutura de digitalização do terreno já adotada na ECEME, como o ArcGIS⁶;
7. adotar como referência de dados a publicação escolar Dados Médios de Planejamento Escolar (DAMEPLAN), válida para a ECEME e para a EsAO, devendo ainda permitir ajuste desses dados de acordo com a evolução da doutrina.

De sua parte, os representantes da Brainstorming apresentaram uma proposta comercial

⁵ É um estudo sistemático e contínuo, que integra a doutrina inimiga com o terreno e as condições meteorológicas, quando estes se encontram vinculados a uma mesma missão e zona de ação. (IP 30-1-2^a PARTE A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA MILITAR, 1999, p. 2-19)

⁶ É o nome de um grupo de programas informáticos e que constitui um Sistema de Informação Geográfica. (Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/ArcGIS>)

na qual o software a ser desenvolvido, até então denominado “Sabidinho”, além do atendimento das necessidades e considerações feitas pelo grupo de trabalho da ECEME, iria:

1. contar com dispositivos de ajuda (*help on line*);
2. permitir testar a Doutrina Militar Terrestre;
3. proporcionar aos oficiais-alunos da ECEME e da EsAO “uma ferramenta dinâmica e agradável no aprendizado e aperfeiçoamento de seus conhecimentos da Doutrina Militar Terrestre”.

Também foi apresentada pela equipe da Brainstorming uma proposta de estrutura de informação do software, bastante semelhante com a configuração atual. Foi observado pela empresa que o software teria duas oportunidades de simulação:

1. na interação do terreno e condições meteorológicas com as possibilidades do inimigo, o que corresponderia a montagem do calco, da matriz de eventos e do levantamento das Linhas de Ação⁷ (LA) do inimigo e probabilidades;
2. durante a Análise das Linhas de Ação Opostas (Jogo da Guerra⁸) e a Comparação das Nossas Linhas de Ação⁹, utilizando-se da metodologia de simulação de cenários prospectivos, visando a avaliar a probabilidade de sucesso de cada linha de ação.

A empresa também apresentou como possibilidades do software:

1. o cadastramento dos dados contidos nas publicações escolares ME 101-0-3 (DAMEPLAN) e ME 30-101 (INIMIGO) pelo próprio usuário;
2. o cadastramento, pelo usuário, da Ma-

triz de Sincronização, envolvendo dados de todos os sistemas operacionais.

A partir daí foi acertado um cronograma de trabalho e atribuídas responsabilidades entre as partes. Assim, a evolução do software foi marcada por diversas reuniões e avaliações até adquirir o formato atual. Nesse ínterim, o nome do software foi modificado. Entre propostas como “Escudo”, “Ares”, “Decisor” e “Estudo de Situação Informatizado”, foi escolhido “Mentor”, que, segundo o dicionário Aurélio, “é a pessoa que guia, ensina ou aconselha outra”.

Estrutura de apoio

Com vistas à operacionalização do uso de novos softwares — Mentor e C² Cmb — no ensino-aprendizagem da ECEME, a estrutura das salas de aula do 1º ano do Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM) foi modificada. Além de proporcionar ao oficial-aluno meios para a utilização dos softwares durante os trabalhos em grupo, essa mudança de estrutura também viou a proporcionar novas formas de interação entre o instrutor e o instruendo.

Por conseguinte, as salas de aula receberam mais 20 computadores, além do equipamento destinado ao instrutor (já existente), que foram distribuídos em cinco bancadas. Dessa forma, cada bancada, destinada a um grupo de trabalho (Estado-maior), passou a ter 4 computadores. Esses computadores estão interligados à máquina do instrutor, sem contudo estarem conectados entre si. Assim, todo trabalho realizado nos computadores tem, obrigatoriamente,

⁷ Solução possível que pode ser adotada para o cumprimento de uma missão ou execução de um trabalho. (VOCABULÁRIO DA ECEME, 2002, p. 141)

⁸ Análise de cada linha de ação reagindo contra uma das possibilidades do inimigo, selecionadas anteriormente, visualizando-se a ação para ambos os contendores em uma sequência lógica, desde a posição inicial das tropas até o cumprimento da missão. (VOCABULÁRIO DA ECEME, 2002, p. 138)

⁹ No parágrafo 4 do estudo de situação, o comandante compara as linhas de ação já completas e aperfeiçoadas, a fim de chegar à conclusão sobre a melhor LA que permite o cumprimento da missão. (C 101-5 ESTADO-MAIOR E ORDENS 2º VOLUME, 2003, p. B-22)

de passar pelo computador do instrutor para exibição em sala.

Propositalmente, os equipamentos disponíveis nas bancadas dos alunos não possuem entradas USB para o uso de *pen drive*, tampouco hardware para leitura de CD. Isso obriga que os oficiais-alunos tenham de realizar os trabalhos pedidos em sala durante os tempos não presenciais.^{NA}

Além dos computadores, foi disponibilizado mais um projetor multimídia em cada sala de aula, no entanto, esses equipamentos não são independentes, haja vista a existência de somente um computador do instrutor. Assim, não é possível realizar a projeção de imagens diferentes ao mesmo tempo.

Ao computador do instrutor foi acrescentada uma tela interativa. Além de permitir a realização de apontamentos durante a apresentação, esse hardware possibilita salvar os trabalhos apresentados durante a sessão.

Em termos de software, foi instalado, em todas as máquinas da sala de aula, o VNC viewer. Esse programa permite capturar as apresentações das máquinas dos oficiais-alunos e exibi-las para toda a sala por meio dos projetores multimídia.

Essa foi a estrutura montada para a aplicação dos softwares Mentor e C² Cmb no corrente ano de instrução. As considerações sobre essa estrutura, no que se refere ao uso do software Mentor, serão apresentadas a seguir.

Uso do Mentor

O tema base é aquele em que o Estudo de Situação do Comandante é apresentado integralmente aos oficiais-alunos. Por esse motivo, foi o tema no qual o Mentor foi mais emprega-

do pela Seção de Operações Defensivas. Nos parágrafos a seguir, serão feitas considerações sobre o uso do Mentor durante o tema base da Seção de Operações Defensivas.

De início, clicando-se ícone “Mentor” na área de trabalho, aparece a opção “Abrir estudo”. O usuário tem duas opções: ou abre um “novo estudo”, devendo inserir todos os dados no programa, ou então carrega um estudo previamente salvo. Portanto, no planejamento da instrução fazendo uso do Mentor, a primeira decisão a ser tomada pelo oficial relator do tema que será trabalhado é quanto à quem caberá a responsabilidade pela inserção de dados relativos a esse tema no software.

A inserção de dados é uma tarefa bastante trabalhosa, haja vista que os dados devam ser digitados em diversos campos do programa. Apesar de alguns dados passarem para as etapas subsequentes do estudo, as limitações impostas pela carga horária e pelo fato de que o oficial-aluno não pode trabalhar no programa fora do computador de sua bancada, dada a configuração da sala de aula já apresentada, propiciam a adoção da linha de ação na qual a inserção dos dados fique inteiramente a cargo dos instrutores.

Os instrutores realizam esse carregamento dos dados em computadores disponibilizados em suas respectivas Seções. Concluída essa tarefa, obtém-se um arquivo no qual o estudo foi previamente salvo.

O próximo passo para a utilização do software em sala de aula é fazer o carregamento dos dados nas máquinas dos oficiais-alunos, uma vez que estas não possuem dispositivos para carregamento de dados. Dessa maneira, depois de carregar o arquivo preparado para

^{NA} Tempos não presenciais são aqueles nos quais o instrutor não se faz presente, porém os alunos permanecem em sala de aula para a solução dos trabalhos pedidos.

a instrução em sua máquina na sala de aula, o instrutor deve disponibilizá-lo em uma pasta chamada “público-instrutor”. Os oficiais-alunos, por sua vez, utilizando-se da rede que conecta suas máquinas à máquina do instrutor, devem copiar o arquivo e salvá-lo em seu computador. O processo é bastante simples, contudo, em virtude de limitação de hardware (rede instalada na sala de aula), somente 10 máquinas podem executar essa operação ao mesmo tempo. Por esse motivo, o instrutor deverá ordenar a operação, a fim de não sobrecarregar a rede e provocar a perda de dados.

Durante o estudo de situação no Mentor, a cada etapa é apresentada uma tela cujos campos devem ser preenchidos com os dados referentes ao tema em estudo. Depois de preenchidos todos os campos, deve-se clicar em “Método” para passar para a próxima tela. Aqui duas observações se fazem necessárias: a primeira diz respeito ao preenchimento de dados no Mentor. Caso o usuário queira utilizar-se de uma ferramenta que esteja disponível, por exemplo, na terceira fase do estudo de situação, não necessariamente ele terá de preencher ou acessar as fases anteriores, o que é um fato positivo. Por outro lado, a segunda observação considera como limitação do software a impossibilidade de acesso a mais de uma tela ao mesmo tempo. Assim, se o usuário está realizando o estudo do inimigo (Situação e Linhas de Ação) e precisa consultar a díretriz do comandante (Análise da Missão), terá obrigatoriamente de fechar a tela que está trabalhando para abrir outra em que irá buscar a informação.

Algumas telas apresentam um recurso conhecido como “Sugerir conteúdo”. Teoricamente, depois de preenchidos os dados solicitados do estudo, o acionamento desse recurso forneceria uma proposta de resultado. Entre-

tanto, a utilização do software demonstrou que a solução apresentada nem sempre é a mais adequada. Assim, chega-se à conclusão de que o Mentor não é um programa que apresente respostas imediatas para os questionamentos surgidos no decorrer do estudo de situação. Pelo contrário, em atendimento ao solicitado pela ECEME nas primeiras reuniões para elaboração do software, quando do levantamento das necessidades e considerações, foi mantido “o componente subjetivo do estudo de situação e da própria decisão”.

Prosseguindo, o Mentor possui dois aplicativos que podem vir a auxiliar o usuário. O link “Ajuda”, que aparece em todas as telas, apresenta conceitos correspondentes à fase do estudo de situação o qual está sendo trabalhada. Todavia, não chega a ser o *help on line* oferecido na proposta inicialmente apresentada pela Brainstorming e, no caso de algumas telas, o aplicativo não se encontra acessível, apesar da existência do botão correspondente.

O segundo aplicativo é o recurso “Documentos”, que aparece somente em determinadas telas e oferece a possibilidade de se carregar documentos (como cartas, esboços, ordens, apresentações em Power Point etc) dentro do programa. No entanto, esse recurso também não permite o aproveitamento da estrutura de digitalização do terreno já adotada na ECEME e ainda possui a limitação de não aceitar programas elaborados em softwares livres, por exemplo, o Linux, haja vista que, conforme solicitado pela ECEME, foi montado sobre a plataforma da Microsoft Windows.

Diferentemente do oferecido na proposta da Brainstorming, o usuário comum não consegue alterar os dados das publicações escolares ME 101-0-3 (DAMEPLAN) e ME 30-101 (INIMIGO). Isso ficou evidente quando houve a necessidade de atualizar, logo no início do

tema, os dados referentes às forças amigas (Brigadas e Batalhões de Infantaria Mecanizada). A alteração de dados pode ser feita, mas necessita de profundos conhecimentos de informática.

O estudo inicia-se pelas fases Análise da Missão e Situação e Linhas de Ação, nessa ordem. Em toda a primeira fase e até a Comparação de Vias de Acesso¹⁰ (VA) na segunda fase, o software limita-se a apresentar campos para preenchimento de dados. Ressalta-se inclusive que, ainda na segunda fase do processo, o Mentor não permite a elaboração dos diversos calcos (aspectos gerais do terreno e efeitos das condições meteorológicas), nem tampouco aproveita a estrutura de digitalização do terreno já adotada na ECEME, como o ArcGIS. Esse problema decorre do fato de que a ECEME impôs que o software fosse montado sobre a estrutura do estudo de situação do comandante, contudo as citadas fases não possuem as ferramentas para a construção de cenários prospectivos.

Para compensar essa deficiência, os instrutores visualizaram três maneiras de se realizar o estudo do terreno e integrá-lo às condições meteorológicas:

1. na carta com a elaboração de calcos em acetato (método tradicional), nesse caso os oficiais-alunos acabam abandonando o Mentor;

2. por meio de apresentações previamente elaboradas em Power Point e que podem ser carregadas no próprio Mentor;

3. por meio do software C² Cmb, empregado no corrente ano e que obteve um resultado muito bom.

A primeira ferramenta que permite, realmente, empregar o software Mentor de acor-

do com a sua concepção encontra-se na Comparação de VA. O usuário pode cadastrar as VA e estabelecer múltiplos critérios para a sua comparação, que por sua vez poderão ser mais ou menos valorizados por meio da atribuição de pesos. Esse dispositivo permite ainda que os critérios selecionados sejam “desativados temporariamente”. O cálculo matemático escala as VA da melhor, correspondendo ao maior valor numérico obtido, para a pior, de valor mais baixo.

Além de preservar a subjetividade do analista, a ferramenta permite ainda, por meio do recurso “Relatório”, a impressão de um relatório da comparação realizada. No entanto, esse modelo de relatório não pode ser modificado de modo a atender a uma necessidade do operador, como exemplo, inserir outros dados. Isso acaba tornando-se uma limitação do programa.

A grande vantagem dessa ferramenta reside no fato de que ela não se limita à comparação de vias de acesso, podendo ser utilizada para a comparação de nossas linhas de ação, por exemplo. Entretanto, não é uma ferramenta que permita a construção de cenários prospectivos.

O estudo de situação prossegue recaindo no problema de dados para serem cadastrados, já assinalado. Por ocasião da “Seleção do Inimigo”, é disponibilizada uma base de dados instalada no software e o respectivo cadastro das informações.

Ao atingir a tela referente à “Confecção de calcos de situação do inimigo”, aparece uma tela para o cadastro de documentos. Os procedimentos em relação às forças amigas são análogos. Evidencia-se, pois, o mesmo problema

¹⁰ Cada via de acesso é analisada detalhadamente, tanto do ponto de vista do inimigo como de nossas forças, considerando-se os seguintes aspectos: observação e campo de tiro, cobertas e abrigos, obstáculos, acidentes capitais, adequação do espaço de manobra, facilidade de movimento, rede viária e outros aspectos complementares (C 101-5 ESTADO-MAIOR E ORDENS 2º VOLUME, 2003, p. B-8).

ocorrido com o estudo do terreno e das condições meteorológicas: não é possível sobrepor os calcos de modo a integrá-los.

Na tela referente ao Poder Relativo de Combate (PRC), o avaliador deverá, em sua análise de fatores, atribuir subjetivamente a situação de superioridade, equilíbrio ou inferioridade. As demais telas resumem-se à mera inserção de dados até a etapa correspondente ao "Cadastro de Variáveis do PITCI", que marca o início da prometida (pela Brainstorming) ferramenta a qual realiza a interação do terreno e condições meteorológicas com as possibilidades do inimigo.

Esse é considerado o ponto forte do Mentor como software para a construção de cenários prospectivos. Contudo, é fundamental o perfeito entendimento de conceitos, tais como dados básicos, níveis, impactos, inconsistência, pré-requisitos etc. Ademais, faz-se necessário que o usuário tenha alguma noção de como trabalha o programa, ou seja, há que possuir algum entendimento matemático para a perfeita compreensão de como moldar o cenário de modo a criar uma situação futura viável. Essas condicionantes dificultam sobremaneira a operação do software por parte dos alunos e dos instrutores.

Em seguida, depois de mais uma quantidade de telas para inserir dados, chega-se à fase da Análise das Linhas de Ação Opostas, na qual está a terceira e última ferramenta para a construção de cenários. Diferentemente das anteriores, para a operacionalização dessa ferramenta, é necessário que alguns dados como as forças inimigas e amigas tenham sido previamente carregadas em telas anteriores. Todavia, o usuário terá mais uma vez de conhecer novos conceitos, tais como critérios e valores, e saber como cadastrá-los (construção dos cenários). Essa ferramenta traz como recurso extra a possibili-

dade de elaboração de gráficos, cujos eixos representam os valores dos critérios cadastrados.

Por fim, chega-se à fase final do estudo de situação com a decisão, a qual deverá ser digitada pelo usuário (subjetividade).

Conclusão

Muito se tem criticado o software Mentor quanto à sua praticabilidade e eficiência no ensino do estudo de situação do comandante, basta analisar o resultado das últimas pesquisas elaboradas com vistas a avaliar a sua aplicação. Por esse motivo, antes de mais nada, torna-se importante destacar que o presente artigo não objetiva atribuir juízo de valor acerca da validade ou não do software, por entender que qualquer julgamento sem o pleno conhecimento das possibilidades do software poderá ser prematuro.

Assim, torna-se fundamental estudar, para compreender; praticar para dominar e aplicar para medir. Estudar para entender as potencialidades e possibilidades do software e saber, por exemplo, que o Mentor não elabora linha de ação, não confecciona a matriz de sincronização e, tampouco, permite testar a doutrina militar terrestre.

Praticar para ter domínio do software e compreender que ele não se destina somente para a solução de problemas militares, mas também problemas de outras áreas que envolvam atividades de risco em cenários complexos. Ao mesmo tempo, perceber que o software não é indicado para situações simples, em que a experiência e o conhecimento técnico-profissional têm plena capacidade de apresentar, de imediato, excelentes soluções sem perder tempo com a inserção de dados.

Aplicar para medir a eficácia da ferramenta de apoio ao estudo de situação junto ao público

alvo a que se destina. Nesse contexto, vale considerar que, em virtude do investimento realizado e do tempo gasto na elaboração do Mentor, estima-se um tempo mínimo de três anos a fim de permitir que o software seja devidamente testado por mais de uma turma de usuários e que, nessa situação, ele seja empregado de acordo com as suas possibilidades.

Em termos práticos, a utilização do software como ferramenta para acelerar o estudo de situação do comandante somente irá acontecer se o usuário, por meio do estudo, da prática e da aplicação, compreender que as fases, as quais se resumem ao preenchimento de telas, em nada exploram as ferramentas inseridas no software. Deve ainda saber "se" e "quando" utilizar essa ferramenta: de que adianta usar o Mentor em uma situação em que existam outros aplicativos mais adequados para a solução do problema apresentado?

Por outro lado, deve-se trabalhar ainda com a possibilidade de, no futuro, ter-se de desconsiderar o software em virtude de sua não aprovação para o ensino na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Portanto, é lícito su-

por que o software se mostre extremamente eficaz para a solução de problemas com alto grau de complexidade, porém totalmente inadequado ao ambiente escolar.

Nesse contexto, há que se considerar ainda os objetivos que norteiam todo o planejamento do ensino na ECENE. Será que em um ambiente onde há escassez de carga horária destinada a assuntos fundamentais para a qualificação do oficial de estado-maior, vale a pena dedicar horas dos alunos e instrutores no aprendizado de uma ferramenta que, talvez, não seja a mais adequada para todas as situações apresentadas? Somente o tempo e a forma como esse problema será trabalhado poderão responder a tal questionamento.

O principal objetivo do presente artigo foi colaborar para o aperfeiçoamento do Mentor como ferramenta do estudo de situação do comandante. Dessa maneira, espera-se que as inúmeras oportunidades de melhoria destacadas no corpo do trabalho, bem como as considerações assinaladas por quem vivenciou o primeiro ano do software em sala de aula sirvam de base para esse aperfeiçoamento. ☐



Editorial 2009

Coleção General Benício

A GUERRA DA COREIA

Stanley Sandler

Livro de História Militar que apresenta os antecedentes, as razões e os diferentes procedimentos das forças americanas e norte-coreanas em cada uma das fases da guerra. Discorre, ainda, sobre as consequências daquele conflito para a doutrina militar dos EUA e para a história, após a segunda metade do século XX, com destaque para a condução das operações militares.

A armada de socorro e a Batalha Naval de 1640*

Carlos Roberto Carvalho Daróz**

RESUMO

O Nordeste brasileiro estava sob ocupação holandesa. Entre 1831 e 1840 foram enviadas três esquadras luso-espanholas ao Brasil. A terceira delas, comandada por D. Fernando Mascarenhas, Conde da Torre, chegou ao Brasil em 1639. Os holandeses também enviaram Forças Navais, com reforços e tropas, para proteger suas conquistas no Brasil. Como resultado, ocorreram diversos combates navais de vulto, com destaque para a Batalha Naval de 1640.

PALAVRAS-CHAVE

Invasões holandesas, Conde da Torre, Batalha Naval de 1640.

Introdução

Durante o período da União Ibérica, a Holanda, em busca de açúcar e motivada por questões religiosas, resolveu enviar expedições para invadirem o Nordeste do Brasil. Para atingir tal objetivo, foi criada a Companhia das Índias Ocidentais (*West Indian Company – WIC*), em 1621. A companhia, nesse mesmo ano, lançou sua primeira expedição contra a Bahia, sem, contudo, lograr êxito em permanecer no Brasil. Em 1630 houve uma segunda expedição e esta, ao contrário da primeira, subjugou a capitania de Pernambuco, dominando sem maiores dificuldades Recife e Olinda.

A presença de uma colônia holandesa no Brasil, que transformara Pernambuco em uma base de apoio às rotas da Companhia das Índias

Ocidentais, ameaçava a hegemonia espanhola no Atlântico Sul e constituía-se em empecilho para as rotas comerciais da Espanha.

O sucesso comercial alcançado pela WIC no Brasil, materializado pelo controle sobre a produção e o mercado de açúcar, estava sendo prejudicado pelos crescentes custos, com os quais a companhia era obrigada a empreender, entre eles, as ações militares contra os locais que resistiam à invasão. Para resolver esse problema, a WIC optou pela realização de um esforço militar para conquistar a Bahia e expulsar os portugueses do Brasil. Com esse objetivo, o governador-geral holandês, Conde João Maurício de Nassau-Siegen, decidiu, em abril de 1638, atacar a Bahia, cuja conquista poderia resultar no fim do domínio português no Brasil. Depois de um

* Colaboração do autor.

** Historiador, professor e pesquisador. Especialista em História Militar, mestre em Operações Militares e sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

mês de cerco, contudo, os holandeses foram repelidos com a perda de mais de duas centenas de homens e retornaram para Pernambuco.

Reação Ibérica – A armada de socorro

Antes mesmo da derrota de Nassau na Bahia, o ministro espanhol Conde-duque de Olivares ordenou que fosse organizada mais uma vez uma grande armada,¹ destinada a expulsar em definitivo a WIC do Brasil e encerrar a guerra que estava arruinando a economia da coroa espanhola. A nova armada de socorro, no entanto, foi orientada segundo uma nova estratégia. O papel da esquadra não seria limitado apenas ao transporte de tropas como nas anteriores, mas obter a superioridade marítima sobre os holandeses, eliminando assim seu poder naval na costa brasileira.

Para comandar a esquadra foi escolhido, inicialmente, o Conde de Linhares, o qual foi substituído, em abril de 1633, pelo fidalgo português D. Fernando Mascarenhas, Conde da Torre e antigo governador de Ceuta e Tânger. Tão logo assumiu o comando, D. Fernando Mascarenhas logo começou a organizar a esquadra, que seria composta por galeões da coroa de Portugal e das frotas de Cadiz e do Levante, da Espanha. No exame da armada, o conde logo verificou a insuficiência do abastecimento, o despreparo dos soldados e as péssimas condições de higiene dos navios, o que motivou comunicação da situação ao Rei Filipe IV, à vice-rainha de Portugal e ao ministro Olivares. Tanto na Espanha

como em Portugal havia escassez de recursos, sem os quais não era possível arregimentar capitães e soldados experientes nem obter os inúmeros artigos indispensáveis para aprovisionar os navios. Para acelerar o aprestamento da armada, a esquadra de Castela foi enviada para Lisboa, onde se juntou à de Portugal. Contudo, apesar da pressa dada por Olivares, os preparativos foram muito demorados, só ficando concluídos em finais de 1638, mesmo assim com grandes deficiências. Expressiva quantia dos gêneros alimentícios embarcados, sobretudo nos navios portugueses, encontrava-se deteriorada, as armas e munições eram em número insuficiente e os soldados, em sua grande maioria, eram simplesmente camponeses arrebanhados à força ou malfeitores retidos das prisões portuguesas.

O Governo espanhol, embora reconhecesse que as ponderações do Conde da Torre eram justificadas, determinou que a armada partisse o quanto antes, a fim de aliviar a pressão sobre a Bahia, então ameaçada pelas forças de Maurício de Nassau. Dessa forma, o Conde da Torre recebeu ordem para partir imediatamente para as ilhas de Cabo Verde, onde aguardaria a chegada dos navios da armada espanhola que ainda estavam em preparativos. O conde protestou novamente contra a ordem, alegando a “pestilência dos ares”² de Cabo Verde, mas, pressionado pela vice-rainha de Portugal, partiu de Lisboa em 7 de setembro de 1638 com boa parte dos navios, muitos com guarnições incompletas e provisões insuficientes.

Já no caminho para Cabo Verde, as dificuldades apresentaram-se à esquadra, com o

¹ A primeira armada de socorro (1625) foi a de D. Fadrique de Toledo, constituída por 28 navios de combate espanhóis e 7 portugueses, que, em maio, recuperou a Bahia que os holandeses haviam conquistado no ano anterior. A segunda armada (1631) foi a de D. António Oquendo, composta por 12 navios espanhóis e 5 portugueses, cuja missão era deixar 2.000 soldados na Bahia, destinados a reforçar as tropas que cercavam o Recife. A terceira armada de socorro ao Brasil (1635) foi a de D. Lopo de Hoces, composta por 2 galeões espanhóis e 4 portugueses, comboiando 22 navios mercantes que transportavam tropas e abastecimentos.

² GUEDES, Max Justo. *História Naval Brasileira*. Ministério da Marinha, Rio de Janeiro, 2 vol, tomo I A, 1990.

surgimento de uma epidemia a bordo. O próprio Conde da Torre foi um dos primeiros a adoecer.

A esquadra portuguesa chegou a Cabo Verde em 16 de outubro, com aproximadamente mil enfermos. Como D. Fernando previra, durante a permanência nas ilhas muitos outros adoeceram e morreram. A esquadra espanhola chegou em 5 de novembro. Na ilha ficaram enterrados 475 homens, restando a bordo ainda 1.214 doentes.

Em 29 de novembro ambas partiram juntas para Recife, onde chegaram em 10 de janeiro de 1639, com falta de alguns navios que se haviam desgarrado durante a travessia das calmas equatoriais e a maior parte dos marinheiros e soldados muito depauperados pelas doenças e pela má qualidade da água e dos alimentos que lhes eram fornecidos. A epidemia continuou depois da partida de Cabo Verde e, ao alcançar a costa de Pernambuco, a esquadra já registrava 872 mortos.

O planejamento do Conde da Torre consistia em, logo à chegada, atrair a armada holandesa, travar com ela uma batalha naval decisiva e, em seguida, desembarcar as tropas, estabelecendo um bloqueio ao Recife por terra e por mar. No entanto, ao contrário do que esperava o conde, a armada holandesa não saiu a dar-lhe combate pela simples razão de que, nessa ocasião, tinha os seus melhores navios bloqueando a Bahia. No Recife encontravam-se apenas 13 naus, 2 delas já carregadas e prontas para regressar à Europa e as outras praticamente desguarnecidas. Reduzida no seu poder, com escassez de provisões e contando com grande número de doentes, o conde decidiu passar a vista do Recife em uma demonstração de força e rumar para a Bahia, a fim de reabastecer os navios e recompor suas forças, onde chegou em 19 de janeiro de 1639.

A chegada da armada do Conde da Torre trouxe inquietação aos holandeses, mas estes,

na verdade, não tinham conhecimento da fragilidade e das deficiências logísticas da esquadra. Nos meses seguintes, os informantes de Nassau contaram-lhe das penosas circunstâncias materiais e morais da armada, das más relações de Torre com o governador, que o acusava de covardia por não ter atacado imediatamente o Brasil holandês.

Chegam os reforços

Ao chegar à Bahia, conforme as ordens que levava, o Conde da Torre entregou o comando da armada a um fidalgo espanhol, desembarcou e assumiu o cargo de governador-geral do Brasil, começando logo a trabalhar na reorganização da armada que levara e do Exército do Brasil, com vista à expulsão dos holandeses de Pernambuco no mais curto prazo possível. Todavia, a Bahia não podia estar preparada para, de uma hora para outra, abrigar e suprir mais sete mil homens e não possuía estrutura para realizar com rapidez os reparos necessários nos navios. Além disso, era do conhecimento público que a armada havia levado muito pouco dinheiro e, por isso, a Bahia ainda se ressentia do cerco prolongado que Nassau havia imposto. Esses fatores causaram, apesar de todos os esforços, o avanço muito lento da reorganização da armada.

Para atenuar o problema da falta de mantimentos, o mais premente, D. Fernando determinou a vinda de suprimentos do Rio de Janeiro e de Buenos Aires. A situação melhorou um pouco com a chegada, em 9 de outubro, de uma nova armada de socorro, procedente dos Açores, com mais mil soldados, armas, munições e mantimentos de razoável qualidade.

Nesse espaço de tempo, o Conde de Nassau, com os poucos recursos de que dispunha, resumidos a 20 barcos sob o comando do Almirante

Wilhelm Corneliszoon Lonck, tratou de reforçar sua frota naval com a contratação de barcos mercantes particulares, que vinham buscar açúcar no Recife. Em março, Nassau também recebeu reforços: 1.200 soldados e 7 navios, enviados sob o comando do Coronel Arciszewski, nomeado general. Em julho, graças à interceptação de uma carta do Conde da Torre, Nassau tomou conhecimento detalhado da composição de meios da armada luso-espanhola: 46 navios, dos quais 26 galeões, com 5 mil homens. A armada tinha instruções para permanecer dois anos no litoral brasileiro.

A armada parte para o combate

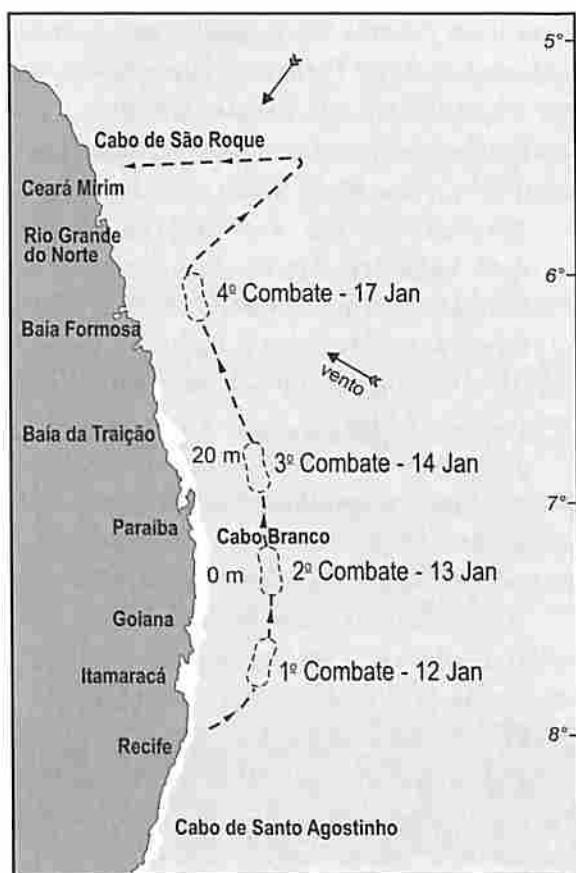
Finalmente, depois de ter permanecido por cerca de 10 meses na Bahia para reparar e ressuprir seus navios, o Conde da Torre considerou a armada em condições de partir para o Recife. Em 21 de novembro de 1639, o conde reembarcou e partiu com sua armada em direção a Pernambuco. Compunha-se agora a armada de nada menos de 82 navios: 13 galeões, 7 urcas e 1 patacho, todos de guerra, 27 transportes e 34 navios ligeiros, estes mobilizados no próprio Brasil. As tropas de desembarque reuniam um efetivo de 5.000 homens.²

Assim que saiu de Salvador, a armada se deparou com um inimigo inesperado, o vento contrário que iria prejudicar, durante seis semanas, o deslocamento e a coesão de seus navios, terminando por passar ao largo de Pernambuco e atingir a costa da Paraíba, mais ao norte. Com a esquadra desorganizada, em formação aberta e desarrumada, finalmente o Conde da Torre conseguiu fazer o retorno e rumar em direção ao porto do Recife, de onde já havia partido ao seu encontro o Almirante

holandês Hendrik Corneliszoon Lonck, no comando de uma frota de 41 navios e 2.800 soldados.

A Batalha Naval de 1640

Na manhã de 12 de janeiro de 1640, cerca de um ano depois de ter chegado ao Brasil, a armada luso-espanhola encontrava-se finalmente a norte de Olinda, começando as tro-



pas a passar dos navios para as embarcações menores que as conduziriam à praia de Pau Amarelo, local escolhido para o desembarque. O vento dificultou novamente essa manobra e favoreceu a esquadra holandesa, que pôde se aproximar rapidamente da força luso-espanhola.

² GUEDES, Max Justo. *História Naval Brasileira*. Ministério da Marinha, Rio de Janeiro, 2 vol, tomo I A. 1990, p. 273-275

No início da tarde, iniciou-se violento combate de artilharia entre as duas frotas. O embate prosseguiu até o cair da noite, quando os holandeses romperam o contato e se afastaram para o mar. O primeiro enfrentamento naval resultou no afundamento de uma nau holandesa e na morte do Almirante Lonck.

Na manhã seguinte, 13 de janeiro, Lonck foi substituído no comando da esquadra holandesa pelo Vice-almirante Jacob Huyghensz. Os holandeses novamente aproximaram-se da armada do Conde da Torre e iniciaram novo combate de artilharia, no qual se perderam mais uma nau holandesa e dois navios mercantes luso-espanhóis, todos afundados a tiros de canhão.

Na manhã do dia 14, ao largo da Paraíba, a armada holandesa, reforçada durante a noite com mais cinco naus vindas do Recife, voltou pela terceira vez ao ataque. E mais uma vez teve lugar um prolongado combate de artilharia que durou até o pôr do sol.

Durante todo o dia 15, as forças oponentes não se avistaram, aproveitando ambas a oportunidade para tratar dos feridos e realizar os reparos de possíveis nas embarcações danificadas.

A armada do Conde da Torre seguia prejudicada pelo vento, que a empurrava constantemente para o norte contra sua vontade. O prolongado período a bordo das tropas luso-espanholas causava problemas logísticos, provocando o rápido esgotamento da água e dos mantimentos dos navios em que se encontravam embarcadas. Tornou-se evidente que os soldados deveriam ser desembarcados o mais rápido possível. Um conselho decidiu que o desembarque deveria ser efetuado na manhã de 17 de janeiro, na Baía da Traição, de onde marchariam pelo interior até estabelecerem contato com as demais forças portuguesas.

No entanto, mais uma vez, o desembarque previsto não chegou a realizar-se em virtu-

de da aproximação da armada de Huyghensz, disposta a iniciar novo combate. Por volta das 9h da manhã do dia 17, as duas esquadras entraram em alcance de tiro e os canhões começaram novamente a disparar, mantendo-se o panorama geral semelhante aos dos combates anteriores. Com os navios muito avariados, o combate cessou ao fim da tarde.

No dia 19, a armada do Conde da Torre rumou para o mar, e os holandeses retornaram ao Porto do Recife. Parte da armada luso-espanhola desgarrou-se em razão do vento, mas os navios ligeiros, que haviam permanecido junto à foz do Rio Ceará-Mirim, conseguiram desembarcar cerca de 1.300 soldados, os quais, sob o comando do mestre de campo Luís Barbalho, iniciaram a marcha pelo interior.

A partir daí a armada desagregou-se rapidamente, apesar dos esforços do conde que procurou convencer os navios desgarrados a voltarem para a costa. Os capitães espanhóis recusaram-se abertamente a aceitar as suas ordens, sob o pretexto de que a campanha tinha terminado, e seguiram para as Caraíbas, acompanhados por três galeões portugueses. Estes remanescentes e os navios mercantes retornaram para os Açores. A campanha estava, de fato, terminada, tendo os luso-espanhóis sido incapazes de sobrepujar o poder naval holandês no Brasil.

Reflexões finais

A missão da armada do Conde da Torre era expulsar os holandeses do Brasil e projetar o poder naval luso-espanhol no Nordeste do Brasil. Embora tenha conseguido, de certa forma, desembarcar tropas de reforço, na verdade a armada não atingiu os objetivos a que se propunha, pois não conseguiu sequer retirar dos batavos a iniciativa das ações no mar.

A Batalha Naval de 1640, travada ao largo da Paraíba, demonstrou a ineficácia da artilharia naval da época em proporcionar uma vitória decisiva. Ficou claro também que a monarquia espanhola, nessa época, já não dispunha dos meios financeiros necessários para manter, em caráter permanente, uma grande armada no além-mar e não existia no Brasil nenhuma base naval capaz de apoiar uma grande armada. No que diz respeito aos navios, verificou-se que havia equivalência na qualidade das embarcações, mas a capacidade e o treinamento dos comandantes e marinheiros holandeses eram superiores.

Referências

- BARLEAUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.
- BENTO, Cláudio Moreira. *As batalhas dos Guararapes* – descrição e análise militar. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971.
- CALDEIRA, Jorge; CARVALHO, Flávio; MARCONDES, Claudio; GOES, Sérgio. *Viagem pela história do Brasil*. 2^a ed. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de três séculos de literatura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- GUEDES, Max Justo. *História naval brasileira*. 2 vol., tomo IA. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1990.
- MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

Em seu relato à Companhia, Nassau atribui o fracasso luso-espanhol à escolha de um comandante ineficaz para comandar força tão poderosa, em razão da praxe de nomear aristocratas inexperientes, como Torre, no pressuposto de que sua nobreza era mais apta a garantir a disciplina; outro motivo fora a mortandade que atacara a armada em Cabo Verde, obrigando-a a realizar a escala em Salvador, e a ação dos ventos, que havia desfavorecido sempre o inimigo.

Finalmente, mais uma vez ficou provado que na guerra, como em tudo na vida, o imponderável pode ser um fator decisivo. ●



Editorial 2009

Coleção General Benício

NÃO SOMOS RACISTAS

Ali Kamel – coedição/Nova Fronteira

Obra atual, a despeito de seu caráter bastante polêmico. É pautada em consistente documentação e coerente argumentação. Distingue-se pelo grande valor para o reequacionamento dessa questão seriíssima que não pode ser analisada de forma maniqueísta, emocional ou manipuladora.

Ações marítimas dos holandeses no Brasil à luz da doutrina da Escola Superior de Guerra*

Fabian Costa Rodrigues**

Este trabalho limita-se ao estudo do poder marítimo holandês no Brasil, no período de 1624, por ocasião do primeiro ataque a Bahia, até a última ação de vulto realizada em 1647. Como referencial teórico, será utilizada a Doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG) no tocante à Marinha como expressão militar do poder naval.

Estruturalmente, em primeiro lugar, serão caracterizados os fundamentos doutrinários da ESG sobre o poder marítimo e a forma como este se relaciona concretamente com seus componentes. Em segundo lugar, serão listadas as principais ações navais realizadas no Brasil pelos holandeses, no intervalo de tempo considerado, como consequência da projeção do seu poder marítimo.

Coligindo os fatos navais apresentados, buscar-se-á confrontá-los com os conceitos teóricos da ESG, visando identificar os pontos de contato entre a prática da ação e uma teoria criada muitos séculos depois. Por fim, segue-se uma conclusão a respeito do tema abordado.

Elementos teóricos militares

As instituições militares (Marinha, Exército e Aeronáutica) fundamentam a expressão

militar do poder de uma nação, que deve ser analisada de maneira global e sem compartimentação. No entanto, para não fugir aos objetivos do presente artigo, a abordagem se restringirá apenas à Marinha.

Compete à Marinha orientar o preparo e aplicação do poder marítimo e preparar e aplicar o poder naval a fim de contribuir para a consecução dos objetivos nacionais.¹ Ainda segundo os fundamentos doutrinários da ESG, o 'poder marítimo é a capacidade resultante da integração dos recursos de que dispõe a nação para utilização do mar e águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando à conquista e manutenção dos objetivos nacionais'.²

O poder marítimo é integrado em última instância pelos seguintes elementos:

- poder naval (forças navais, aeronavais e de fuzileiros navais) suas bases e posições de apoio;
- Marinha Mercante (transporte marítimo e fluvial);
- infraestrutura hidroviária (portos e terminais);
- indústria naval (estaleiros);

* Colaboração do autor.

** O autor é Tenente-coronel do Exército, pós-graduado em História Militar Brasileira pela UNIRIO/DECEEx/IGHMB.

¹ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Fundamentos doutrinários*. Rio de Janeiro: A Escola, 2001, p. 114.

- indústria bélica de interesse naval;
 - indústria de pesca (embarcações e terminais);
 - organizações e os meios de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de interesse para o uso do mar;
 - organizações e meios de exploração e exploração dos recursos do mar e pessoal que desempenha atividades relacionadas com ele.
- “O poder naval é apto a realizar as seguintes tarefas básicas:²
- controlar áreas marítimas — é certo grau de garantia de utilização, ainda que temporária, de áreas marítimas limitadas [...] exercido na intensidade adequada à execução de atividades específicas;
 - negar o uso do mar ao inimigo — é dificultar o estabelecimento do controle de área marítima pelo inimigo ou a exploração pelo mesmo de tal controle;
 - projetar poder sobre a terra — abrange um amplo espectro de atividades, a saber: bombardeio naval por navio de superfície [...] operações anfíbias [...];
 - contribuir para a dissuasão estratégica — por meio da existência de um poder naval adequado, que inspire credibilidade quanto ao seu emprego e que evidencie essa credibilidade por atos de presença ou demonstrações de força, quando e onde for oportuno.

Vistos os principais conceitos que se fazem necessários ao presente estudo, será mostrado a seguir um resumo das ações navais de maior vulto que se realizaram no território brasileiro ou a partir dele, entre os anos de 1624 e 1647.

Ações marítimas dos holandeses no Brasil

Em 1624, a primeira esquadra holandesa que aqui chegou, comandada pelo Almirante

Willekens, era composta por 38 embarcações, tripulada por 1.600 marinheiros, além de 1.700 homens da tropa de desembarque. O comandante das forças terrestres e futuro governador dos territórios conquistados era o batavo Johan Van Dorth.

Alcançando a Baía de Todos os Santos em 8 de maio, em dois dias de combate capturaram ou incendiaram os navios portugueses que ali estavam, fortificaram a cidade com fossos e parapeitos e distribuíram da melhor forma sua artilharia. Acrescentaram ainda uma barreira de água (produto do dique construído) diante do Convento de São Francisco, defendido por uma bateria.

Madri reagiu enviando poderosa esquadra formada com elementos de Portugal, da Espanha e de possessões italianas. Eram 59 navios de guerra, além dos transportes. A frota alcançou a cidade em 22 de março de 1625, desembarcou e ocupou as alturas ao redor de Salvador. O cerco prolongou-se pelo mês de abril, enquanto os holandeses aguardavam em vão o reforço prometido. Sem comando (Van Dorth e seu substituto haviam morrido poucos meses depois do desembarque em Salvador) e desamparados, os batavos entregaram a cidade no dia 30 desse mesmo mês.

Alguns anos mais tarde, em março de 1627, outra frota holandesa, comandada pelo Almirante Pieter Heyn, veterano da primeira invasão, surgiu diante de Salvador. No porto, atacou nossos navios e conseguiu aprisionar grandes carregamentos de açúcar; permaneceu ancorado por 24 dias sem atacar a cidade e depois rumou para Cabo Frio.

Retornando à Bahia em junho, capturou outras embarcações e, em julho, voltou para a Europa. O sucesso espetacular dessa incursão

² ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Subsídios para estudo dos fundamentos doutrinários*. V. I. Rio de Janeiro: A Escola, 2001. p. 240.

encheu de otimismo a Companhia das Índias Ocidentais (WIC). Em 1628, Pieter Heyn foi ainda mais feliz ao conseguir capturar a Frota da Prata que levava para a Espanha riquezas do Novo Mundo. Com esse dinheiro, a WIC logrou preparar a invasão de Pernambuco.

“Em 15 de fevereiro de 1630, uma esquadra holandesa de 56 navios surgiu diante de Olinda. Transportava não só soldados e marinheiros, mas também operários, técnicos, engenheiros, agentes comerciais e funcionários administrativos.”³ As forças terrestres eram comandadas pelo coronel e futuro governador Van Waerdenburch, que planejou desembarcar em dois pontos ao mesmo tempo. O ataque frontal contra o porto não alcançou sucesso. O outro, ao norte de Olinda, foi coroado de êxito, e, no dia seguinte, a cidade estava tomada.

Mais tarde, tentou-se a captura de Recife (pequeno povoado de pouco mais de 200 casas), situada na ponta de um istmo, paralelo ao litoral e protegido por dois fortões (o da Barra e o de São Jorge). Simultaneamente à tomada de Recife, os holandeses em Olinda trataram de fortificar a parte alta da cidade, temendo reação dos habitantes e das forças de Matias de Albuquerque.

Recife caiu com a rendição do Forte de São Jorge, e o invasor apressou-se em garantir a conquista, encarregando seus engenheiros de iniciarem os trabalhos de fortificação e mapeamento da cidade. Recuperaram o forte destruído (São Jorge), terminaram a construção de outro, iniciado pelos portugueses (batizado de Forte Bruyn), além de ocuparem e fortificarem a grande Ilha de Santo Antônio (também chamada de Antônio Vaz).

Com tropas suficientes apenas para manter a conquista, os batavos perderam toda a

impulsão. Somente em fins de 1630, graças à chegada de reforços, alcançando o efetivo de cerca de 3.500 homens, voltaram ao ataque e tentaram, sem sucesso, desalojar os brasileiros da Ilha de Itamaracá. Construíram também por essa época, em restinga quase ilhada, o Forte de Orange.

Mais tarde, atacaram a Paraíba, sendo derrotados em Cabedelo, e o Cabo de Santo Agostinho, onde se localizava estratégico porto, também sem sucesso. No fim de 1632, chegaram muitos reforços da Europa, talvez três mil. A superioridade naval garantiu-lhes a mobilidade necessária para, ao longo de 1633, efetuarem uma série de ações contra o litoral brasileiro.

Ainda em 1633, em fevereiro, os holandeses atacaram e ocuparam o Forte do Rio Formoso, a cerca de 70km ao Sul de Recife; saquearam Alagoas; capturaram o Forte dos Reis Magos, no Rio Grande do Norte, e terminaram a conquista da Ilha de Itamaracá, pelas mãos do Coronel Von Schkoppe, mercenário de origem alemã.

Os luso-brasileiros, espalhados por toda a costa e obrigados a se locomover a pé, tiveram dificuldade para concentrar forças nos pontos visados pelo inimigo.

Em outubro de 1634, chegaram mais reforços holandeses; entre eles, o Coronel Christoff Arciszewsky, mercenário polonês, antigo comandante do Forte Orange e homem de grande experiência. Lutara junto às forças polonesas que enfrentaram Gustavo Adolfo e participara de dois cercos famosos, o de Breda e o de La Rochelle.

Em 25 de novembro, os coronéis Schkoppe e Arciszewsky partiram para a conquista da capital da Paraíba, então muito bem protegida pelos fortões Cabedelo e Santo Antônio, os quais guardavam as duas margens da barra do

³ SOUZA, Marcos da Cunha e. *Ensaio da conduta militar holandesa no Brasil*. Texto de aula, 1995.

Rio Paraíba. Em uma restinga entre os ditos fortés e cruzando fogo com eles, os defensores colocaram uma bateria de sete peças. No entanto, depois de bem-sucedida operação anfibia,⁴ que possibilitou a constituição de uma cabeça de praia ao Sul do Forte Cabedelo, as defesas foram sucessivamente capturadas, obrigando os defensores a abandonarem a cidade.

Até aqui, verifica-se que os holandeses limitaram-se a conquistar os principais centros urbanos do litoral entre Natal e o Rio Formoso. Para tanto, tiraram o máximo proveito de sua superioridade naval, a qual lhes proporcionava mobilidade necessária para atacar os diferentes pontos da costa brasileira. No mês de julho de 1635, depois de demorado cerco, caía nas mãos de Schkoppe a Fortaleza de Nazaré, no Cabo de São Agostinho.

Mal haviam conquistado Pernambuco, os holandeses viram surgir no horizonte navios de Espanha e Portugal, prontos a desembarcar reforços comandados pelo espanhol D. Luís de Rojas y Borja (1636), esquadra essa que pouco representou para o poder naval luso-espanhol, pois não conseguiu cumprir sua missão.

Em janeiro de 1639, chegou ao Brasil uma esquadra luso-espanhola, comandada pelo General de Mar e Terra, D. Fernando de Mascarenhas (Conde da Torre), que também seria o Governador-Geral do Brasil, com o objetivo de expulsar definitivamente os holandeses, conforme *Inscrição Secreta*.⁵ Depois de passar por Recife e causar forte impacto aos holandeses,⁶ embora não tivesse ainda condições de lutar, a esquadra de socorro seguiu para Salvador e começou a se preparar.

Quando chegou a Salvador, reunia 26 galeões, 20 navios-transporte e tripulação de 4.000

homens. Em 19 de novembro de 1639, ao partir para a reconquista de Pernambuco, já estava constituída de 30 galeões, 34 navios mercantes, 13 navios menores, 4.000 marinheiros e 10.000 soldados, o que, por si só, despertaria temor a qualquer adversário.

Nesse espaço de tempo, o Conde de Nassau, dispondo de apenas 23 barcos, trabalhava no sentido de aumentar sua frota com a contratação de embarcações mercantes particulares, que vinham buscar açúcar no Recife. No início de 1640, uma frota de 41 navios e 2.800 soldados, sob o comando do Almirante Willem Corneliszoon Loos, deixou Recife para ir de encontro à frota luso-espanhola, com a certeza de que ao vencedor estaria garantido o domínio das terras ocupadas pelos holandeses no Brasil.

O vento norte e as tempestades deixaram à deriva por seis semanas a esquadra do Conde da Torre. Finalmente, nos dias 12 e 13 de janeiro de 1640, aconteceram os primeiros combates navais entre as duas esquadras, sendo estes favoráveis aos holandeses. Com isso, Nassau conseguiu impedir o desembarque em Recife.

Novamente, o vento obrigou as duas esquadras seguirem para o Norte, com a holandesa em perseguição. Depois das batalhas do dia 14, os holandeses foram abastecidos com pólvora e munições por embarcações vindas de terra, além de mais cinco navios em reforço.

Um último combate foi travado no dia 17 sem que o Conde da Torre, apesar de um ano de preparativos em Salvador, conseguisse desembarcar em Recife cerca de 5.000 soldados e 12 peças de artilharia, como previsto. O desembarque da tropa ocorreu no Rio Grande

⁴ SOUZA, Marcos da Cunha e. Ensaio da conduta militar holandesa no Brasil. Texto de aula, 1995.

⁵ GUEDES, Max Justo (ed.). *História Naval Brasileira*. v. II. Rio de Janeiro: SDGM, 1990. p. 232.

⁶ GUEDES, op. cit. p. 254. (conforme carta enviada aos Estados Gerais).

do Norte, e a frota luso-espanhola regressou derrotada a Salvador.

No conturbado ano de 1640, quando as guerrilhas brasileiras, espalhadas por todo o território sob domínio holandês, fizeram grande estrago nos engenhos controlados pelo adversário, Nassau, em represália, determinou que sua frota devastasse tudo o que fosse possível ao sul do Rio São Francisco.

Nassau, ao receber a notícia da Restauração portuguesa, mandou suas forças ocuparem Sergipe e São Luís do Maranhão e enviou ainda uma frota com 1.200 homens, incluindo 300 índios brasileiros, para ocuparem as colônias portuguesas na África Ocidental. Assim, em junho de 1641, quando Portugal e Holanda firmaram a paz, essas terras ficaram sob o controle pacífico das Províncias Unidas. Houve protesto de Portugal contra esse flagrante ato de má-fé, mas o Reino não podia prescindir da ajuda dos holandeses na Europa, pois estes haviam prometido fornecer soldados e navios para a luta contra a Espanha. Com o intuito de oferecer, veladamente, resistência aos holandeses estabelecidos no Brasil, D. João IV — Rei de Portugal — dava ordens ao governador-geral Antônio Teles da Silva para, sem comprometer a Coroa, apoiar o movimento restaurador contra o governo batavo.

Sem Nassau no comando batavo, aos poucos o exército restaurador ia se organizando para expulsar definitivamente o invasor. No entanto, os holandeses dominavam o mar e podiam bater qualquer ponto de nossa costa; em 1645, embora numericamente inferior, a Marinha holandesa demonstrou mais uma vez seu poderio naval e, em 9 de setembro, o Almirante Lichthardt, com apenas nove embarcações, derrotou por completo os 14 navios portugueses ancorados em Tamandaré.

A frequente instabilidade militar da Colônia tornava a região um investimento pouco

lucrativo. Todavia, o governo das Províncias Unidas convenceu a WIC a enviar uma grande frota em troca da ampliação de seus privilégios por mais 15 anos. Para auxiliar na formação da nova expedição, a República desmobilizou parte de seus soldados que foram então contratados pela WIC. Constituiu-se uma frota de 52 navios para transportar os mais de 2.000 soldados comandados por Schkoppe. Porém, essa frota somente chegou a Recife em meados de 1646, decorridos seis meses de uma viagem temperada por sete naufrágios, motins e incidentes diplomáticos.

O primeiro objetivo de Schkoppe foi recuperar os arredores de Recife para suprir a cidade de água potável e alimentos frescos. Não obtendo sucesso nos ataques diretos contra as linhas pernambucanas, decidiu valer-se do poder naval. A primeira tentativa, em fins de outubro, foi na direção do Rio São Francisco, de onde os sitiantes do Exército luso-brasileiro recebiam gado para sua subsistência; com o controle dessa região, Schkoppe esperava conseguir suprimentos para o Recife. Portanto, tal ação foi um ataque diversionário para enfraquecer os sitiantes e possibilitar o rompimento do cerco. No entanto, depois de um sucesso inicial, o plano fracassou.

Em 1647, Schkoppe viria empreender ação mais promissora, embarcando para o sul, onde ancorou seus navios durante alguns dias, na região do São Francisco. Esse comportamento, de fato, atraiu muitas tropas pernambucanas e portuguesas. Logo depois, a frota batava levantou âncora e desembarcou de surpresa na Ilha de Itaparica, próxima a Salvador. Desse ponto, esperava organizar um bloqueio marítimo à Bahia, o que de fato foi realizado com relativo êxito.

O processo da Restauração pernambucana por parte de Portugal só foi concretizado com o apoio naval da frota de Pedro Jaques de

Magalhães, ao bloquear Recife e apoiar os revoltosos luso-brasileiros no final de janeiro de 1654.

Aplicação da doutrina da ESG

Antes de se passar à interpretação das ações navais, convém lembrar que os conceitos doutrinários da ESG são categorias de análises elaboradas fora do contexto da época estudada (Brasil holandês), servindo, pois, para esquematizar e simplificar algo naturalmente complexo — a aplicação do poder marítimo.

Pelo estudo das ações marítimas, de uma maneira geral, selecionadas no item anterior, pode-se constatar que se encontram presentes os seguintes elementos do poder marítimo holandês no Brasil:

- poder naval — caracterizado pela existência de uma força naval de embarcações de guerra e marinheiros (tripulação) a qual proporcionava segurança às suas frotas comerciais, entre outras ações; uma força de desembarque, constituída por soldados de terra, que seriam os fuzileiros navais de hoje, e os diversos fortés, portos e ilhas cujas funções eram de base e de apoio;
- Marinha Mercante — caracterizada pelas embarcações de transporte de material e pessoal, que contribuíram sobremaneira para o enriquecimento da WIC;
- infraestrutura hidroviária — caracterizada pelos portos localizados nas cidades de Recife, São Luís e Salvador (ainda que temporariamente), Tamandaré e outros mais, espalhados pelo Nordeste brasileiro.
- indústria naval — embora esta pesquisa não tenha conseguido caracterizar a existência de estaleiros criados pelos batavos, acredita-se que existiram. Na Europa, na época, eles eram os melhores fabricantes de navios e, no Brasil, além da abundâ-

cia em madeira, as embarcações estavam sempre necessitando de reparos.

- indústria de pesca — como se sabe, a costa do Nordeste brasileiro é propícia à atividade pesqueira, e os povos dos Pântanos Baixos, por sua localização geográfica, são afeitos a essa lide. Possuíam no Brasil embarcações desenvolvidas na Holanda para tal fim. Além disso, é certo que os pescadores luso-brasileiros prestaram seus serviços aos holandeses.
- indústria bélica de interesse naval — assim como a indústria naval, também sem existência comprovada, acreditando-se que não havia no Brasil, naquela época, fundição de ferro ou de bronze que produzisse ou reparasse canhões e munição. Estas localizavam-se em solo batavo.
- organizações e meios de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de interesse para o uso do mar — essas organizações se situavam na Holanda, sendo responsáveis pelos avanços da náutica (cartas de marear e roteiros de viagem), das técnicas de navegação e de construção de navios. Presume-se que a separação física entre a Holanda e o Brasil não se constituiu em elemento de desatualização tecnológica, até porque o fluxo de comércio existente entre os dois países os mantinha em constante ligação.

Sobre as tarefas básicas aqui desenvolvidas, no tocante à aplicação do poder naval, constatou-se que os holandeses souberam:

- controlar áreas marítimas na costa brasileira — ficou bem caracterizado pela manutenção da superioridade naval durante todo o período analisado, proporcionando-lhes a segurança necessária para sua Marinha Mercante. Entre outros exemplos que demonstram essa superioridade, podem ser citadas as ações da frota comandada pelo

Almirante Pieter Heyn que, no porto de Salvador, atacou navios brasileiros; aprisionou grandes carregamentos de açúcar; permaneceu ancorada por 24 dias sem atacar a cidade; rumou para Cabo Frio; retornou à Bahia, onde capturou outras embarcações, e, finalmente, voltou à Europa.

- negar o uso do mar ao inimigo — talvez tenha sido a tarefa básica que mais influiu na permanência dos batavos por 30 anos no Brasil. Fundamentado no princípio de dificultar (ou impedir) ao inimigo o estabelecimento do controle de área marítima, foi imposta vergonhosa derrota em 1640, ao Conde da Torre, que se preparava durante um ano para a tomada de Recife e expulsão dos holandeses. Os luso-espanhóis não conseguiram cumprir a missão e só lograram desembarcar suas tropas no Rio Grande do Norte. Ambos os contendores sabiam que a conquista (controle) de Recife seria capital para o domínio dos mares na costa brasileira.
- projetar poder sobre a terra — esta foi a tarefa básica mais utilizada pelos holandeses para assegurar o poder naval. Realizaram desembarque anfíbio (conquista da Paraíba, em 1634), bombardeio naval (região ao Sul do Rio São Francisco, em 1640), ataque diversionário (Rio São Francisco, em 1646) e bloqueio marítimo (Salvador, em 1647).
- contribuir para a dissuasão estratégica — no recorte de tempo analisado, os holandeses obtiveram êxito em quase todas as

operações navais realizadas, seja por ato de simples presença, como a do Almirante Pieter Heyn em Salvador, seja por demonstração de força, como foi a perseguição dos navios do Conde da Torre em Recife. A frota de guerra holandesa, por menor que fosse, impunha respeito aos inimigos e credibilidade perante sua Marinha Mercante, característica notória na grande empresa da conquista de possessões portuguesas e espanholas na África Ocidental a partir do território brasileiro.

Conclusão

Procurou-se realizar uma correlação entre a doutrina da ESG que trata da expressão militar do poder, mais precisamente do poder marítimo, e as ações navais dos holandeses no Brasil. Na confrontação das ideias, foram desconsideradas a conjuntura internacional e a motivação econômica, elementos que frequentemente subordinam a conduta militar, para enfocar somente a instituição militar Marinha.

Verificou-se que o domínio dos mares pelos holandeses no Brasil foi conseguido pela aplicação do seu poder marítimo, mesmo com alguns de seus elementos integradores localizados fora do país.

A realização de tarefas navais bem-sucedidas foi primordial para a manutenção desse poder nas costas brasileiras e garantiram, nos períodos de paz e de guerra, a continuidade do comércio marítimo, estabelecendo estreita interdependência entre esse comércio e a sua Marinha de Guerra.

Referências

- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Fundamentos doutrinários*. Rio de Janeiro: A Escola, 2001.
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Subsídios para estudo dos fundamentos doutrinários*. V. I. Rio de Janeiro: A Escola, 2001.
GUEDES, Max Justo (ed.). *História Naval Brasileira*. v. II. Rio de Janeiro: SDGM, 1990.
SOUZA, Marcos da Cunha e. *Ensaio da conduta militar holandesa no Brasil*. Texto de aula, 1995.

Invasão da Guiana Francesa em 1809: tomada de Caiena pelos luso-brasileiros*

Cláudio Skôra Rosty**

RESUMO

O presente artigo pretende mostrar um dos reflexos das campanhas napoleônicas na América portuguesa. O Príncipe Regente de Portugal D. João, forçado a abandonar a terra natal em função da sua invasão por tropas francesas como represália, declarou guerra à França e empreendeu uma campanha militar na região Norte do Brasil, com a finalidade de negar uma base francesa na América e consolidar a posse do território português no Brasil até o Rio Oiapoque. Caiena foi conquistada em 14 de janeiro de 1809 por tropas da "Brigada Real da Marinha", vindas do Rio de Janeiro sob o comando do Capitão de Mar e Guerra James Lucas Yeo e do Capião-tenente Luís da Cunha Moreira, e por tropas terrestres de infantaria e artilharia da Capitania do Pará e Pernambuco, comandadas pelo Tenente-coronel Manuel Marques D'Elvas Portugal. Em 21 de novembro de 1817, Caiena foi devolvida aos franceses, no contexto diplomático entre a França e o recém-criado Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve.

PALAVRAS-CHAVE

Guiana Francesa, Caiena, Oiapoque e D. João no Brasil.

Introdução

Ao participar na qualidade de membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB e da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército – DPHCE, no XXXV Congresso Internacional de História Militar,

quero apresentar uma das repercussões pouco conhecidas da era napoleônica no Brasil, decorrente do Bloqueio Continental e da invasão de Portugal por Junot, em 1807, ocasionando a transferência da família Real portuguesa para o Brasil. Essa vinda do governo e da corte portuguesa para o Rio de Janeiro foi

* Colaboração do autor e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB. Palestra proferida no XXXV Congresso Internacional de História Militar, no Porto, em Portugal, em setembro de 2009.

** O autor é Coronel de Infantaria e Estado-Maior e historiador.

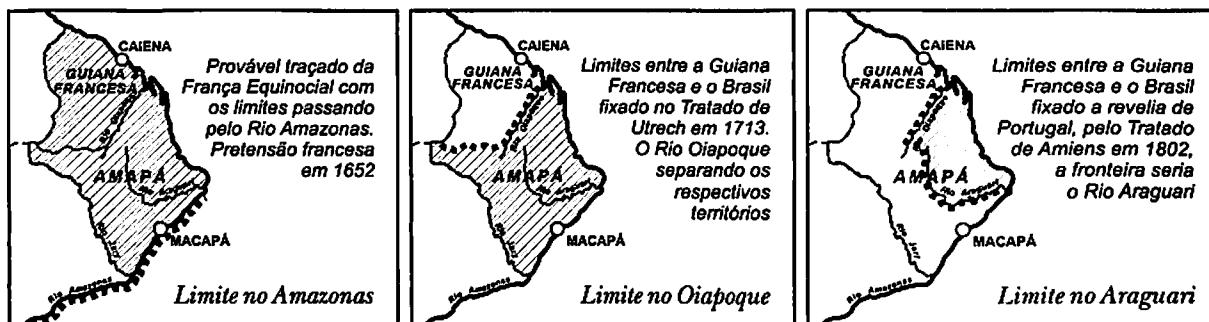
sem dúvida importante para o país declarar sua Independência em 1822. Alcançou o patamar de Estado, com sua elevação à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves (1815).

Das muitas outras repercussões, destaca-se a “*Invasão da Guiana Francesa*” em 1809, o primeiro ato militar da política externa de D. João e que se constituiu no batismo de fogo do Corpo de Fuzileiros Navais, com o emprego de tropas anglo-luso-brasileiras e sua ocupação por mais de oito anos de Caiena, que será relatado, seguindo o presente roteiro.

Este trabalho tem por objetivos: apresentar na ordem cronológica os acontecimentos

continente sul-americano ficou a cargo dos portugueses, que se fixaram ao longo do Rio Amazonas. Com o fim da união entre as duas Coroas, a América portuguesa viu-se além dos limites de Tordesilhas. Foi nesse período que se formou o núcleo original da primeira colônia gaulesa às margens do Rio Sinamari, e em 1634 foi transferida para Caiena.

Diante dos choques de interesses, Portugal e França optaram por uma negociação em 1652 e estabeleceram um tratado provisório assinado em 4 de março de 1700. Porém, o limite no Rio Oiapoque só foi definido pelo Tratado de Utrecht, de 11 de abril de 1713.



Figuras 1, 2 e 3 – HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Ed. do Estado-Maior do Exército. Brasília, vol. 1, 1972. p 363-365

que levaram o Príncipe Regente D. João a enviar uma expedição militar para conquistar a capital da Guiana Francesa; conhecer os combates em terra e no mar, que caracterizaram batismo de fogo do Corpo de Fuzileiros Navais; identificar as contribuições que a ocupação de Caiena trouxe para o Brasil.

Antecedentes

A Região das Guianas foi constantemente disputada por ingleses, holandeses e franceses.

Com a União Ibérica (1580-1640), a defesa dos domínios espanhóis na parte Norte do

Depois da chegada do Príncipe Regente ao poder, várias foram as tentativas de acordo sem sucesso, como o de Paris de 1797, que não foi ratificado por Portugal pelo fato de ir contra a seus interesses, e o de Amiens, de 1802, que excluiu o país ibérico das negociações, logo o não reconhecimento do tratado¹.

Ambientação no Teatro de Operações

O contencioso disputado pela França e por Portugal durou quase dois séculos, referia-se à posse do território compreendido entre o Rio Oiapoque, ao norte, e o Rio Amazonas, ao sul,

¹ JORGE, A. G. de Araújo. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil*. São Paulo, 1959.

que hoje forma o Estado brasileiro do Amapá. A importância da área disputada se deve ao fato de que o Cabo Norte, entre Belém e Caiena, marcava o limite da foz do Amazonas: quem se instalasse ao sul desse ponto, em qualquer lugar entre o Rio Araguari e a cidade de Macapá, teria garantido o direito de navegar no Rio Amazonas e chegar até o Peru.²

A ideia principal do Príncipe Regente ao chegar no Brasil era conduzir uma operação lo-

cal, organizada e financiada pelo governador do Grão-Pará. Aproximadamente 800km separavam Belém de Caiena, compreendendo as seguintes localidades: Cidade de Chaves, Ilha Caviana, Cabo Norte, Ilha de Maracá, Rios Calçoene, Cunani, Caciporé, Oiapoque, Cabo Orange, Rio Aprouague, Rio Mahury (Forte Diamante, Degras des Cannes e Trió) e Caiena. Cidade de Caiena hoje.

Declaração de guerra à França

D. João desembarcou em 8 de março, no Rio de Janeiro, e, em 10 de junho de 1808, declarou guerra aos franceses, autorando os luso-brasileiros fazerem guerra, por terra e por mar, o que anulou os tratados anteriores entre os dois países e ordenou a conquista de Caiena como represália à França pela invasão de Portugal; para evitar que os franceses mantivessem uma base de apoio na América; para fixar definitivamente no Rio Oiapoque os limites norte do Brasil, a fim de manter a posse do Rio Amazonas e para buscar suas especiarias.



Figuras 4 e 5 – Itinerário até Caiena – Fonte: Claudio Skora Rosty

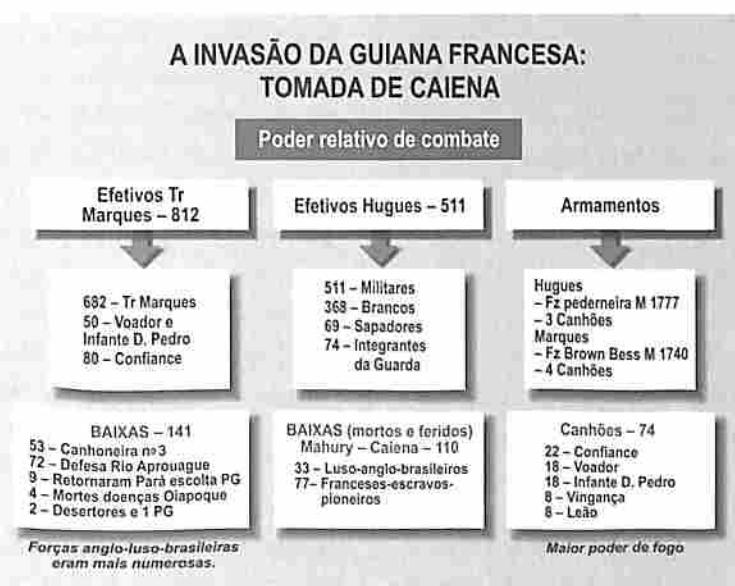


Figura 5 – Poder relativo de combate – Fonte: Claudio Skora Rosty

² SOUBLIN, Jean. *Cayenne 1809*. Paris: Éditions Karthala, 2003.

DECLARACÃO DE GUERRA

*"Havendo o Imperador dos Franceses
Invadido os Meus Estados de Portugal de uma
maneira a mais aleivosa e contra os
Tratados subsistentes entre as duas Coroas,
principiando assim sem a menor
provocação as suas hostilidades, e declaração
de guerra contra a Minha
Coroa; convém à dignidade dela,
e à ordem, que ocupo entre as Potências
declarar semelhantemente,
a Guerra ao referido Imperador,
e aos seus Vassalos: e, portanto ordeno que
por Mar e por Terra se lhes façam todas
as possíveis hostilidades,
autorizando o Corso, e Armamento,
a que os Meus Vassalos queiram propor-se
contra a Nação Francesa:
declarando que todas as tomadas,
e presas, qualquer que seja a sua qualidade,
serão completamente dos Apresadores
sem dedução alguma em benefício da Minha
Real Fazenda: A Mesa do Desembargo
do Paço o tenha assim entendido, e o faça
publicar, remetendo este por cópia às Estações
competentes, afixando-o por Editais."*

Figura 6 – HISTÓRIA NAVAL BRASILEIRA. Serviço de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro, 2 vol., tomo II, 1979, p. 387.

Desenvolvimento

Concentração estratégica

Ao Capitão-General e Governo do Grão-Pará *José Narciso Magalhães de Menezes* coube organizar a operação bélica para conquistar a Guiana Francesa. Ele constituiu o núcleo da Força Expedicionária com duas Companhias de Granadeiros e duas Companhias de Caçadores do 1º e 3º Regimentos de Linha (Estremós) e

uma Bateria de Artilharia com três peças de seis polegadas.

O Tenente-coronel *Manuel Marques D'Elvas Portugal* foi designado comandante dessa força, com cerca de 450 homens. Essa força organizada no Belém do Pará seguiu em 8 de outubro para a cidade de Chaves, constituindo o grupamento de vanguarda. Em Chaves, antes de



Figura 7 – Fonte Claudio Skora Rosty

prosseguir viagem para a Ilha de Caviana, foi reforçado com um contingente de colonos e indígenas. De Caviana seguiu para a foz do Araguari. Dobrou o Cabo Norte, atingiu o Rio Cunani e estaciou em Caciporé à espera de reforços.

Em 3 de outubro, aportou em Belém a escura *Confiance*, navio de guerra inglês, da esquadra do Almirante Sidney Smith, comandada pelo seu sobrinho, Capitão James Lucas Yeo. O Governador Narciso enviou reforços para Marques de 350 soldados do Regimento de Estremós, comandados pelo Major *Palmeirim*. Narciso esperava ainda a chegada de dois navios de guerra portugueses, com 18 canhões cada um, comandados por Luís da Cunha Moreira. Esses navios, que traziam do Rio de Janeiro uma tropa de fuzileiros-marinheiros, partiram de Belém em 22 de outubro, integrando a esquadra de James Lucas. Em 29 de novembro,

os fuzileiros-marinheiros chegaram ao ponto de encontro, foz do Rio Caciporé, onde a flotilha de Marques os esperava. A Força Expedicionária, agora completa, dobrou o Cabo Orange, indo ancorar na foz do Oiapoque. Eram, ao todo, 800 soldados e 300 fuzileiros navais, embarcados para o Combate.

Em Caiena, o comissário do Imperador Napoleão na Guiana, Victor Hugues, contava para a defesa apenas 511 militares profissionais, 200 milicianos e uma centena de escravos armados. Ao todo, em torno de 900 homens.

Conquista de Caiena

Oiapoque (1º a 13 de dezembro de 1808)

O Rio Oiapoque materializava a fronteira que os portugueses queriam restaurar. A frota anglo-luso-brasileira chegou à sua foz em 1º de dezembro, quando James Lucas e Marques se conheceram, e este ficou sabendo que o inglês comandava a força naval, portanto, em igualdade de condições com ele. Nessa ocasião, Marques recebeu do Governador Narciso, por intermédio do Major Palmeirim, a sugestão de libertar os escravos da Guiana e incorporá-los à sua tropa, além de conquistar Caiena, o objetivo final da operação.

O desembarque no Oiapoque ocorreu entre 4 e 7 de dezembro, sem encontrar resistência. Os portugueses instalaram-se na margem direita do rio, defronte do local chamado *Ponta do Vigia*, de onde, no dia 5, Marques enviou o *manifesto* do governador do Pará endereçado a Hugues, proclamando a soberania dos portugueses sobre a margem direita do Rio Oiapoque. Em 9 de dezembro, os portugueses tomaram posse solenemente com saudações à bandeira, salvas de artilharia e missa campal. No dia 13 de dezembro, a tropa ocupou também a margem oposta do Oiapoque.

Aprouague (14 de dezembro 1808 a 5 de janeiro de 1809)

Em 14 de dezembro, Lucas deixou o Oiapoque, rumou com a sua frota para o Aprouague, desembarcando com 30 ingleses e 20 fuzileiros comandados por *Cunha Moreira*.

Essa foi a primeira ação de combate dos Fuzileiros navais do Brasil, cujo bicentenário a Marinha comemorou este ano na Ilha das Cobras. Saliente-se que o bravo *Cunha Moreira*, que viria a ser o 1º ministro da Marinha do Brasil independente, foi homenageado com a medalha comemorativa pelo seu bicentenário de nascimento. No combate ele foi ferido no rosto por uma cutelada de sabre.

Marques partiu para o Aprouague, onde chegou em 23 de dezembro.

O dispositivo francês de defesa em 28 de dezembro estava mais ou menos instalado.

No dia 30 de dezembro, o comissário Hugues enviou uma carta ao ministro francês, por intermédio do brigue *Joséphine*, o qual estava carregado de açúcar, algodão e especiarias, solicitando apoio para enfrentar, com somente 800 homens, efetivo inimigo cuja composição ele calculava em torno de 1.300 a 1.400 homens.

Mahury (6 a 9 de janeiro de 1809)

Na manhã do dia 6 de janeiro, a esquadra aliada deixou o Rio Aprouague e concentrou suas forças de ocupação próximo da Ilha de *La Mère*. O início do desembarque foi comandado por Lucas. A Força Expedicionária ocupou pequena enseada situada na margem esquerda do Mahury, entre as baterias francesas do *Diamante* e do *Degras des Cannes*.

Lucas atacou *Diamante* e enviou o contingente português para atacar o *Degras*. Depois de *Diamante* conquistado e ocupado por Marques, Lucas seguiu para *Trió* passando por *Degras*. O *Trió* caiu aproximadamente às 18h por falta

de munição, e seu comandante recuou até Caiena com suas tropas. Marques atravessou o rio com uma centena de luso-brasileiros, apoiado por Savory, desencadeando o combate mais sangrento da campanha.

Na noite do dia 7 para o dia 8, as tropas francesas retiraram-se para Caiena, e Lucas incendiou plantações e destruiu a bela propriedade de Hugues, para esconder os saques vultuosos que fez. No dia 9, as tropas conquistadoras seguiram para a capital.

O fato é que, vencido em combate³ e cercado em Caiena, porém ainda disposto de força para resistir, Hugues convocou seus auxiliares imediatos na manhã de 10 de janeiro e comunicou-lhes que recebera um abaixo-assinado dos moradores pedindo-lhe para capitular (ele havia estimulado a elaboração desse documento). O argumento para cessar a luta era que os atacantes estavam saqueando e incendiando as propriedades, em particular os comandados do capitão inglês.

A petição dos habitantes de Caiena, exigindo que Hugues se rendesse, chegou às suas mãos na manhã do dia 12, assinada por uma dúzia de civis. Na tarde do mesmo dia, foi assinada a rendição em três línguas, atribuindo a vitória ao “Exército do Pará”.

A carta de capitulação continha um preâmbulo e 16 cláusulas. Contudo, a mais chocante era a cláusula 11^a que mantinha o *Código Napoleônico* em vigor até a assinatura do tratado de paz entre França e Portugal.

Rendição

A Guiana Francesa foi conquistada pelos luso-brasileiros com o apoio britânico e ficou

sendo exclusivamente portuguesa. O ato da rendição ocorreu em 14 de janeiro de 1809, na Praça do Governo em Caiena, com a entrega de mais de 500 fuzis e duas bandeiras francesas.

A rendição foi concluída quando 593 soldados de Napoleão foram escoltados até os navios, que lhes serviram de prisão até serem encaminhados de volta à França.

Marques, já como governador provisório, nomeou como seu secretário um cidadão suíço residente em Caiena, “Sieger”, que serviu lealmente aos portugueses durante vários anos. Nomeou também uma junta de civis, fazendeiros e comerciantes, quase todos inimigos de Hugues para administrar a nova posse portuguesa.

Cuidou dos aspectos militares da ocupação, sendo auxiliado por seu adjunto, o Major Palmeirim, que organizou o acantonamento das tropas, a instalação de postos de segurança nos diversos pontos da colônia, a internação dos doentes no hospital de Caiena e expediu um edital de intimação, em 16 de janeiro, para que todos voltassem a trabalhar em suas fazendas.

O brigue *Infante D. Pedro* zarpou no dia 3 de março, levando a bordo o chefe francês de posto Hugues e chegou em Morlaix em 20 de abril de 1809. Os 325 franceses vencidos zarparam em 15 de abril de 1809, e chegaram no começo de junho ao Porto de La Rochelle. Em 15 de março, Lucas seguiu para o Rio de Janeiro, a fim de se juntar às tropas navais britânicas lá estacionadas.

Embora o termo de posse da Guiana pelos portugueses tenha sido assinado em 14 de janeiro de 1809, ela jamais foi declarada oficialmente como parte integrante do território

³ Nesses combates, Yeo contou 24 mortos ou feridos entre os ingleses, 1 morto e 8 feridos portugueses. Hugues contabilizou 26 mortos e 51 feridos. Cerca de 30 fazendas foram queimadas em 9 de janeiro, e os escravos libertos por vingança saquearam fazendas e destruíram as plantações.

brasileiro até 21 de novembro de 1817, quando foi devolvida à França.

Administração portuguesa de Caiena O governo provisório de Marques – janeiro a outubro de 1809

Marques agora livre de Victor Hugues (deportado), o vencido insuportável, e de James Lucas Yeo, o aliado incômodo, passou a se preocupar com a retomada das atividades rurais da Guiana agora portuguesa. Alguns dias depois da vitória, chegou, por intermédio de Narciso, o tão prometido reforço: “a terceira expedição”, e com ela veio instruções precisas do poder central e sua recém-nomeação a general, além da confirmação no posto de governador.

Naquele momento, ele dispunha apenas de cerca de 1.300 homens para manter a defesa da Guiana conquistada. Distribuiu tropas para ocuparem postos nos principais pontos fortes do litoral, reconstruiu as fortificações e reforçou sua artilharia, instalando um eficiente sistema de vigia e alerta.

O novo general se pôs a trabalhar na “Descrição da Guiana Francesa”, informações preciosas sobre a Guiana para o governo central do Rio de Janeiro (geografia, população e produção agrícola).

A nova administração ocupou-se com os direitos de ancoragem, importação e exportação; a capitação, principal imposto, foi conservada com a mesma taxa anterior; foi estipulado um câmbio favorável aos guianenses e asse-

gurada a liberdade de comércio aos negociantes de Caiena, que há anos foram estrangulados pelo bloqueio inglês. Agora eles poderiam frequentar todos os portos do Brasil e até mesmo os das Antilhas britânicas, confirmado que a gestão portuguesa seria liberal, amigável e favorável aos colonos de Caiena.

Defender a colônia, sustentar sua economia, favorecer as atividades agrícolas, manter a calma e a harmonia, essas foram então as instruções recebidas por Marques, além de, sobretudo, pôr as mãos na única e maior riqueza da Guiana Francesa: as especiarias espalhadas por várias fazendas, em especial na *La Gabrielle*.⁴

A falta de víveres era intensa e crítica. O comissário da expedição,⁵ encarregado da intendência, comprava a preço alto e a crédito tudo o que os navios americanos traziam a Caiena, mas os soldados detestavam a comida de senzala que lhes era oferecida, detestavam o peixe do Norte e a farinha de trigo. Queriam mandioca, que Marques mandou plantar por toda parte. Era uma questão de tempo para se chegar à colheita.

A situação sanitária da tropa era terrível. A malária, que havia atacado os homens desde o início das operações, não abrandou depois da vitória. Durante o ano de 1809, o pequeno hospital militar de Caiena teve de abrir em caráter permanente cerca de 200 militares doentes.

Entre 1812 e 1816, a guarnição, que conta com 940 homens no início do período, perdeu

⁴ *La Gabrielle*, belíssima fazenda dotada das melhores terras da Guiana, protegida dos piratas predadores por uma colina encimada por imensa paineira. Os sucessivos governantes vinham cultivando, há 30 anos, um verdadeiro tesouro em noz moscada e cravo-da-índia. Eles haviam feito todos os esforços possíveis, investido fortunas e haviam esperado ansiosamente pelos resultados, nem sempre satisfatórios. Victor Hugues chegou a dedicar à fazenda um dos artigos de sua rendição: os vencedores não tocariam um dedo na *Gabrielle*, ela era preciosa demais. Os vitoriosos a avaliaram em 180 mil libras esterlinas, ou seja, mais de quatro milhões de francos de ouro. Yeo queria sua parte, na condição de comandante aliado: pediu 75 mil libras aos portugueses, que fizeram ouvidos de mercador.

⁵ Antonio Pereira de Carvalho.

130 por morte e 118 repatriados por doença (bem como 69 desertores). Nessas condições, pode-se imaginar o desespero reinante nas casernas da Guiana, desfechando no incidente de 9 de junho de 1809, quando a tropa muito agitada se reuniu diante do palácio do governador sem que tivesse sido convocada. O Coronel Palmeirim,⁶ segundo no comando da guarnição, conseguiu acalmar um pouco os ânimos e mandou chamar Marques e o admoestou duramente diante da tropa. A situação tornou-se insustentável para Marques, que solicitou seu retorno ao Pará por razões de saúde.

O governo de Alexandrino – (outubro de 1809 a fevereiro de 1812)

O governador Narciso do Pará escolheu um Coronel da Engenharia chamado Pedro Alexandrino Pinto de Souza⁷ para substituir Marques à frente do governo da Guiana. Seduzido por alguns oficiais da guarnição, deixou que se formasse em torno de si uma espécie de corte de favoritos, que se dedicavam a toda

espécie de tráfico de influência; facções que se formavam e se destruíam mutuamente.

Duas personalidades enérgicas assumiram a liderança, afastando Alexandrino da organização da tropa e da gestão administrativa: o Tenente-coronel *Francisco Rodrigues Barata*⁸ fora nomeado para substituir Palmeirim à frente da guarnição. Ele chegou a Caiena em agosto de 1810, cercado do prestígio conquistado em uma brilhante carreira. Teve dificuldades de pôr ordem na guarnição em virtude dos costumes militares em vigor. Naquela época, entre os portugueses, cada regimento tinha o próprio regulamento, de sorte que não se podiam modificar estruturas e missões sem recorrer aos coronéis comandantes das unidades em questão. Estes, em seus quartéis de Belém, consideravam-se oficiais do regimento e senhores exclusivos dos soldados, onde quer que tais soldados se encontrassem. A outra personalidade recém-chegada à colônia foi o jurista chamado *João Severiano Maciel da Costa*.⁹ Sua missão era dupla: primeiramente, deveria supervisionar o funcionamento da

⁶ Palmeirim era um oficial competente. Rigoroso, não aprovava a fraqueza de seu superior e compartilhava do julgamento de Vatar sobre o governador, demasiadamente francófilo em sua opinião. Ele já havia pedido transferência em razão de conflitos pessoais com seu chefe, mas esta lhe havia sido recusada. Palmeirim tinha muitos adeptos: ainda ficou dois anos na Guiana antes de voltar ao Pará, onde recebeu o comando de um regimento, sendo promovido a general em 1818. Opositor da independência do Brasil, voltou a Portugal em 1822 e lá faleceu em 1833.

⁷ Alexandrino Pinto de Souza, por muito tempo, havia trabalhado na marcação das fronteiras no Rio Negro, depois em Macapá; são seus alguns mapas da foz do Amazonas. As correspondências da época traçam-lhe um perfil conflitante. “Um homem de bem, honesto e desinteressado”, mas um engenheiro que ficava mais à vontade com seus teodolitos do que em contato com a tropa, “um septuagenário alquebrado pela idade, que nada sabia de disciplina militar”. E, para completar, um funcionário em fim de carreira, que ficou de cabeça virada com essa nomeação inesperada e o mísero poder de um governador colonial.

⁸ Em 1798, uma missão incomum lhe havia sido confiada. Tratava-se de fazer contato, em nome da corte portuguesa, com uma colônia de marranos estabelecida há mais de um século, na foz do Rio Essequibo, no local aproximado onde hoje se encontra a cidade de Georgetown. Como a guerra impedia o acesso por mar, era preciso subir o Amazonas, o Rio Negro e depois o Rio Branco. Daí, uma portagem de alguns quilômetros permitia passar ao Essequibo e então bastava descê-lo até o mar. Barata levou cerca de dois anos para fazer o trajeto de ida e volta em uma piroga, acompanhado de um punhado de índios. Seu relato escrito da empreitada tornou-se uma importante fonte sobre a história das regiões que ele atravessou. Voltou então a Portugal, onde combateu os franceses em 1808 e 1809 e de onde foi chamado para assumir o posto em Caiena.

⁹ João Severiano Maciel da Costa, brasileiro de nascimento, natural de Minas Gerais, havia completado seus estudos em Coimbra e trabalhado como magistrado em Portugal antes de ser nomeado juiz da Corte de Apelação da província brasileira da Paraíba. Era apaixonado por Economia e falava francês, qualidades que o levaram a ser escolhido, em junho de 1809, Intendente Geral de Polícia da Guiana, onde chegou em janeiro de 1810.

justiça e da polícia, uma questão que se tornara delicada para os portugueses, em razão do artigo da capitulação que previa a manutenção do código napoleônico no território. Em segundo lugar, deveria organizar as finanças da colônia, tendo como missão explícita possibilitar que ela nada custasse ao tesouro. Denunciou ainda outros desmandos financeiros, como a importante dívida com os fornecedores americanos de produtos alimentares para a guarnição.

Maciel retomou o controle da situação durante o primeiro semestre de 1810. Em 6 de fevereiro, decretou a necessidade de passaporte para todos os viajantes e implantou a censura da correspondência. No dia 7 de março, impressionado com o nível de consumo de rum, transformou a bebida em monopólio, revertendo o lucro para o governo. Em abril, reorganizou a alfândega e a justiça, assumindo pessoalmente as atribuições de juiz de uma corte de cassação. Finalmente, em julho, dissolveu a junta provisória que havia sido formada por Marques. Maciel instituiu um estado liberal, simples e eficaz, bem diferente da administração colonial francesa, inchada e pretória.

O suíço Siegert, que havia trabalhado para Marques, continuou a serviço de Maciel até o fim, era inestimável auxiliar, aparentemente íntegro, cujas revisões e balanços certamente deixavam maravilhados os financistas da capital.

O Governador Narciso Magalhães de Meñezes faleceu em Belém, em dezembro de 1810.¹⁰ E uma junta provisória o substituiu, composta pelo bispo, pelo juiz de mais alto posto da província e pelos chefes militares das principais unidades ali existentes.

Marques, que se encontrava em Belém, foi nomeado para compor também a junta, o qual

assistiu impotente às eternas disputas entre o prelado e o juiz, que deixavam a junta inoperante e o Pará à deriva. A atonia da junta não passou despercebida em Caiena, onde também ocorriam violentos conflitos entre Alexandrino e o Coronel Barata.

Na noite do dia 5 de março de 1811, os rebeldes deixaram, efetivamente, os quartéis. Formaram várias colunas, uma das quais marchou em direção à praça principal, armada com lanças, sabres e facas, já que nunca lhes era dada nenhuma munição. O Coronel Barata mandou colocar dois canhões em posição de tiro e formou em pelotão com as unidades leais e com todos os oficiais, atirando contra os revoltosos.

O motim em Caiena causou muita preocupação às autoridades de Belém e do Rio, sem, contudo, levá-los a tomar qualquer medida concreta. O rigor da repressão foi suficiente para manter a ordem na tropa até o final da ocupação. Entretanto, a incompetência de Alexandrino era evidente, assim como a capacidade de Maciel. O primeiro foi chamado de volta, e o segundo foi encarregado de conduzir os assuntos civis, tendo sido criado um posto de governador militar, exclusivamente para cuidar da defesa e da guarnição, para o qual Marques foi nomeado em junho. Ele encerrou seu mandato anual na junta de governo e voltou a Caiena em fevereiro de 1812.

O governo de Maciel – fevereiro de 1812 a novembro de 1817

Não se conhece nenhum decreto oficial que estabelecia os poderes de Maciel. Ele nunca foi realmente “governador” da Guiana, mas sua personalidade forte e as limitações do cargo de Marques, estritamente militar, fizeram-no, de fato, a principal autoridade da colônia.

¹⁰ O túmulo de Narciso continua lá, na Igreja das Mercês em Belém. A pedra tumular exibe a lista de suas condecorações e seu título, único na história dos governadores do Pará: “Governador da Capitania do Grão Pará, Rio Negro, e Caiena”.

Ele já vinha atuando há dois anos e suas medidas começavam a dar frutos: a Guiana se desenvolvia. Isso fica evidente quando se observa os balanços feitos por Siegert ou o ensaio estatístico de Moreau de Jonnès. Antes da conquista, a Guiana Francesa importava mercadorias no valor de cerca de 1.500.000 francos e exportava 1.300.000. Nos anos 1812, 1814 e 1815, para os quais existem dados brasileiros disponíveis, as importações (subsistência) mantiveram-se mais ou menos no mesmo nível, enquanto as exportações aumentaram sensivelmente, atingindo 2.300.000 em 1815. As mercadorias exportadas eram, sobretudo, o algodão, o urucum e o cravo-da-índia. Os portos franceses foram inacessíveis até 1815, mas a demanda do Brasil e das Antilhas britânicas, agora abertas e estimuladas ao comércio, mais do que compensou esse déficit. Entre 100 e 200 escravos ingressavam, a cada ano, na colônia, onde seu número total permanecia mais ou menos estável.

O destino incerto da colônia não justificava nenhum investimento português nesse sentido.

O que ficou durante os combates, conhecido como sequestro, institui-se em março de 1812. Foram atingidas no conflito 29 propriedades, avaliadas no total em dois milhões e meio de francos. Uma delas era a fazenda chamada de Quartel-General, de propriedade de Victor Hugues, a mesma que James Lucas havia incendiado. Essas propriedades empregavam ao todo dois mil escravos, cifra a qual permite supor que representavam cerca de 1/5 de toda a produção da Guiana. Os intendentes dessas fazendas foram convidados a entregar suas contas e seus lucros ao governo, que invocou para si

o direito de demiti-los e de substituí-los. Marques mantinha sua guarnição sob controle, assistido por um comandante de armas competente, José Pedro Dias Azedo. A guerra entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, em 1812, propiciou-lhe a oportunidade de desmentir brilhantemente a fraqueza que lhe fora atribuída, com sua atuação no incidente do brigue inglês, *O Mosquito*, ancorado em Caiena.¹¹

Desde 28 de agosto de 1809, o ministro da guerra, Conde de Linhares, havia enviado a Narciso instruções diferentes daquelas executadas sobre a gestão da Guiana. A principal preocupação do governo central naquele momento era o transplante das especiarias para o Jardim Botânico de D. João, no Rio de Janeiro.

A Guiana Portuguesa, em 21 de novembro de 1817, foi devolvida à França, depois de acertos entre as potências por ocasião da assinatura do Ato Final do Congresso de Viena (9 de junho de 1815). Em 8 de novembro de 1818, chegou em Caiena o general francês Conde Carra-Saint-Cyr, governador da Guiana novamente Francesa.

Conclusão

Defender a posse, sustentar sua economia, favorecer as atividades agrícolas, manter a ordem e a harmonia foram as maiores preocupações dos administradores Marques, Alexandrino e Maciel, bem como cuidar das mudas das especiarias espalhadas por várias fazendas, especialmente da *La Gabrielle*.

As questões de limites entre a França e o Brasil não foram resolvidas no Império e na Primeira República. Ainda ocorreram conflitos como

¹¹ O comandante de um brigue inglês, *O Mosquito*, ancorado em Caiena, havia capturado injustamente duas escunas suecas, portanto neutras, que ele suspeitava fossem de fato americanas. Marques o repreendeu duramente e o expulsou do porto. O brigue, confiando na força de sua bandeira, voltou alguns dias mais tarde. Para surpresa geral, Marques o recebeu com tiros de canhão, rechaçando-o definitivamente, e depois se queixou junto a Londres. Ao que parece, o comandante Tomkinson recebeu uma advertência do Conselho de Guerra.

a invasão francesa no Amapá, em 1895, repelida pela tropa de Francisco Xavier da Veiga Cabral (Cabralzinho). Em 1897, o Brasil submeteu à Comissão de Arbitragem, em Genebra, a pendência franco-brasileira sobre o limite no Oiapoque. A posição brasileira foi defendida por Rio Branco, e o presidente da Confederação Helvética expediu, em 1º de maio de 1900, o laudo arbitral favorável ao nosso país. Ficava, assim, juridicamente assentada a posse pelo Brasil do território que hoje constitui o Estado do Amapá. Além do seu valor estratégico, é rico em minérios, particularmente manganês, para cuja exploração construiu-se uma ferrovia e um porto. A fixação da fronteira no Oiapoque livrou-nos de conflitos que poderiam ocorrer, caso o delta do Amazonas viesse a ser partilhado com outras potências.

Contribuições da Tomada de Caiena para o Brasil

Políticas

A maior contribuição da Tomada de Caiena para o Brasil foi garantir posse do estuário do Rio Amazonas e da livre navegação até os Andes, garantindo a preservação da integridade da parte Norte do território brasileiro.

Como prêmio, D. João mandou cunhar uma medalha comemorativa da Tomada de Caiena, cujo exemplar se encontra no museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e no pátio do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, encontra-se um canhão apreendido nos combates de Caiena no ano de 1809.

Econômicas

A maior contribuição econômica para o Brasil foi dada pela fazenda de aclimatação *La Gabrielle*, que fomentou o Horto Botânico do

Pará, criado em 1796, por meio de remessas de mudas de plantas exóticas (especiarias), as quais possuíam alto valor no mercado internacional, que antes eram feitas na clandestinidade.

A cana cajana, a noz-moscada, o romã, a palmeira imperial ou real, o cravo-da-índia, a fruta-pão, a fruta do conde, e há indícios de que até a carambola foram introduzidas no Brasil, por intermédio de Caiena. Também vieram as primeiras mudas de café (século XVIII).

Ao total, foram enviadas 82 espécies acompanhadas de instruções para o seu plantio. Com a criação do Horto Real (1808), no Rio de Janeiro,¹² e do Horto do Recife e Olinda (1811), consolidou-se a rota de remessas de plantas exóticas de Caiena para o Pará, e de lá para os demais hortos do Brasil. Entretanto, atualmente, o traço mais significativo deixado pela empreitada luso-brasileira em Caiena está nas vastas plantações de cana-de-açúcar no Brasil, tornando-se o primeiro produtor mundial de açúcar e de combustível não poluente (álcool). A variedade predominante veio originalmente do Haiti, passando pela Guiana e perpetuando-se no Nordeste brasileiro como “*Cana Caiana*”.

Militares

Criação do Corpo de Fuzileiros Navais

No combate em Aprouague ocorreu o batismo de fogo dos Fuzileiros Navais. A campanha em Caiena evidenciou que os componentes da tropa luso-brasileira possuíam um diferencial: a vocação anfibia. Eram destemidos combatentes que realizaram a primeira operação combinada na Amazônia.

A Banda Marcial dos Fuzileiros Navais com seus uniformes históricos, em suas apresentações públicas, referenciam a epopeia da tomada de Caiena.

¹² Em 13 de junho de 1808, o Príncipe Regente criou o Horto Real (Jardim Botânico – Rio de Janeiro), onde foram transplantadas as mudas vindas da Guiana Francesa aclimatadas pela fazenda *La Gabrielle*.

Criação da 2^a/32^o Grupo de Artilharia de Campanha (Bateria Caiena)

Em 1987, o Ministério do Exército, por intermédio do seu Centro de Documentação, preencheu uma lacuna, atribuindo a denominação histórica de “Bateria Caiena” à 2^a Bateria do 32º Grupo de Artilharia de Campanha. Hoje está sediada em Brasília, participando com seu uniforme de

época das solenidades de troca de guarda do Pavilhão Nacional e executando tiros de salva de gala.

Consolidação do limite norte e da posse da foz do Amazonas

Finalmente, a Tomada de Caiena permitiu a conquista, a ocupação e a consolidação do território brasileiro na Amazônia. ☺

Referências

- ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- ABREU E LIMA, J.I. *Compêndio da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa Ed. Laemmert, 1843.
- AZEVEDO, Francisca Nogueira. *Dom Joaquim Xavier Curado e a política bragantina para as províncias platinas (1800-1808)*. In: Topoi. Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ/7Letras, set. 2002, n.5.
- CALMON, Pedro. *O Rei do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEC, 1957.
- CARVALHO, Carlos Delgado de. *História Diplomática do Brasil*. S. Paulo, 1959.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- GRIECO, Donatello. *Napoleão e o Brasil*. Rio de Janeiro: Editiora BIBLIEC. 1995.
- GOYCOCHÉA, Luís Felipe de Castilhos. A diplomacia de dom João VI em Caiena. Rio de Janeiro: G.T.L., 1963.
Serviço de documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro. 2^a vol, tomo II, 1979. p. 383-411.
- HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Brasília: Ed do Estado-Maior do Exército. Brasília, vol 1, 1972. p. 363-370.
- HISTÓRIA NAVAL BRASILEIRA. *Serviço de documentação Geral da Marinha*. Rio de Janeiro, 2^a vol, tomo II, 1979. p. 371-411.
- LYRA TAVARES, Aurélio. *Réguards sur Cinq Siècles France – Brésil*. Paris: Éditions, 1973.
- MACEDO SOARES, José Carlos de. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Comemoração do 1º centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: José Olímpio editor, 1939.
- MARIZ, Vasco. *Ensaios Históricos*. Rio de Janeiro: Barléu Edições Ltda, 2004.
- NOGUEIRA DA SILVA, Paulo Napoleão. *Crônica de D. João VI*. Rio de Janeiro: BIBLIEC, 2005.
- O EXÉRCITO NA HISTÓRIA DO BRASIL. Rio de Janeiro: BIBLIEC. Odebrecht, Salvador (BA), 1988.
- ROCHA POMBO. *História do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1960.
- SOUBLIN, Jean. *Cayenne 1809*. Paris: Éditions Karthale, 2003.
- VIANNA, Hélio. *História Diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEC, 1958.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

Milícias negras na América portuguesa: defesa territorial, manutenção da ordem e mobilidade social*

Francis Albert Cotta**

As milícias negras no império ultramarino português

O esforço bélico das milícias¹ negras no império ultramarino português pode ser identificado logo nos primeiros anos da expansão marítima lusitana. Um dos primeiros relatos de práticas beligerantes de homens negros na defesa de possessões portuguesas foi realizado pelo historiador português João de Barros (1496-1570). Em *Décadas da Ásia*, Barros exaltou a coragem e a lealdade dos escravos negros da Guiné, insistindo, junto aos seus compatriotas, no emprego destes em maior escala do que haviam feito dos mouros e berberes. Para João de Barros o potencial militar dos escravos africanos era superior aos mercenários suíços.

Durante o cerco de Ormuz (1622), Edward Monnox observou no seu diário que, acerca das táticas defensivas, “a maior parte do que foi feito deve-se aos negros que os portugueses

mandaram à frente para deitar recipientes com pólvora, com os quais muitos persas ficaram miseravelmente escalpados ou queimados”. Ainda em 1622, a ineficácia do ataque holandês feito a Macau teria sido propiciado pelas “proezas dos escravos negros” dos defensores. Os africanos, feitos escravos, também eram frequentemente utilizados como tropas auxiliares no Ceilão. O governador de Macau, ao escrever para o vice-rei de Goa sobre os esforços para a guarnição em 1651, pediu-lhe que lhe enviasse reinóis e escravos negros, os quais eram duros e belicosos, ao contrário dos mestiços da Índia, que, como soldados, eram inúteis.² Em função dessas e de outras intervenções, não se pode negar que as milícias negras estão inseridas no processo de formação da cultura militar lusitana.

O processo histórico de institucionalização e consolidação do aparato militar lusitano resultaria dos diálogos entre universos geograficamente afastados, em hibridismos e em

* Colaboração do autor.

** Doutor em História Social da Cultura – UFMG; Professor no Centro Universitário de Belo Horizonte e na Universidade do Estado de Minas Gerais.

¹ O termo *milícia* será aqui empregado no sentido genérico de corpo militar. Durante todo o século XVIII, a denominação foi utilizada várias vezes de forma indiscriminada para designar tanto as tropas regulares quanto as auxiliares. Em Portugal e na América Portuguesa, a partir do século XIX, o termo *Milicia* passou a designar unicamente os corpos auxiliares.

² BOXER, Charles Ralph. *O império colonial português*. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 292-293.

impermeabilidades, em (re)apropriações, em adaptações e em sobreposição de representações e de práticas bélicas. As trocas ocorreriam em função da mobilidade física, e do intenso trânsito de informações e práticas dos militares, resultante de suas ações na Europa, Ásia, África e América.³

O mito de fundação das milícias negras na América portuguesa: o terço dos Henriques

As invasões holandesas (determinadas pelo interesse da Companhia das Índias Ocidentais de controlar a então maior região produtora de açúcar do mundo, além do fato da Holanda estar em guerra contra a Espanha) se dividem em dois momentos.

Em 1624, holandeses, comandados por Jacob Willekems e Johan van Dorf, tomaram Salvador, mas foram expulsos no ano seguinte pela conjugação de tropas pernambucanas e a esquadra luso-espanhola de Fradique de Toledo Osório (a União Ibérica ocorre de 1580 a 1640). Nesse primeiro contato, os holandeses teriam sido recepcionados por muitos escravos fugitivos, que lhes ofereciam serviço militar com arcos e flechas, antigas espadas espanholas, escudos redondos e armas de fogo — uma prática comum em várias lo-



Arcabuzeiro holandês

calidades da África. Contudo, os holandeses não desejavam dar-lhes liberdade total, pois eles sentiam que o principal motivo dos negros seria saquear e roubar. Todavia, alguns escravos conseguiram a liberdade como recompensa por suas atividades bélicas. A oferta de serviço militar tornava-se um instrumento de barganha, pois os portugueses logo ofereciam a liberdade aos escravos que servissem a seu lado.⁴

Em 1630, os holandeses iniciaram a segunda invasão de Pernambuco e a ocupação do nordeste, onde permaneceram até meados da década de 1640. No processo de expulsão dos holan-



Localização dos fortés instalados pelos holandeses durante a ocupação

deses, a historiografia destacou o relevante papel dos *Terços de Homens Pretos e Mulatos*, comandados pelo negro Henrique Dias. Sua patente de capitão-mor fora expedida, em 16 de abril de 1639, pelo Conde da Torre, a qual lhe dava o direito de receber mensalmente o soldo de 40 cruzados.

Na Europa, durante o processo de Restauração, Portugal reconheceu a conquista de

³ Sobre o processo de mundialização ibérica ver: GRUZINSKI, Serge. *Les quatre parties du monde: Histoire d'une mondialisation*. Para as características do universo cultural em Minas Gerais ver: PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*.

⁴ THORTONTON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico (1400-1800)*. p. 363.

Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte e acedeu na cessação das hostilidades contra os holandeses. Por sua vez, a Holanda comprometeu-se a não expandir suas conquistas. Todavia, em abril de 1641, Maurício de Nassau conquistou Sergipe, e em novembro, o Maranhão. Concomitantemente, os holandeses tomaram a Angola, as Ilhas de São Tomé e Ano Bom, e Benguela, em um flagrante desrespeito ao tratado. Em 1644, Nassau retornou à Holanda deixando o nordeste holandês em um caos, marcado, entre outros motivos, pela insolvência de dívidas de portugueses e holandeses em decorrência do fracasso da lavoura canavieira e pelo antagonismo religioso entre católicos e calvinistas.

Para Pernambuco foram enviados corpos militares compostos por índios e negros. Os índios eram comandados por Felipe Camarão e os negros por Henrique Dias. As técnicas e táticas de guerrilha adotadas pelos *terços* de índios e negros eram baseadas no conhecimento e utilização do terreno. Dessa forma, pouco valia a supremacia numérica dos soldados holandeses. Os guerrilheiros armavam emboscadas e caíam de surpresa sobre os inimigos desavisados que se encontravam atrás da frente dos combates. As milícias de guerrilheiros venceram as batalhas dos montes das Tabocas (1645) e Guararapes (1648 e 1649). Em 1654, depois de serem isolados em Recife, os holandeses **capitularam**. Entretanto, o momento decisivo dos embates ocorreu no terreno diplomático. Somente em 1661, foi assinado o tratado de Haia, no qual os holandeses desistiam de suas conquistas na América portuguesa mediante uma indenização.

Se, por um lado, a guerra foi decidida efetivamente no plano diplomático, por outro se abria o caminho para a construção do mito de Henrique Dias. A partir de então, os diversos cor-

pos militares cuja composição era de homens negros passaram a ser chamados de *Henriques*. Durante todo o século XVIII e mesmo no XIX existiam corpos militares de *Henriques* nas diversas capitâncias da América portuguesa.

Em localidades banhadas pelo mar ou naquelas que faziam fronteira com a América espanhola, os *Henriques* atuavam no esforço de defesa do litoral e das fronteiras terrestres. Con-

tudo, existia na América portuguesa uma capitania *sui generis*: as Minas Gerais. Nela as milícias negras assumiriam características peculiares. Por ser uma *capitania de centro*, isto é, não ter litoral ou fazer fronteira com as possessões da Espanha, os seus cor-

pos militares, e consequentemente as milícias negras ali formadas, especializaram-se na manutenção da ordem. Entretanto, essa especialização não impediu o envio de contingentes de homens negros para a defesa de outras capitâncias.

As minas do ouro e dos diamantes: milícias negras e a manutenção da ordem

Nas Minas Gerais do século XVIII, os homens negros estariam militarmente agrupados em quatro espécies de milícias: as companhias auxiliares de infantaria; as companhias de ordenanças de pé; os corpos de pedestres e os corpos de homens do mato. Essas milícias, institucionalizadas nas minas a partir dos primeiros anos



Representação de soldado negro com arcabuz

dos 700, eram vistas, quanto à sua funcionalidade, de maneiras distintas pelas autoridades portuguesas. No decorrer do século XVIII, em virtude de demandas bélicas específicas, elas sofreram diversas reestruturações.

Um dos grandes marcos das *milícias negras* na América portuguesa foi a reestruturação militar ocorrida em 1766.⁵ Ela seria resultado das reformas militares do Conde de Lippe em Portugal e da necessidade de se reforçar os efetivos militares em função dos conflitos com os espanhóis no sul das possessões portuguesas na América.

A reunião das companhias auxiliares de infantaria de *homens pardos e pretos libertos* recebia a designação de *terço*.⁶ A comandar o *terço*, estaria o mestre de campo, que poderia ser um homem branco ou pardo. Quando uma companhia de homens *pretos libertos*, por especificidade da missão a desempenhar ou pela distância em que se encontrava, não pudesse ser reunida ao *terço*, receberia a denominação: *companhia franca*. A partir do século XIX, a estrutura tática do conjunto de companhias auxiliares de infantaria de homens pardos e pretos libertos passaria do *terço* para *regimento* e a designação mestre de campo seria substituída por coronel.

As companhias *auxiliares de infantaria de pretos libertos* poderiam atuar tanto na destruição de quilombos e repressão aos índios, quanto na defesa das fronteiras marítimas e terrestres em auxílio às tropas regulares da capitania das Minas Gerais ou de outras capitaniias.

Por outro lado, o comando de diversas companhias de *ordenanças de pé de homens pretos*

libertos era exercido por um capitão-mor, homem branco, poderoso e de considerável cabedal econômico. Em cada companhia haveria um capitão e um alferes, responsáveis pela disciplina e organização do corpo militar. Se a milícia fosse composta por soldados e cabos negros, os seus oficiais (capitão e alferes) também seriam negros. As ordenanças atuariam localmente para preservar a tranquilidade e o sossego. Semelhante às companhias *auxiliares de infantaria de homens pretos*, suas principais missões estariam relacionadas aos confrontos com os quilombolas e índios bravos. Todavia, não recebiam soldos, armamentos ou equipamentos para o desempenho de suas atividades.

O terceiro tipo de *milícia negra* era o *corpo de pedestres*. Ele era formado por negros, pardos libertos e mesmo por escravos. Eram eles que “entravam nos matos, descendo córregos por despenhadeiros impraticáveis”.⁷ Pela vasta experiência prática eram requisitados como guias nas expedições militares. Em Minas Gerais, os pedestres estariam distribuídos pela Repartição Diamantina (local onde se extraía os diamantes), destacamentos, registros e guardas. Tinham seus soldos e *jornais* pagos pela Fazenda Real e eram comandados por capitães pardos.

Por fim, os homens negros libertos e escravos também se inseriam nos *corpos de homens do mato*. Eles não recebiam soldos, fardamentos, equipamentos, armamentos ou alimentação da Real Fazenda. Eram recompensados por meio das *tomadias* pagas pelos proprietários dos escravos fugidos.

Na primeira metade do século XVIII, os administradores portugueses, ao observarem

⁵ CARTA régia de 22/3/1766. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Cód. 706, fl. 5.

⁶ Em 1707, a estrutura tática dos corpos regulares portugueses passou a ser o regimento. Os terços permaneceriam para a organização dos corpos auxiliares. Com a reestruturação de 1766, no caso das Minas, o terço ficou restrito aos corpos de homens pardos e pretos libertos. Para mais informações sobre as estruturas táticas em Portugal.

⁷ Arquivo Público Mineiro. SC. Cód. 229, fl. 75 v.

a incipiente organização militar das Minas, julgavam não ser convenientes homens *pardos e bastardos forros* servirem em corpos militares separados dos homens brancos. Nos finais da década de 1720, determinava-se ao capitão-general das Minas que desse baixa no registro da patente do capitão da *ordenança dos homens pardos e bastardos forros da Vila de Sabará*, Francisco Gil de Andrade, declarando-a sem efeito “porque não convém que semelhantes homens sirvam em companhia ou corpo separado dos demais, pois o que servia obrar em tal caso era misturá-los com os demais corpos das ordenanças dos homens brancos, para ficarem mais sujeitos e obedientes”.⁸

Sucessivas ordens determinavam mesclar os corpos militares. Em 1731 o Conselho Ultramarino alertava para a continuidade da separação dos pardos e bastardos libertos em corpos de infantaria e ordenanças, o que seria grande prejuízo para o Estado. O Conselho entendia ser mais conveniente que todos os moradores de um distrito fossem agregados a uma companhia, sem que houvesse corpos separados de pardos e bastardos com os oficiais privativos.⁹ A despeito das determinações, os corpos de ordenanças continuaram separados.

Depois do emprego das companhias de homens *pretos libertos* em campanhas militares e em atividades cotidianas, como a destruição de vários quilombos, o discurso oficial sobre as tropas de negros sofreu uma mudança significativa. Na década de 1770, o Ministro Martinho de Melo e Castro destacava que os corpos de negros “marcharam, abrindo caminhos e picadas que não havia por serras e sertões,

navegando rios com muitas cachoeiras difíceis e perigosas, e depois de suportarem e padecerem com admirável constância os maiores trabalhos, fomes e fadigas, chegaram enfim aos quilombos e os destruíram”.¹⁰

Diversos governadores reproduziam o discurso de que “essa qualidade de gente é a mais útil, pela facilidade que tem de entrar nos matos”.¹¹ A correspondência dos capitães-generais, no último quartel do século XVIII, destacou a técnica específica de combate dos corpos militares formados por negros, pardos e índios. Em suas ações, utilizavam as emboscadas; caíam de surpresa sobre os inimigos; exploravam em seu favor os acidentes topográficos; conheciam as matas, as montanhas e os rios; sabiam tirar da natureza seu alimento. Enfim, utilizavam as táticas de guerrilha, que tanto assustavam seus adversários. Além dos caminhos abertos nas matas, os integrantes dessas milícias abririam, pouco a pouco, picadas em outros planos.

Mobilidade social por meio de cargos militares

Em Minas Gerais, as antigas prescrições de que os oficiais deveriam ter sangue limpo, avós de linhagem pura e pele branca perderam vigor: mulatos e negros conquistaram os postos de oficiais com a indignada censura dos brancos. A crítica voltava-se, porém, para o alvo certo: as patentes afidalgavam, levavam o mulato e o negro livre a desprezarem o trabalho para se elevarem, verticalmente, com galão nobilizador. Segundo Boxer, esses homens desejavam

⁸ ORDEM de 27/1/1728. Revista do Arquivo Público Mineiro, XVI, 1911, p. 342.

⁹ ORDEM de 13/1/1731. Revista do Arquivo Público Mineiro, XVI, 1911, p. 343.

¹⁰ INSTRUÇÕES para Dom Antônio de Noronha. Salvaterra de Magos, 24/1/1775. Biblioteca Nacional de Lisboa. Coleção Pombalina, 643, fl. 125. Itens 34-37.

¹¹ CARTA de Dom Antônio de Noronha para Martinho de Melo e Castro. Vila Rica, 25/7/1775. Arquivo Público Mineiro. SG.211, fls. 69-73.

as altas patentes “mais pelo título e pela honra do que pela execução dos deveres que implicam”.¹²

Ao tratar das estratégias de mobilidade social por intermédio das patentes militares adotadas por comerciantes, mulatos e negros em Minas, o ouvidor de Vila Rica, Tomás Antônio Gonzaga, em suas satíricas *Cartas Chilenas*, denunciava: “Os tendeiros/ mal se veem capitães, são já fidalgos;/Seus néscios descendentes já não querem/Consevar as tavernas, que lhes deram/Os primeiros sapatos, e os primeiros/ Capotes com capuz de grosso pano”.¹³

Na busca pelo galão que afidalgava, não poucos foram aqueles que compraram suas patentes. Ao se referir às ações do governador e capitão-general das Minas, Luís da Cunha Meneses (1783-88), Gonzaga afirmou: “o Chefe, Doroteu, só quer dinheiro,/e dando aos militares regalias,/podem os grandes postos que lhes vende, subir à proporção também de preço”.¹⁴

A situação denunciada pelo ouvidor Gonzaga não seria um fenômeno da administração de Cunha Meneses, o seu governo fazia parte de um processo em gestação. A inserção dos pardos e negros libertos nas milícias era permeada por aspectos estratégicos. Entre outras, a trajetória de Francisco Alexandrino possibilita lançar luz sobre esse aspecto.

Em julho de 1763, Francisco Alexandrino, homem pardo e residente em Vila Rica, fora submetido e aprovado nos exames de aritmética e evoluções militares, aplicados pelo ajudante das ordens do governador das Minas, Jerônimo de Matos, e pelo alferes dos Dragões João Carlos

Xavier da Silva Ferrão. Em agosto do mesmo ano, Francisco recebeu patente de capitão da companhia de ordenanças de pé dos homens pardos de Vila Rica. Com a reestruturação militar ocorrida em função da carta-régia de 1766, Francisco foi novamente indicado pela câmara de Vila Rica e confirmado no posto. O capitão



No século XVIII, o ouro de Vila Rica enriqueceu homens e instigou disputas

pardo realizara “contínuas expedições de entrar nos matos contra os negros fugidos” e auxiliou nos mandatos da justiça, “nas distâncias e asperezas dos caminhos”. Para os camaristas de Vila Rica, o desempenho dessas missões não “resolve outra qualidade de homens”. O capitão Francisco era visto como “homem de morigerados costumes, louvável conduta, capacidade e outras circunstâncias que o fazem merecedor desta atenção”. Uma vez confirmado no posto, se subordinaria ao capitão-mor de Vila Rica, oficiais superiores das ordenanças e governadores. Não venceria soldo, mas gozaria de “todas as honras, graças e isenções do posto”. Novamente realizou o juramento dos Santos Evangelhos e assumiu o compromisso de residir em Vila

¹² BOXER, Charles. *O império marítimo português*. p. 296.

¹³ GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. Carta IX.

¹⁴ *Ibidem*. Cabe destacar que o *ofício* era entendido como parte do patrimônio do rei, cuja exploração era atribuída a um súdito. Foi esse princípio de patrimonialidade que acarretou como consequência jurídica tanto a *doação* do cargo, como sua *venda* pelo rei. Segundo Arno Wehling (2000), a venalidade dos ofícios públicos, tão criticada pelos liberais do século XIX, decorria da concepção patrimonialista do Estado e foi uma das suas fontes de renda no Brasil colonial e nas colônias hispano-americanas ou nos Estados europeus da época do absolutismo. Cf. WEHLING, Arno. *O funcionário colonial entre a sociedade e o rei*. p. 144.

Rica.¹⁵ Ao assumir o comando das Minas, o Conde de Valadares (1768-1773), em função da cartarégia de 1766, procedeu nova organização dos corpos auxiliares de pardos e pretos libertos. Entre as várias cartas-patentes que passou, estava a do capitão da companhia de ordenanças de pé dos *homens pretos libertos* de Vila Rica Antônio dos Santos Corrêa. Antônio dos Santos não receberia salário, mas gozaria de “todas as honras, privilégiros, isenções e franquias”. Realizaria o juramento dos Santos Evangelhos na presença do capitão-mor José Álvares Maciel, seria “conhecido por capitão, e como tal o trate com honra e estima oficiais e soldados de que lhe compete”.¹⁶

Na década de 1770, nova reestruturação militar teve lugar em Minas Gerais, e os corpos de pardos e pretos libertos foram alvo de reorganização. O então capitão pardo Francisco Alexandrino foi promovido a mestre de campo do terço de pardos de Vila Rica e seu termo. Joaquim Pereira da Silva, homem pardo, antigo capitão da ordenança de pé dos homens pardos libertos do distrito de Corgos e capela de padre Gaspar, termo da Vila de São José, assumiu o terço de São José e seu termo (Quadro 1).

O mestre de campo Francisco Alexandrino tinha sob suas ordens 23 companhias de pardos



Rua em Tiradentes, antiga São José del Rei

e 7 de pretos libertos, o que representaria cerca de 1.800 homens sob seu comando. Já o mestre de campo Joaquim Pereira da Silva liderava 14 companhias de pardos libertos e 6 companhias de pretos libertos, perfazendo cerca de 1.320 militares. O poder adquirido por esses homens era considerável. Os próprios governadores, ao emitirem suas cartas-circulares, enviavam-nas aos

Quadro 1 – Terços de homens pardos e pretos libertos das Minas Gerais. 1775.

Mestre de campo	Localidade	Terço de pardos libertos	Efetivo	Terço de pretos libertos	Efetivo	Total
Francisco Alexandrino	Vila Rica	13 cias de 60 praças	780	4 cias de 60 praças	240	1020
	Mariana	10 cias de 60 praças	600	3 cias de 60 praças	180	780
Soma parcial		23 companhias	1380	7 companhias	420	1800
Joaquim Pereirada Silva	São João	10 cias de 60 praças	600	4 cias de 60 praças	240	840
	São José	6 cias de 60 praças	360	2 cias de 60 praças	120	480
Soma parcial		14 companhias	960	6 companhias	360	1320
TOTAL		37	2340	13 companhias	780	3120

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados do Arquivo Público Mineiro. SG. fl. 75v; SC. 249, fl. 241; Rol de Confessados de São José del Rei.

¹⁵ REQUERIMENTO de Francisco Alexandrino. Vila Rica, 20/5/1767. Arquivo Histórico Ultramarino. Cx. 90. Doc. 46.

¹⁶ CARTA-PATENTE passada pelo Conde de Valadares a Antônio dos Santos Corrêa no posto de capitão de uma companhia de ordenanças de pé de homens pretos libertos de Vila Rica. Vila Rica, 11/9/1768. Arquivo Histórico Ultramarino. Cx. 93. Doc. 26.

capitães-mores, coronéis e mestres de campo. Abaixo dos mestres de campo encontravam-se os sargentos-mores e seus ajudantes. Eles seriam os responsáveis pela disciplina e treinamento dos corpos auxiliares e das ordenanças. Seguiam-lhes os capitães, tenentes e alferes. Por meio da análise do Rol de Confessados (censo eclesiástico) da Vila de São José del Rei, comarca do Rio das

Mortes, referente a 1795, seria possível identificar alguns fragmentos do universo desses vassalos militares. Pelos nomes dos confessados e do cruzamento com outros fundos arquivísticos, procurou-se conhecer algumas das estratégias adotadas pelos homens pardos e negros libertos. Dos 103 militares confessados, 28 eram libertos, dos quais 20 eram pardos e 8 crioulos (Quadro 2).

Quadro 2 – Oficiais pardos e negros libertos relacionados no Rol de Confessados de São José del Rei, comarca do Rio das Mortes. Minas Gerais. 1795

Posto/Nome	Idade	Estado civil	Nº de Escravos	Nº de Filhos	Agregados
Mestre de campo pardo Joaquim Pereira	48	Solteiro	24	-	2 foros
Sargento-mor pardo Francisco José Faria	43	Solteiro	5	-	-
Ajudante pardo João de Meneses	44	Solteiro	-	-	-
Capitão pardo Agostinho Corrêa Pais	43	Casado	8	2	-
Capitão pardo Antônio da Silva Abreu	60	Casado	12	5	-
Capitão pardo João Felizardo dos Santos	50	Casado	6	1	2 foros
Capitão pardo João da Costa Montelvão	70	Solteiro	1	-	-
Capitão pardo José de Assunção Miranda	70	Casado	12	6	-
Capitão pardo Manoel Dias de Oliveira	60	Casado	3	5	1 crioulo foro
Capitão pardo João de Souza Rangel	43	Casado	2	3	2 pardos foros
Capitão pardo Manoel Francisco	64	Solteiro Dois brancos, não agregados, residem com Manoel			
Capitão pardo Manoel da Fonseca Baião	64	Viúvo	-	-	-
Capitão pardo João da Silva Campos	58	Solteiro	1	-	-
Tenente pardo Manoel Ribeiro Rosa	35	Casado	3	2	1 foro
Alferes pardo Fernando Thomas Miranda	40	Casado	4	-	1 foro
Alferes pardo João do Espírito Santo	35	Solteiro	2	-	-
Alferes pardo Félix da Costa Cunha	47	Solteiro	2	-	-
Alferes pardo João Pedro Pereira	37	Casado	5	-	-
Alferes pardo Romão Dias Pereira	57	Casado	-	-	1 exposto branco
Alferes pardo Leandro Gonçalves Chaves	43	Casado	2	2	2 foros
Capitão crioulo Antônio da Costa Santeiro	49	Solteiro	3	-	-
Capitão crioulo Hilário Álvares Batista	45	Casado	8	5	-
Capitão crioulo José Gomes da Costa	37	Casado	3	-	1 foro
Capitão crioulo Silvestre Pereira Grilo	50	Casado	1	5	-
Capitão crioulo Lucas Dias	57	Casado	2	9	1 quartado
Alferes crioulo Joaquim Martins	41	Casado	3	3	2 foros
Alferes crioulo Miguel Pereira Rangel	51	Solteiro	3	-	-
Alferes crioulo Manoel da Costa Cunha	47	Casado	-	1	-

Fonte: Rol de Confessados de São José del Rei. 1795. Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes.

As estratégias utilizadas pelos homens pardos e negros libertos variavam desde a inserção em redes de apadrinhamento e clientela até adoção dos valores tidos como ideais pela sociedade católica portuguesa. Flávio Marcus da Silva (2002) destaca que um dos principais objetivos da Coroa em Minas foi a disseminação de famílias legítimas, o que, na visão das autoridades administrativas, contribuiria para a previsibilidade da ordem social.¹⁷ Nesse sentido, Luciano Figueiredo (1997) afirma que “a família legítima sob o sacramento de matrimônio (...) aparece como o lugar em que estariam atenuadas as tensões da espiritualidade e assegurada a reprodução da disciplina social e moral”.¹⁸

Para o preenchimento dos postos era necessária a indicação dos camaristas e do sargento-mor ou mestre de campo, responsável pela ordenança ou pelo terço. Dos 28 militares pardos e negros confessados, 17 eram casados. No caso dos militares crioulos, isto é, aqueles negros nascidos na América portuguesa, o percentual de homens casados é ainda mais elevado. De cer-

ta forma procuravam formar um núcleo familiar ao possuírem filhos e agregados. Não rompiam com o sistema escravista, pois, ainda que com raras exceções, possuiam escravos. Como não recebiam soldo, dedicavam-se a outras atividades.

A vida do capitão Antônio da Silva Abreu sintetiza algumas dessas características. O capitão pardo Antônio da Silva Abreu era casado com Theodora Moreira. Possuíam 5 filhos e eram proprietários de 12 escravos. A família residia na freguesia de Santo Antônio da Vila de São José, comarca do Rio das Mortes. O casal possuía uma roça de cultura na aplicação da Capela de Laje, na mesma freguesia. A propriedade havia se constituído a partir da herança deixada pelo pai de Theodora Moreira. Como não possuíam o título de sesmaria, solicitavam a confirmação de meia légua de terra em quadra.¹⁹

As promoções ocorreriam em casos de incapacidade física,²⁰ transferência para outro corpo militar,²¹ morte ou mudança de residência do patenteado.²² Outra possibilidade seria a criação de uma nova companhia.²³

¹⁷ SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder*, p. 111.

¹⁸ FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas famílias*, p. 17. Se realmente alguns homens negros submeteram-se à essa lógica, não seria possível estendê-la para toda a sociedade mineira. Ao estudar os testamentos, Eduardo França Paiva (1995) destaca que “o controle comportamental imposto à sociedade colonial não havia triunfado integralmente”. PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*, p. 213.

¹⁹ Arquivo Histórico Ultramarino. Cx. 34. Doc. 22. Rol de Confessados, 1795. Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes.

²⁰ No caso do então alferes João Felizardo, sua promoção a capitão da cavalaria auxiliar dos homens pardos do distrito de Córrego ocorreu porque o comandante de sua companhia, Antônio Gonçalves Avintes, estava “avançado em anos, faltava-lhe a visão e havia contraído várias moléstias, o que o inabilitava para continuar no Real Militar Serviço”. João Felizardo fora indicado pelo mestre de campo Joaquim Pereira da Silva. Rol de Confessados, 1795.

²¹ Os vassalos militares poderiam transitar dos corpos auxiliares para as ordenanças, e vice-versa. No Rol encontra-se, entre outros, o caso do tenente branco do regimento de cavalaria auxiliar de São José Antônio Borges Barbosa que, antes de servir naquele corpo, pertencia às ordenanças de Nossa Senhora da Penha de França e Laje. Arquivo Público Mineiro. SC. 249, fl. 270. Rol de Confessados, 1795. Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes.

²² O posto de alferes da companhia de ordenanças de pé do distrito de São José Batista foi considerado vago por não residir no distrito da companhia o alferes Domingos Gonçalves Lopes. Para seu lugar fora designado Manoel Francisco Pacheco. Arquivo Público Mineiro. SC. 249, fl. 247. Rol de Confessados, 1795, Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes.

²³ Em 1787, tendo “em consideração o grande número de homens pretos que habitam no distrito de Lagoa Dourada, termo da Vila de São José, é promovido de alferes a capitão José Gomes da Costa (Arquivo Público Mineiro. SC. 249. fl. 217). Em 1795, o crioulo forro José Gomes se confessa na matriz de São José, declarando ser casado com Leonarda Maria de Jesus, possuir três escravos e ter um agregado forro. Cf. ROL de Confessados, 1795. Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes.

Quadro 3 – Relação dos figurinos militares dos terços de Infantaria auxiliar de homens pardos e pretos libertos das Minas Gerais elaborados entre 1784 e 1786

Tipo de corpo militar	Localidade	Ano da regulação
Homens pardos	Cidade de Mariana Vila do Sabará Vila Nova da Rainha Vila de São João del Rei Vila de São José	1784
	Alagoa Capela Nova Vila da Rainha Vila Rica	1785
	Vila do Príncipe Arraial do Tejucó Termo de Infecionado Guarapiranga	1786
	Lavras do funil Iuroca	1787
Homens pretos	Vila da Rainha	1785
	Vila do Sabará Vila Rica	1786

Fonte: Arquivo Histórico Militar de Lisboa. 3º Div/26º/18684/13; Arquivo Histórico Ultramarino. Cód. 1515, 1516; Museu do Ouro de Sabará

Na década de 1780, os vassalos militares pardos e negros libertos reafirmaram sua importância para o sistema militar da América portuguesa, tornando-se mais visíveis aos olhos do rei por meio de figurinos militares.²⁴ A iniciativa partira do então governador das Minas, Luís da Cunha Meneses. Em 1784, Cunha Meneses enviou carta-circular a todos os coronéis, mestres de campo e capitães-mores determinando a elaboração de estampas, nas quais “se demonstre o uniforme tanto de um oficial como de um soldado armado com todo o seu armamento”.²⁵ Para o período compreendido entre 1784 e

1786, foram detectados figurinos representativos de 18 corpos auxiliares de homens pardos e pretos libertos das Minas (Quadro 3).

Dos 18 figurinos militares localizados nos diversos fundos arquivísticos elegeu-se, para análise no presente estudo, os figurinos do terço de homens pardos e pretos libertos da Vila de Sabará, comarca do Rio das Velhas. Em Sabará as companhias de pardos foram reguladas em 1784 e as de pretos libertos em 1786.

Eduardo Paiva (2002) destaca que “a imagem não é a realidade histórica em si, mas traz porções dela, traços, aspectos, símbolos, representações,

²⁴ Vários figurinos encontram-se no Arquivo Histórico Militar e Arquivo Histórico Ultramarino, ambos localizados em Lisboa.

²⁵ CARTA-CIRCULAR de Luís da Cunha Meneses a todos os coronéis, mestres de campo e capitães-mores das Minas. Vila Rica, 28/2/1784. Arquivo Público Mineiro. SC. 241, fl. 6-7.

dimensões ocultas, percepções, induções, códigos, cores e formas nela cultivadas".²⁶ Partindo desses pressupostos, busca-se realizar uma leitura dos figurinos militares e suas relações com o ideal de militar que se esperava dos pardos e dos negros.

Os figurinos carregam em si símbolos e representações que reforçam a posição militar e social de cada um. Os oficiais, tanto o pardo quanto o negro, estão na posição de "apresentar armas", conforme as prescrições do Regu-



Diferentes uniformes das tropas auxiliares, 1786

lamento do Conde de Lippe. O oficial traz na mão direita a espada, símbolo de autoridade e prestígio social, pois uma das formas de punir o soldado transgressor seria aplicar-lhe "pranchadas de espada".

Os soldados portam, em "ombro arma", de maneira regulamentar, os respectivos fuzis com suas baionetas "caladas", isto é, acopladas no armamento. Essa disposição da baioneta destaca a ação operacional da infantaria e a iminência dos combates aproximados. Caberia ao infante negro ver a cor dos olhos do inimigo. A representação da postura marcial dos oficiais e soldados segue o paradigma prussiano dos

regulamentos para a infantaria elaborados pelo Conde de Lippe e aplicados à tropa regular. A maneira de empunhar as armas, a posição das mãos, tronco, pernas e cabeça está relacionada diretamente ao discurso militar oficial e àquilo que se esperava de um verdadeiro soldado. Pela elaboração dos figurinos, construiu-se uma imagem ideal desses vassalos militares.

Semelhante às companhias de auxiliares de infantaria e ordenanças de pé de negros libertos, os corpos de pedestres eram tidos como especialistas em ações nos locais de difícil acesso. Seriam úteis para evitar o extravio e o contrabando, além de atuarem na caça aos escravos fugidos.

Na década de 1770, o Alvará que regulamentava a distribuição das terras diamantinas determinava a extinção das companhias de pedestres

devendo os mineiros por uma cotização feita a seu arbítrio prover a formação de corpos de pedestres ou capitães do mato, que sirvam com em todas as comarcas e terrenos da Capitania das Minas diligências relativas à prisão de escravos fugidos, contrabandistas, vendilhões, que contra as leis andarem pelas lavras. O que tudo só fará de acordo com o Intendente General das Minas e cuja disposição devem ficar. O Intendente ajuntará os mineiros e os consultará sobre os mais de proceder a um estabelecimento tão útil a todos.²⁷

A que tudo indica os mineiros não arcariam com a despesa da constituição dos corpos de pedestres, pois, todas as três companhias existentes no último quartel do século XVIII eram pagas direta ou indiretamente pela Coroa. As

²⁶ PAIVA, Eduardo França. *História e imagens*, p. 19.

²⁷ ALVARÁ que regulamenta a distribuição das terras diamantinas, incentiva novas descobertas com critérios em função da decadência do ouro. §25. Posterior a 1772. Arquivo Histórico Ultramarino. Cx. 11. Doc. 82.



Diamantina, antigo Arrial do Tejuco, capital do Distrito Diamantino no século XVIII

duas primeiras estavam na região diamantina e a terceira dividida por vários registros, destacamentos e patrulhas das Minas.

A primeira companhia de pedestres, designada *Companhia da Intendência*, era composta por

55 soldados,²⁸ estava subordinada à Intendência dos Diamantes e ficava à disposição dos intendentes e caixas da administração dos diamantes.²⁹ Era composta, em sua maioria, por soldados cativos, cujo fardamento consistia em calças e camisas de algodão. Os soldos a serem pagos aos soldados pedestres cativos eram transformados em *jornais* e repassados pela Intendência diretamente aos proprietários dos soldados, na maioria caixas da Intendência. Os soldados pedestres cativos recebiam apenas uma porção de farinha seca, “mas o seu maior sustento viria do lucro com o extravio que encobrem”.³⁰

O segundo corpo de pedestres era conhecido por *Companhia da Administração*, subordinado diretamente ao governo da capitania que era pago pela Fazenda Real. Seu efetivo era de 49 soldados, na maioria cativos.³¹ Eram fardados e equipados, e estavam sujeitos ao quartel-mestre do Regimento de Dragões das Minas, de quem recebiam os soldos e munições (Quadro 4).

Cada companhia era comandada por um capitão, apelidado de “capitão-mor”, com patente

Quadro 4 – Relação do pagamento que se faz aos oficiais e soldados da companhia de pedestres do contingente do Serro do Frio. 1785

Efetivo/despesa	Por ano a cada um	Total por ano
1 capitão-mor	160\$000	160\$000
1 alferes	72\$000	72\$000
1 cabo	72\$000	72\$000
50 soldados	72\$000	3.600\$000
Três quartas de farinha por mês a cada praça, que importam por ano 477 alqueires	\$750	357\$750
Total		4.261\$750

Fonte: Biblioteca Nacional de Lisboa. Coleção Pombalina. 643, fl. 133v.

²⁸ Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial. 236, fl. 36v-39.

²⁹ ORDEM de 3/6/1776. Biblioteca Nacional de Lisboa. Coleção Pombalina. 643, fl. 132.

³⁰ INSTRUÇÕES para o Visconde de Barbacena. Salvaterra de Magos, 29/1/1788. Biblioteca Nacional de Lisboa. PBA. 643, fl. 179v-180. Júnia Ferreira Furtado (1996) destaca que o governador Cunha Meneses escreveu à Intendência exigindo um relatório completo dos senhores dos escravos destacados. Pretendiaclarear as conexões entre as guardas e os poderosos do Tejuco, que participavam do contrabando. FURTADO, Júnia Ferreira. *O Livro da Capa Verde*, p. 215.

³¹ Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial. 236, fl. 36v-39.

passada pelo governador das Minas, “não obstante serem homens pardos de pé descalço, e de conduta igual aos seus mesmos soldados, com exceção de serem forros”.³²

Os corpos de pedestres não eram uma exclusividade do Serro do Frio. A Fazenda Real mantinha 53 homens, divididos em 8 diferentes distritos. Os pedestres eram repartidos pelos destacamentos de registros, guardas e patrulhas em número irregular, de acordo com as necessidades locais (QUADRO 5).

Eduardo França de Paiva (1995), ao tratar dos caminhos para a libertação dos escravos nas Minas, relatou que, em 1797, quando “soldados da extração” exerciam suas atividades nas cabeceiras do Rio Abaeté encontraram “um diamante grande do peso de oitavas e três quartos”. Em decorrência do achado, os militares foram recompensados da seguinte maneira:

6 soldados pardos a 200\$000 cada um 1:200\$000
 4 soldados pretos forros a 200\$000 cada um 800\$000

14 soldados pretos cativos a 100\$000 cada um 1:400\$000

Mais para resgatar e por em liberdade os 14 pretos cativos 1:000\$000.³³

Nota-se que todos os 24 pedestres receberam gratificações em dinheiro. Os 14 soldados cativos foram libertados, além de receberem individualmente a quantia de 100 mil réis. Pela natureza das funções, suas estratégias de mobilidade eram diferentes dos homens pardos e negros libertos dos terços e das ordenanças.

Em 1779, o governador e capitão-general das Minas, D. Antônio de Noronha, deslocou-se da capital das Minas, Vila Rica, para a conquista do Cuieté, nas margens do Rio Doce. Em sua comitiva iam 12 soldados pedestres, os quais, para D. Antônio, eram “os soldados próprios para as expedições dos matos, que vadeiam quase como as feras nacionais deles”.³⁴ Estrategicamente os pedestres foram divididos em dois grupos: seis abriam o caminho e seis cobriam a retaguarda

QUADRO 5 – Relação dos pedestres das Minas. 1785.

Número de praças	Distrito das Guardas	Soldos de cada um		Farinha de 10em 10 dias	Alqueires por ano	Transporte dos alqueires	Total do vencimento		Todo o vencimento
		Por dia	Por ano				Dos soldos	Da farinha	
8	Paracatu	167 ½ ^a	61\$137 ½ ^a	¼ ^a	9	6\$750	489\$100	54\$000	543\$100
4	Sete Lagoas	167 ½ ^a	61\$137 ½ ^a	¼ ^a	9	5\$760	244\$550	23\$040	267\$590
2	Picada dos Meneses	167 ½ ^a	61\$137 ½ ^a	¼ ^a	9	5\$760	122\$275	11\$520	133\$795
7	Rio Doce	150	54\$750	¼ ^a	9	5\$760	383\$250	11\$520	383\$250
4	Porto do Cunha	150	54\$750	¼ ^a	9	5\$760	219\$000	11\$520	219\$000
3	Ericeira	150	54\$750	¼ ^a	9	5\$760	164\$250	11\$520	164\$250
3	Louriçal	150	54\$750	¼ ^a	9	5\$760	164\$250	11\$520	164\$250
20	Arrepiados	150	54\$750	¼ ^a	9	5\$760	1.095\$000	11\$520	1.095\$000
53									2.970\$235

Fonte: Biblioteca Nacional de Lisboa. Coleção Pombalina. Codice. 643, fl. 134.

³² CARTA de Luís da Cunha e Meneses, governador das Minas Gerais. Vila Rica, 9/10/1785. Biblioteca Nacional de Lisboa. Coleção Pombalina. 643, fl. 132.

³³ DOCUMENTAÇÃO não encadernada da Capitania das Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro. Cx. 159. Doc. 15. *Apud PAIVA, Eduardo França. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*, p. 96. Grifos nossos.

³⁴ RELAÇÃO da marcha que fiz para o Cuieté. D. Antônio de Noronha. Vila Rica, 20/10/1779. Arquivo Histórico Ultramarino. Cx. 115. Doc. 55.

da comitiva. Segundo D. Antônio de Noronha, o uniforme dos pedestres era composto de camisas e calças de algodão, possuíam ainda um

com um saco pendente de embiras que prendem debaixo dos braços, no qual levam por mantimento dos destinados dias um pouco de feijão cozido com toucinho misturado já com farinha de milho e no correspondente apartamento a pólvora e chumbo necessário para a espingarda que os deve prover de alguma caça e defender de qualquer insulto do gentio botocudo.³⁵

Na época da intensificação das ações no Descoberto do Cuieté, os pedestres teriam funções de controle e vigilância dos caminhos e picadas que davam acesso à região. Ao comandante da "Guarda dos Pedestres caberia revisitar os viandantes" para evitar o extravio e contrabando. A "Esquadra de Pedestres" defenderia os presídios, as plantações e as lavras con-

tra os assaltos dos índios. Aqueles soldados que estivessem ociosos trabalhariam nas roças pertencentes ao rei e os frutos seriam utilizados para alimentá-los.³⁶

Partindo de sua experiência como governador da capitania de Goiás (1778-1783) e de sua formação militar, Luís da Cunha Meneses, então governador das Minas (1783-1788), considerava que um bom corpo de pedestres seria constituído por "homens do mato forros com caráter de soldados, bem regulados e disciplinados, formando uma só companhia, e com oficiais brancos, à imitação da companhia da capitania de Goiás".³⁷

Em 1779, o corpo de pedestres de Goiás era composto por 87 militares. Antes da chegada de Cunha Meneses, os pedestres não possuíam uniformes regulares e, por ordem desse governador, foram obrigados a fardarem-se à própria custa "para se diferenciarem da gente do mato".³⁸ Mary Karasch (1996) destaca que os corpos de pedestres de Goiás eram compostos por índios (caiapós, bororós e acroás), pardos e mestiços, todos hábeis sertanistas.³⁹

Na região diamantina das Minas Gerais, os pedestres participavam das diligências relativas à prisão de escravos fugidos, garimpeiros clandestinos, contrabandistas e vendilhões "que contra as leis andam pelas lavras".⁴⁰ Ivana Parrela (2002), ao estudar as tropas que ocuparam a Serra de Santo Antônio de Itacambiraçu na década de 1780, identificou o perfil dos integrantes do



Goiás Velho, antiga Vila Boa, capital da Capitania de Goiás

³⁵ *Ibidem*. Na alimentação dos soldados na América portuguesa a farinha de trigo (*farinha da Europa*) foi substituída pela farinha de mandioca (*farinha da terra*) e no caso dos pedestres esta seria substituída pela farinha de milho.

³⁶ INSTRUÇÃO para o regente da conquista do Cuieté, § 12. Vila Rica, 6/8/1779. Arquivo Histórico Ultramarino. Cx. 112. Doc. 55.

³⁷ CARTA de Luís da Cunha e Meneses, governador das Minas Gerais, a Martinho de Melo e Castro. Vila Rica, 9/10/1785. Biblioteca Nacional de Lisboa. Coleção Pombalina. 643, fl. 133.

³⁸ Cunha Meneses afirmava que teria baseado os figurinos militares dos pedestres nos "montanhenses da Escócia". Cf. CARTA de Luís da Cunha Meneses, governador de Goiás, a Martinho de Melo e Castro. Vila Boa, 9/7/1779. Arquivo Histórico Ultramarino. Goiás. Maço 31. *Apud APARÍCIO, João Paulo da Silva. Governar no Brasil colonial*, p. 185-188.

³⁹ KARASCH, Mary. *Os quilombos do ouro na capitania de Goiás*, p. 256.

⁴⁰ ALVARÁ que regulamenta a distribuição das terras diamantinas. Arquivo Histórico Ultramarino. Cx. 111. Doc. 82.



Johann Moritz Rugendas, "Punições públicas"

corpo de pedestres: "crioulos, cabras e negros da nação".⁴¹

A fechar o quadro das *milícias negras* nas Minas setecentistas estaria o corpo de *homens do mato*. Esse termo, realçado por Carlos Magno Guimarães (1983),⁴² possibilita uma reflexão na qual os responsáveis pela captura dos negros fugidos e destruição dos quilombos podem ser estudados como um corpo, e não como atores sociais que agem isoladamente como representou Johann Moritz Rugendas (imagem ao lado).

No decorrer do século XVIII, os homens do mato eram conhecidos por capitães do mato, capitães maiores do mato, capitães do campo, capitães das entradas, capitães de assalto, capitães das entradas do mato e capitães das entradas e assaltos. As denominações variavam no tempo e no espaço.⁴³

Hierarquicamente os homens do mato estavam divididos em capitão-mor do mato, sar-

gento-mor do mato, capitão do mato; cabo do mato e soldado do mato.⁴⁴ Os camaristas indicariam os vassalos aptos a receberem as patentes passadas pelos governadores da capitania ou pelo próprio rei. Os cabos e soldados eram escolhidos pelos seus respectivos oficiais, não necessitando de carta-patente. O Regimento de capitães do mato de São Paulo (1733), estudado por Sílvia Hunold Lara (1996), destaca, entre suas cláusulas, a "necessidade de respeito à hierarquia entre oficiais maiores e menores das entradas".⁴⁵ Portanto, reafirmava-se a ideia de um *corpo militar* devidamente hierarquizado e apto a realizar atividades defensivas e ofensivas.

Para alguns estudiosos, os corpos de homens do mato não são considerados militares, seja pelo fato de não terem atentado para o seu caráter de corpo organizado hierarquicamente, ou por não estarem atrelados à estrutura formal da organização militar lusitana. No presente estudo procura-se pontuar sua característica de *milícia*. Entre suas funções estaria a defesa das vilas, arraiais e sítios contra os *calhambolas* e índios bravos. Em alguns casos os homens do mato eram proibidos de permanecerem nos centros urbanos, devendo girar continuamente pelos matos.

Em 1735, o capitão maior do mato, Francisco de Matos, recebeu da Câmara de Vila Rica certa quantia em ouro e 24 soldados para "extinguir os negros calhambolas". O corpo de

⁴¹ Entre outros estavam Francisco Crioulo, Francisco Mina, Domingos Benguela, Nicolau Cabra, Antônio Crioulo, Jerônimo Crioulo e Ascênia Cabo Verde. Arquivo Público Ultramarino. Seção Colonial. 236, fl. 36v-39 *apud* PARRELA, Ivana. *O teatro das desordens*, p. 96-97.

⁴² GUIMARÃES, Carlos Magno. *A negação da ordem escravista*.

⁴³ Confira: LARA, Sílvia Hunold. *Do singular ao Plural. Palmares, capitães do mato e o governo de escravos*; RAMOS, Donald. *O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII*; VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Quilombos em Mato Grosso*; KARASCH, Mary. *Os quilombos do ouro na capitania de Goiás*; GOMES, Flávio dos Santos. *Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX*; MAESTRI, Mário. *Pampa Negro: quilombos no Rio Grande do Sul*; REIS, João José. *Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro. Bahia, 1806*; CARVALHO, Marcus Joaquim M. de. *O quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco*.

⁴⁴ REGIMENTO dos capitães do mato. Lourenço de Almeida. Vila do Carmo, 17/12/1722. APM. SC. 6, fls. 133-134v.

⁴⁵ LARA, Sílvia Hunold. *Do singular ao Plural. Palmares, capitães do mato e o governo de escravos*, p. 94.

homens do mato sob seu comando deveria se movimentar “o tempo todo, sendo multado caso permanecesse mais de oito dias em um mesmo lugar”. Suas ações ocorriam fora dos centros urbanos e atuariam de forma integrada com as ordenanças.⁴⁶

Os locais de atuação do corpo de homens do mato, de pedestres, bem como o das companhias de auxiliares e ordenanças de homens pardos e *pretos libertos* eram os matos, rios, picadas e sertões. Além da *tomadia*⁴⁷, o que levaria os homens negros a enfrentarem os quilombolas?

Os enunciados da carta-patente, passada pelo Rei D. José ao capitão do mato José Inácio Marçal Coutinho, trazem aspectos que lançam luz sobre o porquê da inserção dos negros nos corpos de homens do mato. Pela carta-patente, José Inácio gozaria de “todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas”⁴⁸. O rei determinava ao governador e capitão-general das Minas que

conheça o dito José Inácio por capitão do mato e como tal o honre e estime e deixe servir e exercitar o mesmo posto e as pessoas que lhe forem subordinadas ordeno também que em

tudo lhe obedeqam e cumpram suas ordens em tudo o que for do meu real serviço como devem e são obrigados.⁴⁹

José Inácio, assim como muitos outros de seu tempo, era um homem negro a perseguir, prender, mutilar, degolar e matar negros quilombolas ou simples fujões em troca de recompensas. Caçar negros fugidos abria acesso à posse de terras, além de estar relacionado ao aumento da população da fronteira e defesa territorial.⁵⁰

Os homens do mato escravos, pardos e negros, por meio das patentes e demais cargos, buscavam suas liberdades e certa mobilidade no sistema militar.⁵¹ Para esses homens as *tomadias* eram muito mais do que o pagamento pelos serviços prestados aos proprietários dos escravos fujões: eram parcelas a serem entregues aos próprios senhores, um dos caminhos para a liberdade. Para os homens do mato negros e pardos forros, as *tomadias* e outras fontes ilícitas⁵² possibilariam a aquisição de patentes em uma época de venalidade de ofícios.

Com o declínio do ouro das Minas, os camaristas de Mariana solicitavam ao rei a redução das *tomadias*. O governador da Capita-

⁴⁶ TERMO de ajuste entre a Câmara e o capitão-major-do-mato Francisco de Matos. 1/3/1735. CMOP. Cod. 35, fls. 5-7v. *Apud RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII*, p. 180.

⁴⁷ Quantia paga ao homem do mato pelo proprietário de um escravo recapturado. Elas eram arbitrárias à distância de onde os negros fugidos foram apanhados. Podiam variar de 4 oitavas de ouro a 25 oitavas ouro. Cf. Regimento dos capitães do mato. D. Lourenço de Almeida. Vila do Carmo, 17/12/1722. Arquivo público Mineiro. SC. 6, fls. 133-134v.

⁴⁸ DECRETO de D. José fazendo mercê a José Inácio Marçal Coutinho, homem preto, do posto de capitão do mato, para exercício nas Minas Gerais. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 2/1/1765. Arquivo Histórico Ultramarino. Cx. 85. Doc. 1

⁴⁹ CARTA-PATENTE passada por D. José, fazendo mercê a José Inácio Marçal Coutinho, homem preto, no posto de capitão do mato. Lisboa, 21/3/1765. Arquivo Histórico Ultramarino. Cx. 85. Doc. 40. Grifos nossos.

⁵⁰ MELLO E SOUZA, Laura de. *Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas*, p. 195.

⁵¹ Em 17/2/1731, Amaro Queiroz, homem negro, escravo de José de Queiroz, recebeu carta-patente de capitão do mato para atuar no distrito de Antônio Pereira, termo de Vila do Carmo. APM. SC. 34, fl. 20. Domingos Moreira de Azevedo, crioulo escravo de André Álvares de Azevedo, em 5/11/1760, recebeu patente para atuar na área de Piracicaba e do Caraça. APM. SC. 114, fl. 167. Em 12/11/1779, foi confirmada a patente de José Ferreira, homem pardo, escravo do capitão Antônio João Belas. APM. SC. 217, fl. 130. *Apud GUIMARÃES, Carlos Magno. A negação da ordem escravista*, p. 120.

⁵² Em 1787, o sargento-mor dos Dragões das Minas Pedro Afonso Galvão chefiou uma patrulha nos sertões de Macacos para prender uma quadrilha de contrabandistas da qual faziam parte o cabo de esquadra José de Deus e seu escravo Mateus; o

nia foi chamado a se pronunciar sobre o assunto. Para Luís da Cunha Meneses as tomadias não eram excessivas. Os homens do mato não tinham outro salário para viver e pagar os seus soldados. Se não fosse o interesse pelas tomadias

não farão nunca semelhantes diligências, não haverá quem queira ser capitão do mato, não se poderá obrigá-lo a sê-lo, especialmente expondo-se como se expõem nos ataques aos quilombos, nos quais tem morrido muitos por brigarem com destemidos e desesperados muito fortes. Além do que, não podendo ir os capitães do mato sem muita gente a atacar os quilombos, na maior parte das vezes não tinham interesse algum pela razão de que os pretos aquilombados, vendo que não podem resistir, fogem.⁵³

Na visão de Cunha Meneses, se não fosse a "justa providência dos capitães do mato e seu regimento pior seria para os senhores de escravos, não estariam seguras as suas casas, as suas vidas e por consequência nada haveria permanente nem existente neste Estado".⁵⁴ Os homens do mato atuavam na repressão aos "grandes insultos que os negros do mato, que se achavam aquilombados" faziam por meio dos "roubos e mortes aos passageiros que iam da Vila (Real do Sabará) às suas roças".⁵⁵ Caberia aos

homens do mato impedir o "grande dano ao público do bem comum feito pelos quilombolas nas estradas e fazendas".⁵⁶

Por questões ligadas à sua condição de ex-escravos e escravos, os homens do mato conheciam as artimanhas utilizadas pelos negros fugidos, os locais onde se refugiavam e as suas maneiras de atuação. Em situações mais complexas, como a destruição de grandes quilombos e o vasculhamento dos sertões, formavam-se expedições, geralmente comandadas por um capitão-mor de entradas ou por um mestre de campo. Elas seriam compostas pelos homens do mato, "mulatos, pretos escravos"⁵⁷ e ordenanças de homens pardos e pretos libertos.⁵⁸



Vista aérea da Vila do Carmo, atual Mariana

anspessada Bernardo dos Reis e seu escravo Domingos; o anspessada Custódio Pinheiro Faria e seu escravo Ventura; o soldado Sebastião Craveiro e seus escravos Antônio Congo e Gonçalo Angola; os soldados José Antônio da Rocha e Felipe Rodrigues; os pedestres Antônio Xavier e João José. APM SC, 148, fl. 196. Em dezembro de 1752, o capitão de Dragões Simão da Cunha Pereira recebera ordens para prender "um grande lote de negros, mulatos e capitães do mato que andavam nos córregos da demarcação diamantina minerando clandestinamente. APM. SC. 69, fl. 99.

⁵³ CARTA de Luís da Cunha Meneses para a rainha. Vila Rica, 26/4/1786. Arquivo Histórico Ultramarino Cx. 124. Doc. 32. Grifos nossos.

⁵⁴ CARTA de Luís da Cunha Meneses para a rainha. Vila Rica, 26/4/1786. Arquivo Histórico Ultramarino. Cx. 124. Doc. 32.

⁵⁵ CARTA-PATENTE de capitão-mor do mato passada a João Ferreira Guimarães pelo Conde de Assumar. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 19/8/1720. Arquivo Público Mineiro. SC. 12, fl. 85v.

⁵⁶ CARTA do Conde de Valadares ao capitão João Pinto Caldeira. Vila Rica, 18/4/1770. Arquivo Público Mineiro. SC. 178, fl. 166.

⁵⁷ Arquivo Público Mineiro. SC. 207, fls. 146v-147.

⁵⁸ Arquivo Público Mineiro. SC. 203, fl. 12.

Os alimentos consumidos pelas expedições geralmente eram fornecidos pelos moradores das regiões afetadas pelos quilombolas e constituíam-se de farinha, feijão, capados e sal.⁵⁹ Para a expedição enviada ao quilombo do Campo Grande, em 1746, os armazéns reais forneceram armas, pólvora, balas e granadas, enquanto as câmaras de Vila Rica, Mariana e São João del Rei, Sabará e Caeté contribuíram com 2.750 oitavas de ouro,⁶⁰ além de 20 canoas.⁶¹

Nas Minas Gerais os *pedestres, auxiliares de infantaria, ordenanças de pé e os homens do mato* possuíam algumas características em comum. Os componentes de todas as milícias negras eram africanos ou negros nascidos na América portuguesa, sejam eles escravos ou libertos. Suas atividades estavam ligadas à repressão aos quilombolas, facinorosos, extraviadores de ouro

e diamantes e índios bravos. Seus locais de atuação eram os matos, as picadas, os caminhos e os rios que cortavam o território mineiro.

Alguns militares negros se inseriam na sociedade escravista, conquistando relativa mobilidade social pelas promoções e por outras vantagens inerentes aos cargos que exerciam. Por outro lado, não se pode desprezar o fato de que alguns negros, ao se alistarem nos corpos militares, estariam desenvolvendo estratégias de resistência ao sistema escravista, pois viam neles a possibilidade de adquirirem a liberdade. Por fim, não se pode negar a experiência militar já existente nos africanos escravizados e levados para a América. Dessa forma, estabeleciam-se diálogos bélicos que possibilitaram o encontro da Europa, África e América nos domínios de Marte e Ogum. ☽

Referências

Fontes Primárias

Arquivo Público Mineiro – Belo Horizonte/Minas Gerais/Brasil

CARTA de D. Antônio de Noronha para Martinho de Melo e Castro. Vila Rica, 25/7/1775. SG.211, fls. 69-73.

CARTA-CIRCULAR de Luís da Cunha Meneses a todos os coronéis, mestres de campo e capitães-mores das Minas. Vila Rica, 28/2/1784. SC. 241, fl. 6-7.

DOCUMENTAÇÃO não encadernada da Capitania das Minas Gerais. Cx. 159. Doc. 15.

REGIMENTO dos capitães do mato. Lourenço de Almeida. Vila do Carmo, 17/12/1722. SC. 6, fls. 133-134v.

CARTA-PATENTE de capitão-mor do mato passada a João Ferreira Guimarães pelo Conde de Assumar. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 19/8/1720. SC. 12, fl. 85v.

CARTA do Conde de Valadares ao capitão João Pinto Caldeira. Vila Rica, 18/4/1770. SC. 178, fl. 166.

Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa/Portugal

REQUERIMENTO de Francisco Alexandrino. Vila Rica, 20/5/1767. AHU/MG. Cx. 90. Doc. 46.

CARTA-PATENTE passada pelo Conde de Valadares a Antônio dos Santos Corrêa no posto de capitão de uma companhia de ordenança de pé de homens pretos libertos de Vila Rica. Vila Rica, 11/9/1768. AHU/MG. Cx. 93. Doc. 26.

ALVARÁ que regulamenta a distribuição das terras diamantinas, incentiva novas descobertas com critérios em função da decadência do ouro. §25. Posterior à 1772. AHU/MG. Cx. 11. Doc. 82.

⁵⁹ Sobre o fornecimento de alimentos pelos moradores, ver o caso do quilombo do Rio Pomba em 1768 (Arquivo Público Mineiro. SC. 103, fls. 122-122v); quilombos da Serra Negra e do Rio do Pinho (Arquivo Público Mineiro. 152, fls. 179-179v); e quilombo do Rio do Sono (Arquivo Público Mineiro. SC. 219, fls. 3-3v e 6v).

⁶⁰ Arquivo Público Mineiro. SC. 45, fls. 64v-65.

⁶¹ Arquivo Público Mineiro. SC. 123, fls. 27v-28.

RELAÇÃO da marcha que fiz para o Cuieté. D. Antônio de Noronha. Vila Rica, 20/10/1779. AHU/MG. Cx. 115. Doc. 55.

INSTRUÇÃO para o regente da conquista do Cuieté, § 12. Vila Rica, 6/8/1779. AHU/MG. Cx. 112. Doc. 55.

CARTA de Luís da Cunha Meneses, governador de Goiás, a Martinho de Melo e Castro. Vila Boa, 9/7/1779. Goiás. Maço 31

ALVARÁ que regulamenta a distribuição das terras diamantinas. AHU/MG. Cx. 111. Doc. 82.

DECRETO de dom José fazendo mercê a José Inácio Marçal Coutinho, homem preto, do posto de capitão-do-mato, para exercício nas Minas Gerais. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 2/1/1765. AHU/MG. Cx. 85. Doc. 1

CARTA-PATENTE passada por dom José , fazendo mercê a José Inácio Marçal Coutinho, homem preto, no posto de capitão-do-mato. Lisboa, 21/3/1765. AHU/MG. Cx. 85. Doc. 40.

CARTA de Luís da Cunha Meneses para a rainha. Vila Rica, 26/4/1786. AHU/MG. Cx. 124. Doc. 32.

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra/Portugal

CARTA régia de 22/3/1766. BGUC. Cód. 706, fl. 5

Biblioteca Nacional de Lisboa/Portugal

INSTRUÇÕES para D. Antônio de Noronha. Salvaterra de Magos, 24/1/1775. BNL. Coleção Pombalina. 643, fl. 125. Itens 34-37.

ORDEM de 3/6/1776. BNL. Coleção Pombalina. 643, fl. 132.

INSTRUÇÕES para o Visconde de Barbacena. Salvaterra de Magos, 29/1/1788. BNL. PBA. 643, fl. 179v-180.

CARTA de Luís da Cunha e Meneses, governador das Minas Gerais, a Martinho de Melo e Castro. Vila Rica, 9/10/1785. BNL. Coleção Pombalina. 643, fl. 133.

RELAÇÃO dos pedestres das Minas Gerais. 1785. BNL. Coleção Pombalina. 643, fl. 134.

RELAÇÃO do pagamento que se faz aos oficiais e soldados da companhia de pedestres do contingente do Serrado Frio. 1785. BNL. Coleção Pombalina. 643, fl. 133v.

Revista do Arquivo Público Mineiro . Minas Gerais/Brasil

ORDEM de 27/1/1728. XVI, 1911, p. 342.

ORDEM de 13/1/1731. XVI, 1911, p. 343.

Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes. Minas Gerais/Brasil.

Rol de Confessados de São José Del Rei. 1795.

Bibliografia

- APARÍCIO, João Paulo da Silva. *Governar no Brasil colonial: a administração de Luiz da Cunha Meneses nas capitâncias de Goiás (1779-1783) e de Minas Gerais (1783-1788)*. 1998. 441f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- BOXER, Charles Ralph. *O império colonial português*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- COTTA, Francis Albert. *No rastro dos Dragões: políticas da ordem e o universo militar nas Minas setecentistas*. 2004. 302fl. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida do Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996.
- GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. Introdução, cronologia, notas e estabelecimento de texto Joaci Pereira Furtado. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. *A negação da ordem escravista: Quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. 1983. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

- KARASCH, Mary. Os quilombolas do ouro na capitania de Goiás In: In REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 240-262.
- LARA, Silvia Hunold. Do singular ao plural. Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 81-109.
- MELLO E SOUZA, Laura. Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas, Minas Gerais, 1769. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 193-212.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.
- _____. *História e Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- _____. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.
- PARELLA, Ivana D. *O teatro das desordens: garimpo, extravio, contrabando e violência na ocupação da Serra de Santo Antônio do Itacambiraçu (1768-1800)*. 2002. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: REIS, João José ; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 164-192.
- REIS, João José. *Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro. Bahia, 1806*. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. 2002. 291 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- THORTNTON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico (1400-1800)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. O funcionário colonial entre a sociedade e o rei. In DEL PRIORE, Mary (Org.). *Revisão do Paraíso: 500 anos e continuamos os mesmos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 139-160.



Editorial 2009

Coleção General Benício

HISTÓRIA DA GUERRA ENTRE A TRÍPLICE ALIANÇA E O PARAGUAI

Volume 1 – Augusto Tasso Fragoso

Obra composta de cinco volumes, editada pela Bibliex, na década de 1950. Encontrava-se esgotada e havia bastante interesse dos leitores em adquiri-la. No primeiro tomo, são abordados os antecedentes históricos da guerra, incluindo a intervenção brasileira no Uruguai, em 1864, bem como o início da invasão paraguaia, na Província de Mato Grosso, por ordem de Solano López.





O
P
T
H
E
R
O
X
I
B
L
I
B



Missão

Contribuir para o provimento, a edição e a difusão de meios bibliográficos e informações necessárias ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento da cultura profissional-militar e geral dos públicos interno e externo

Visão do futuro

Ser referência nacional e internacional pela excelência na publicação de acervos bibliográficos que sejam instrumentos de promoção de cultura e de cidadania para públicos interno e externo

Princípios, crenças e valores

Culto aos valores e às tradições militares; Competência técnico-profissional; Confiabilidade; Planejamento